



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Geografia - GEA

**STÉFANY FONTENELE ROQUE ARAGÃO**

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CHAPADA DOS VEADEIROS, A  
SAÚDE E OS DADOS CENSITÁRIOS – UMA PROPOSTA DE ANÁLISE CRÍTICA**

Brasília

2015

STÉFANY FONTENELE ROQUE ARAGÃO

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CHAPADA DOS VEADEIROS, A  
SAÚDE E OS DADOS CENSITÁRIOS – UMA PROPOSTA DE ANÁLISE CRÍTICA**

Monografia de graduação em Geografia, apresentada  
ao Instituto de Ciências Humanas do Departamento  
de Geografia da Universidade de Brasília, como  
requisito para obtenção do título de Bacharel em  
Geografia.

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. HELEN DA COSTA GURGEL

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Brasília

Julho de 2015

STÉFANY FONTENELE ROQUE ARAGÃO

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CHAPADA DOS VEADEIROS, A  
SAÚDE E OS DADOS CENSITÁRIOS – UMA PROPOSTA DE ANÁLISE CRÍTICA

Monografia de graduação, defendida por Stéfany Fontenele Roque Aragão (mat.:11/0066251)  
para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, aprovada com menção SS pela Comissão  
Julgadora.

Aprovada em: 02 de julho de 2015

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helen da Costa Gurgel (orientadora)**  
**Departamento de Geografia – UnB**

---

**Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos**  
**Departamento de Geografia – UnB**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shadia Husseini de Araújo**  
**Departamento de Geografia – UnB**

Brasília  
2015

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar com o privilégio de ingressar na Universidade de Brasília, concedendo principalmente saúde e força para estudar e concluir a minha graduação.

Agradeço a minha família, especialmente a minha mãe Antônia, pois não há maior dedicação, apoio e amor que o seu por mim. Agradeço também ao meu pai Fontenele, por toda a preocupação e compreensão de minhas ausências, sempre se desdobrando quando necessário para auxiliar no que fosse possível as aventuras acadêmicas que cruzei. Ao meu irmão Ângelo, por sempre ser bondoso e paciente comigo. Ao meu sobrinho João, que com seu 1 ano de idade sempre traz muita alegria e amor ao meu coração. A minha tia-mãe Gesa, por todo amor incondicional e pelas constantes questões quanto ao rumo da monografia. Aos meus tios, especialmente às tias Irineuda, Maria e Irinete, e aos tios Luciano, Luís e Irineu, por todo carinho, compreensão, amizade, estímulo e amor que sempre me deram.

Agradeço a minha orientadora Helen da Costa Gurgel, por todo direcionamento, incentivo, paciência e respeito que teve por mim. O esforço que você faz para realizar seus projetos é inspirador para todos os alunos.

Agradeço aos membros do Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde (LAGAS) da UnB, mencionando novamente a minha professora orientadora Helen, por ser a fundadora do Laboratório, bem como a pesquisadora visitante do Institut de Recherche et Développement (IRD) Anne Elisabeth Laques. Foi a partir do apoio dado pelas professoras e pelo LMI – OSE (Laboratório Misto Internacional de Mudanças Ambientais) financiado pela IRD / UnB (Institut de Recherche et Développement e Universidade de Brasília) ao LAGAS que pude realizar grande parte deste trabalho. Aos estudantes que compõem o LAGAS, como a Krishna, Lucas, Mariana, Amarílis, Bruna e Rogério, agradeço pela amizade e por compartilhar e trocar experiências com vocês. O laboratório transmite conhecimento e motivação para continuar essa jornada acadêmica.

Agradeço ao Departamento de Geografia – GEA da UnB, desde os funcionários aos professores, por todo apoio, auxílio e aprendizado. Um agradecimento especial à professora Marília Steinberger, por me acolher desde o meu terceiro semestre na UnB em seu projeto de pesquisa. A senhora sempre foi muito solícita, compreensiva e amorosa comigo, só tenho a agradecer pela oportunidade de aprendizado que me concedeu.

Agradeço aos meus grandes amigos de longa data Jéssica Oliveira e Rafael, pelo apoio, motivação e amor que sempre me deram. Muito obrigada por toda a ajuda que me concederam neste trabalho, vocês fazem parte da minha trajetória e são essenciais em minha vida. Agradeço também a Deborah, Luciana Cristina e Tozetti pela amizade que perpassa o ensino fundamental. Ao Gabriel, pelo constante cuidado comigo e pela reciprocidade de sentimentos.

As minhas amigas mais queridas que conquistei na UnB ao longo da graduação Denise e Luciana Isabor, por toda amizade, estímulo, companheirismo e diversão que me proporcionaram até hoje, eu amo vocês. Aos amigos que ingressaram no curso de geografia no primeiro período de 2011 na UnB, especialmente a Samara Mineiro, que desde o início foi uma grande companhia para mim. Ludmila, Krishna, Mônica, Mércia, Jéssica Medeiros, Erick, Eduardo e Vinícius, nós resistimos unidos do início ao fim do curso, e perceber a constante evolução de vocês é motivo de muita felicidade.

Por fim, aos amigos que conquistei durante o estágio na Secretaria do Patrimônio da União, meu muitíssimo obrigado! Não tenho palavras para descrever o quão vocês foram importantes para minha formação pessoal e acadêmica. Agradeço a “chefa” e querida amiga Anita, por me inspirar a escrever sobre as Comunidades Tradicionais. Ao Anselmo, Galdino e Gustavo pela amizade e por todas as dicas e auxílios com o QGis e ArcGis. Larissa, Amanda, Heloísa, Samuel, Jorge, Terezinha e Jean, sou muito grata por tudo que fizeram por mim.

*“É preciso lembrar que ninguém escolhe o ventre, a localização geográfica, a condição socioeconômica e a condição sociocultural para nascer. Nasce onde o acaso determinar. Por isso, temos que cuidar de todos aqueles que estão em todos os recantos deste país.”*

Aziz Ab’Saber

ARAGÃO, Stéfany Fontenele Roque. **Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros, a saúde e os dados censitários – uma proposta de análise crítica.** Monografia (graduação) – Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2015.

**Resumo:** Este trabalho intitulado “Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros, a saúde e os dados censitários – uma proposta de análise crítica” tem como objetivo identificar as Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros e inferir a saúde populacional de acordo com os indicadores disponibilizados pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. A fragilidade de informações disponíveis sobre esses povos evidencia a importância em se realizar um levantamento e um estudo específico sobre essas comunidades, visto que são possuidoras de culturas e organizações territoriais específicas, necessitando assim de políticas públicas voltadas para suas particularidades. Desta forma, para alcançar os objetivos propostos, foram desenvolvidas duas formas de pesquisa, uma bibliográfica, em que foram utilizados principalmente dados secundários de sítios institucionais e trabalhos científicos chancelados, e uma pesquisa de campo, em que foram visitados cinco, dos oito municípios que compõem a Chapada dos Veadeiros. Os resultados obtidos nessas pesquisas indicaram o difícil acesso desses povos aos estabelecimentos de saúde e uma débil situação socioambiental, principalmente no que concerne o saneamento básico, importante serviço público para a manutenção da saúde das populações.

**Palavras-chave:** Chapada dos Veadeiros, Comunidades Tradicionais, Censo Demográfico IBGE 2010, Situação de Saúde, Políticas de Saúde.

**Abstract:** The work entitled "People and Traditional Communities in the Chapada dos Veadeiros, health and census data - a proposal for critical analysis" aims to identify the traditional communities at Chapada dos Veadeiros and infer the population's health condition according to the data provided by the Demographic Census carried out by IBGE in 2010. The deficiency of information available about these people highlights the importance of doing a detailed and specific study on those communities, since they own cultures and particular territorial organizations, thus requiring public policy for their particularities. Therefore, to achieve the proposed goals were developed two forms of research. The first one was based on the literature, which mainly has used secondary data of institutional sites and original scientific papers, and the second one was a field research, in which five of eight municipalities inside of Chapada dos Veadeiros were visited. In summary, the results obtained from these studies have indicated a difficult access of people to health facilities and a poor social and environmental situation, especially regarding sanitation, an important public service to maintain the health of populations.

**Key words:** Chapada dos Veadeiros, Traditional Communities, Demographic Census, IBGE, Health Conditions, Health Policy.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE IMAGENS .....</b>	<b>XIII</b>
I. Figuras .....	XIII
II. Tabelas.....	XIV
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. GEOGRAFIA, AMBIENTE E SAÚDE: O ESPAÇO COMO CONVERGÊNCIA.....</b>	<b>5</b>
1.1 O território e as Comunidades Tradicionais .....	7
1.2 Comunidades Tradicionais no Brasil .....	9
1.3 O Espaço para apoiar a gestão de saúde .....	13
1.4 Base de dados para caracterização das Comunidades Tradicionais.....	16
1.5 Geotecnologia e Cartografia Participativa para obtenção de dados para a gestão em saúde .....	17
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, ESTRUTURA TERRITORIAL E ASPECTOS DE USO DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>20</b>
2.1 Chapada dos Veadeiros.....	21
2.1.1 Ocupação histórica da Chapada dos Veadeiros.....	25
2.1.2 Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros.....	27
<b>Comunidade Tradicional Indígena .....</b>	<b>27</b>
<b>Comunidade Tradicional Quilombola .....</b>	<b>28</b>
<b>Comunidade Tradicional de Pescadores Artesanais .....</b>	<b>34</b>
<b>Comunidade Tradicional Cigana .....</b>	<b>36</b>
<b>Comunidade Tradicional do Cerrado.....</b>	<b>37</b>
2.2 Caracterização da estrutura territorial a partir do Censo Demográfico do IBGE 2010. ....	40
2.2.1 A estrutura territorial da Chapada dos Veadeiros.....	41

2.2.2 Como a estrutura territorial aparece no Censo Demográfico 2010 .....	45
2.2.3 Variáveis utilizadas do Censo.....	48
<b>3. BREVE ANÁLISE DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 E DE GEOTECNOLOGIAS .....</b>	<b>50</b>
3.1 Caracterização dos estabelecimentos de saúde da região .....	50
3.2 Análise demográfica das Comunidades Tradicionais .....	54
3.2 Análise do Saneamento Básico da Região.....	64
3.3 Acessibilidade das Comunidades Tradicionais aos estabelecimentos de saúde ...	74
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A GENERALIDADE DOS DADOS CENSITÁRIOS EM CONTRAPOSIÇÃO ÀS ESPECIFICIDADES DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>80</b>

## LISTA DE SIGLAS

ACVCV - Associação dos Guias

ASFLO - Associação dos Extrativistas

ASJOR - Associação de Moradores de São Jorge.

BCE - Biblioteca Central do Estudante

CNESnet - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde

CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

DATASUS - Banco de Dados do Sistema Único de Saúde

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

FCP - Fundação Cultural Palmares

GPS - Global Positioning Systems

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM - Índices de Desenvolvimento Humano Municipais

MUNIC - Informações Básicas Municipais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA - Instituto Socioambiental

MEC - Ministério da Educação

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

MS - Ministério da Saúde

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização não Governamental

PCT's - Povos e Comunidades Tradicionais

PNCV - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

PPA - Plano Plurianual

PSF - Programa de Saúde da Família

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RIDE - Região integrada de desenvolvimento

SANEAGO - Saneamento de Goiás S.A

SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SES-GO - Secretaria do Estado da Saúde de Goiás

SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SIG - Sistema de Informação Geográfica

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UBS - Unidades Básicas de Saúde

## LISTA DE IMAGENS

### I. Figuras

Figura 1: Localização da microrregião da Chapada dos Veadeiros .....	20
Figura 2: Municípios Chapada dos Veadeiros.....	22
Figura 3. Terra Indígena Avá Canoeiro.....	28
Figura 4. Localidades Tradicionais de matriz africana do Sítio Histórico do Território Quilombola Kalunga - Goiás.....	32
Figura 5. Pagamentos aos Pescadores Artesanais de Colinas do Sul .....	35
Figura 6. Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros .....	38
Figura 7. Assentamentos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros .....	39
Figura 8. Situação dos Setores Censitários – Chapada dos Veadeiros.....	47
Figura 9. Estabelecimentos de Saúde na Chapada dos Veadeiros.....	51
Figura 10. Estabelecimentos de Saúde na Chapada dos Veadeiros e Comunidades Tradicionais .....	52
Figura 11. Registro Civil – Domicílios particulares de Área urbanizada de cidade ou vila .....	55
Figura 12. Registro Civil – Domicílios particulares de Aglomerados Rurais – Povoados.....	55
Figura 13. Registro Civil – Domicílios particulares de Zona Rural.....	56
Figura 14. Cor ou Raça – Domicílios particulares em Área Urbanizada de Cidade ou Vila .....	57
Figura 15. Cor ou Raça – Domicílios particulares em Aglomerados Rurais - Povoados .....	58
Figura 16. Cor ou Raça – Domicílios particulares em Zona Rural .....	58
Figura 17. Alfabetização – Domicílios particulares em Área Urbanizada de Cidade ou Vila .....	60
Figura 18. Alfabetização – Domicílios particulares em Aglomerados Rurais - Povoados .....	61
Figura 19. Alfabetização – Domicílios particulares em Zona Rural .....	61
Figura 20. Abastecimento de Água – Domicílios particulares em Área urbanizada de cidade ou vila .....	65
Figura 21. Abastecimento de Água – Domicílios particulares em Aglomerados rurais - povoados.....	65

Figura 22. Abastecimento de Água – Domicílios particulares em Zona rural .....	66
Figura 23. Esgotamento Sanitário – Domicílios particulares em Área urbanizada de cidade ou vila .....	68
Figura 24. Esgotamento Sanitário – Domicílios particulares em Aglomerados rurais - povoados.....	68
Figura 25. Esgotamento Sanitário – Domicílios particulares em Zona Rural .....	69
Figura 26. Destino do Lixo – Domicílios particulares em Área urbanizada de cidade ou vila .....	71
Figura 27. Destino do Lixo – Domicílios particulares em Aglomerados rurais - povoados .....	71
Figura 28. Destino do Lixo – Domicílios particulares em Zonas Rurais .....	72

## II. Tabelas

Tabela 1. Densidade demográfica da microrregião da Chapada dos Veadeiros .....	22
Tabela 2. Unidades de Conservação da Chapada dos Veadeiros .....	24
Tabela 3. Certidões expedidas às comunidades quilombolas da Chapada dos Veadeiros .....	30
Tabela 4. Levantamento das Comunidades Quilombolas da Chapada dos Veadeiros...	30
Tabela 5. Distância das Comunidades Tradicionais aos estabelecimentos de saúde .....	74

## INTRODUÇÃO

O povoamento do Estado de Goiás durante o século XVIII ocorreu principalmente devido à busca pelo ouro. A maior concentração das jazidas, localizadas em sua área central, em torno de Pirineus e da Serra Dourada, arrastava bandeirantes e aventureiros vindos do planalto de Piratininga para o território goiano (LEME, 2009). Os índios goyazes que eram os habitantes primitivos da região foram dizimados em 1592 pelos bandeirantes, que abriram trilhas à procura de metais preciosos. Entretanto, o povoamento da região só iniciou em 1730, surgindo nessa época os primeiros nucleamentos. Esses bandeirantes traziam consigo africanos escravizados e seus descendentes, muitos dos quais fugiam para os vãos das serras e planaltos, constituindo comunidades que até hoje vivem razoavelmente isoladas, como é o caso do povo Kalunga, na Chapada dos Veadeiros (CABRAL, 2009).

Após o declínio da economia mineradora, Goiás sofreu ao longo do século XIX uma ocupação esparsa e diferenciada que foi delineando suas feições socioculturais. Ao norte, migrantes nordestinos, maranhenses e paraenses ocuparam o Vale do Tocantins, ensejando o surgimento de novas aglomerações e outras práticas culturais. Na área central e sul de seu território, mineiros e paulistas expandiram a atividade pecuária, inserindo a presença dos tropeiros, figuras importantes no desbravamento do território e na transmissão da cultura oral (LEME, 2009).

Na transição para o século XX, em um Brasil já republicano, a província de Goiás caracterizava-se como área de pecuária e agricultura predominantemente familiar, com pouca articulação com os centros mais desenvolvidos. “Existiam relações inter-regionais com comunidades mais próximas, mas não intra-regionais, sendo que os precários caminhos dificultavam ou mesmo impediam a comunicação das localidades nortistas com as sulistas” (ESTEVAM, 1997, p.37).

As primeiras medidas tomadas em relação à problemática da conexão entre Goiás e as demais regiões do Brasil foram através da política de Estado de interiorização do desenvolvimento, com a implantação de uma infraestrutura de transporte nas primeiras décadas do século XX, das mudanças político-institucionais após 1930 e da construção de Goiânia e Brasília a partir de 1956, ocorrendo assim, a expansão da fronteira agrícola no cerrado goiano. Sua integração ao circuito do mercado brasileiro apoiou-se no sistema ferroviário. Já a integração regional foi favorecida pela construção das rodovias que permitiram a circulação interna da produção (MENDES, 2008).

Atualmente, devido a maior acessibilidade, a microrregião da Chapada dos Veadeiros ganha crescente visibilidade no território goiano, principalmente pelo desenvolvimento do turismo, estimulado pela beleza cênica, diversidade sociocultural e misticismo presente na região. Localizada a 230 km de Brasília, está situada no nordeste goiano, ocupa uma área de 21.475,60 km<sup>2</sup>, sendo composta por oito municípios: Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João d'Aliança e Teresina de Goiás. Totaliza 62.684 habitantes, dos quais 20.546 vivem na área rural – ou 32,79% do total, com 3.347 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, seis comunidades quilombolas e uma terra indígena (MDA, 2010).

A diversidade sociocultural construída historicamente na região externaliza a base da pesquisa. Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's), definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007) como grupos culturalmente diferenciados e com formas próprias de organização territorial, estão distribuídos pela região da Chapada dos Veadeiros. Entretanto, apesar dos constantes esforços da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada desde 2005 para reivindicação dos direitos básicos dessas populações, é certo que ainda não há uma efetiva compilação e mapeamento de todos os povos tradicionais existentes, além da carência de informações que possam expor a situação dos serviços básicos nos locais em que essas comunidades se encontram.

Isto posto, a motivação da pesquisa está situada justamente nas lacunas de informações essenciais quanto à localização dos PCT's e aos serviços básicos, especialmente os serviços de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu em 1948 a noção de saúde, afirmando ser: "...um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença" (BRASIL, 2006, p. 17). Assim, obter indicadores como de saneamento básico, infraestrutura e alfabetização, pode impulsionar possíveis apontamentos sobre a saúde das Comunidades, que estão predominantemente em áreas rurais.

Para tanto, buscou-se utilizar nessa pesquisa os indicadores dos Setores Censitários produzidos pelo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, visto que o órgão responsável se considera a "única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais" (IBGE, 2010, p. 04). É interessante utilizá-lo, pois a unidade territorial dos Setores Censitários é mais específica e seus indicadores podem possivelmente apontar a situação dos PCT's. O fato de



muitas políticas públicas serem instituídas a partir das estatísticas do IBGE também fomenta o uso desses indicadores.

A respeito da acessibilidade e utilização de serviços de saúde das Comunidades Tradicionais, parte-se de uma abordagem geográfica segundo a referência de McKinlay (1978, apud NOSSA, 2014, p. 68), como forma de compreender as barreiras que implícita ou explicitamente condicionam o uso de serviços de saúde. O fato da ciência geográfica sempre ter investigado a possível relação existente entre doença e o espaço impulsiona a pesquisa.

A fim de que se possa analisar brevemente a saúde das Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros, a questão inicial de pesquisa deste trabalho é: quais são as Comunidades Tradicionais existentes na Chapada dos Veadeiros, como os dados censitários do IBGE 2010 mostram a situação ambiental e social delas e como esses indicadores podem apoiar a gestão da saúde nestes territórios?

Inicialmente, a pesquisa trabalha com a hipótese de que os dados extraoficiais (cartografias participativas) podem apoiar os dados oficiais (indicadores do censo IBGE 2010) e as geotecnologias, fornecendo informações sobre a localização e a situação de saúde das Comunidades Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, pois como já mencionado, não há sítios institucionais e demais bibliografias que forneçam indicadores específicos sobre todos os PCT's da microrregião. Além disso, os indicadores do IBGE podem fornecer subsídios para políticas públicas na questão da saúde das Comunidades Tradicionais.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros, compreender a saúde populacional e a distância das mesmas aos serviços de saúde. Para tanto, é necessário: localizar e mapear as Comunidades Tradicionais através de geotecnologias e cartografias participativas; utilizar os dados do Censo Demográfico 2010 – IBGE, a fim de obter indicadores que possam inferir sobre a saúde da população, com a intenção de apontar parcialmente a estrutura territorial das Comunidades; realizar o tratamento dos dados coletados, com o propósito de construir e analisar mapas que demonstrem a saúde populacional; utilizar geotecnologias, a fim de compreender espacialmente o acesso e a distância dessas comunidades aos serviços de saúde; e analisar criticamente os dados oficiais, geotecnologias e cartografias participativas como auxílio para a construção e execução de políticas públicas para as Comunidades Tradicionais.

Deste modo, este trabalho estruturou-se da seguinte forma: o capítulo 1 exibe o fundamento teórico metodológico da pesquisa, aliando conceitos geográficos às comunidades tradicionais e a saúde. No capítulo 2 qualifica-se a área de estudo (Chapada dos Veadeiros), sendo salientada a questão do Censo Demográfico feito pelo IBGE em 2010, como suporte

para a caracterização da estrutura territorial da microrregião. Por fim, os estabelecimentos de saúde da Chapada dos Veadeiros são evidenciados, sendo fundamentais no processo de compreensão da acessibilidade das Comunidades Tradicionais a eles. O capítulo 3 apresenta as análises demográficas e socioambientais das Comunidades Tradicionais, através de alguns indicadores levantados a partir do Censo Demográfico. Neste capítulo ainda propõe-se a percepção da distância dos centros de saúde às Comunidades Tradicionais, levantando a questão do acesso a esse serviço básico. O capítulo 4 apresenta uma discussão das análises apresentadas, avaliando a eficiência dos indicadores do Censo IBGE 2010 para as Comunidades Tradicionais, apresentando possíveis políticas públicas necessárias a esses povos, para que possam usufruir de uma melhor gestão de seu território.

## **1. GEOGRAFIA, AMBIENTE E SAÚDE: O ESPAÇO COMO CONVERGÊNCIA.**

A escolha do método para fomentar a pesquisa, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 27) “depende de muitos fatores: da natureza do objeto que pretendemos pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e, sobretudo, da inspiração filosófica do pesquisador”. A partir da década de 1990 houve um aumento na produção geográfica, havendo uma diversidade de temas, teorias, métodos, conceitos e técnicas empregados pelos geógrafos (Alves e Ferreira, 2011). Edgar Morin (2005) aborda a complexidade para se compreender o espaço geográfico, trabalhando em sua obra “O método 1: a natureza da natureza” com a tese da análise sistêmica e da complexidade para os diversos fenômenos da natureza, sendo de ordem (econômica, ambiental, cultural, social...), propondo que os elementos não devem ser analisados de forma isolada uns dos outros e sim, analisados com suas inter-relações, pois há uma complexidade organizada entre os elementos humanos, físicos, ambientais e até mesmo técnicos.

Ao levar em conta a complexidade da análise geográfica, esta pesquisa se enquadra em um viés analítico, crítico e político, na qual identifica um problema visando sua solução através de políticas específicas as Comunidades Tradicionais. Este trabalho envolve pesquisas bibliográficas, dados estatísticos do IBGE e pesquisas de campo, para obter assim os dados necessários para compreensão do problema. Desta forma, trata-se de uma pesquisa exploratória por envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiência com o problema pesquisado (Prodanov e Freitas, 2013); e uma pesquisa explicativa, por identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (neste caso, a saúde), aprofundando “o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas.” (GIL, 2010, p. 28). “A pesquisa explicativa apresenta como objetivo primordial a necessidade de aprofundamento da realidade, por meio da manipulação e do controle de variáveis, com o escopo de identificar qual a variável independente ou aquela que determina a causa da variável dependente do fenômeno em estudo para, em seguida, estudá-lo em profundidade” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 57). Isto posto, a primeira etapa consistiu na busca, levantamento de dados e informações referentes à região de estudo.

Inicialmente as pesquisas para a realização do trabalho ocorreram em meios digitais e no acervo da Biblioteca Central do Estudante (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). Por não haver sítios institucionais que forneçam a compilação dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) existentes na Chapada dos Veadeiros e nem informações

específicas quanto à saúde deles, realizou-se inicialmente um levantamento de todos os PCT's em vias virtuais e no acervo da Biblioteca Central do Estudante (BCE) da Universidade de Brasília (UnB), bem como sítios institucionais de pesquisa, prefeituras municipais, cartilhas, revistas eletrônicas e repositórios universitários, buscando apontar de um modo mais completo quanto possível todos os PCT's existentes na região da Chapada dos Veadeiros. Após reunir os nomes dos núcleos dos PCT's, foi implementado o uso de cartografias participativas, como o Wikimapia (sistema de busca e mapeamento colaborativo, que identifica desde pequenos comércios até cidades inteiras) e geotecnologias, como o Google Earth, sendo essenciais na identificação e captura das coordenadas geográficas dos PCT's.

Em paralelo à compilação de dados, uma saída de campo foi realizada à Chapada dos Veadeiros, sendo assim visitados os postos e hospitais de saúde de cinco dos oito municípios da microrregião. Devido ao difícil acesso, apenas uma Comunidade Tradicional Quilombola foi visitada, sendo realizada uma pesquisa empírica e entrevista com alguns moradores na Comunidade do Moinho. Ao visitar o município de Cavalcante, obteve-se contato com uma moradora do Quilombo Kalunga, sendo a sua entrevista de grande valia para o trabalho.

Para compreender parcialmente a acessibilidade dos PCT's aos serviços de saúde, utilizou-se o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CnesNET/DATASUS), que disponibiliza todas as unidades existentes por município, abordando tanto as áreas urbanas como as rurais. As áreas urbanas e rurais foram identificadas pelo arquivo de Setores Censitários fornecido pelo Censo Demográfico do IBGE – 2010, que pormenorizou as áreas rurais e urbanas da Chapada dos Veadeiros da seguinte forma: Áreas urbanizadas de cidade ou vila, áreas não urbanizadas de cidade ou vila, aglomerados rurais isolados – povoados e zonas rurais (IBGE, 2010).

Como já mencionado, os dados secundários utilizados para o possível apontamento da situação de saúde dos PCT's foram principalmente os dos Setores Censitários do IBGE. Utilizando-os como base para unidade de análise, foram avaliados os seguintes indicadores sobre os domicílios particulares (domicílio em que os relacionamentos entre os ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência): Registro Civil, Alfabetização, Cor e Raça, cobertura da rede de Abastecimento de Água, cobertura da rede de Esgotamento Sanitário e cobertura do Destino do Lixo. Essas

variáveis, especialmente as de saneamento básico, foram selecionadas por ter ampla relação com a saúde das populações.

Para auxiliar a análise, foram utilizados materiais publicados no II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais ocorrido em novembro de 2014, bem como os Cadernos de Saúde e Territoriais disponibilizados pelo governo do Estado de Goiás.

A compilação dos PCT's, dos estabelecimentos de saúde e dos indicadores disponibilizados pelo IBGE foram tabulados, espacializados, salvos em formato de shapefiles (dados geoespaciais em forma de vetor usado no SIG) e recortados nos limites das Comunidades Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, para efetuar a construção de mapas temáticos nos softwares ArcGIS e QuantumGis. A análise do dados da saúde da população, bem como a análise do acesso a saúde, fornecem um possível subsídio para o fomento de políticas públicas para essas Comunidades Tradicionais.

Essas relações existentes entre saúde, doença e espaço tem valor na geografia desde há muito, sendo Hipócrates (430-377 a.C.) o primeiro a reconhecer um conjunto de elementos físicos como geradores de enfermidades (Nossa, 2014). Traçando um paralelo entre essas categorias, o capítulo a seguir expõe a forma em que a ciência geográfica se assume em um viés humanista e tecnicista, a fim de colaborar com as discussões sobre a saúde e o acesso aos serviços de saúde, sendo essa análise precípua nas Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros.

## **1.1 O território e as Comunidades Tradicionais**

O conceito de território emerge na ciência geográfica por meio da proposta de Friedrich Ratzel, que além de trazer o debate territorial para a Geografia, o coloca como necessário à reprodução da sociedade e do Estado. Em meio ao expansionismo imperialista europeu do final do século XIX, o autor defende o “espaço vital” como elemento fundamental no processo de “desenvolvimento” das Nações. Sendo um dos grandes responsáveis pela humanização da ciência geográfica, acredita que “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL, 1990, p. 74).

Claude Raffestin, em seu livro “Por uma Geografia do Poder”, refuta as ideias de Ratzel, propondo repensar o conceito de território deixado por ele e pela Geografia Política Clássica:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

De acordo com o autor supracitado, as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com o espaço, estão no poder. Conforme Saquet (2010), a limitação na análise de Raffestin está na compreensão do conceito de espaço. Expõe que na medida em que Raffestin concebe o espaço como substrato, como palco, pré-existente ao território, este autor reduz o entendimento do Espaço à natureza-superfície, recursos naturais.

Ao estabelecer uma ligação entre território e lugar, Bonnemaïson (1981 apud HOLZER, 1997) acredita que um território, antes de ser uma fronteira, é um conjunto de lugares hierárquicos conectados por uma rede de itinerários (...). No interior deste espaço-território os grupos e as etnias vivem uma certa ligação entre o enraizamento (...). Depreende-se desta afirmação, que o território é repleto de subjetividades, simbolismos e culturas.

A identidade, o simbolismo e a cultura são dimensões essenciais para a compreensão do território. A relação entre identidade e território é tão forte que “toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária” (COSTA & COSTA, 2008).

Little (2002) acredita que pelo fato do território surgir das condutas de territorialidade de um grupo social, consequentemente qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. “Outro aspecto fundamental para territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (Little, 2002, pg. 4).

Milton Santos (1994) discorre explicitamente sobre o uso do território. Assevera que “é o uso do território, não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. Diferencia território de território usado, ao ressaltar que: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

A história do Brasil é repleta territorializações. Podemos citar a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das *plantations* açucareiras e algodozeiras no Nordeste nos séculos XVII e

XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX... Para Paul Little (2002), podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos. Segundo ele:

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas. Mas se, por um lado, existem múltiplas formas de resistência, por outro, todas as respostas desses grupos não necessariamente devem ser classificadas como de resistência. Existem também processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas. (Little, 2002, pg. 05).

Esses distintos e longos processos ocasionaram a formação de territórios e grupos sociais heterogêneos. Ademais, Little (2002, pg. 05) ressalta que “o território de um grupo social determinado, incluindo as condutas territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele”.

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em séculos de ocupação, possibilitando assim as reivindicações do território. A circunstância de sempre estarem fora do regime formal da Colônia, do Império e até mesmo da República, não invalida a requisição dessas comunidades, que possuem um peso histórico e cultural arraigado às terras que ocupam. Little (1994) denota que a expressão da territorialidade não consiste na figura de leis e títulos, mas sim na memória dos povos, que agregam símbolos e identidades na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Neste contexto, percebe-se que o território surge a partir da territorialidade de um determinado grupo, sendo um produto histórico de processos sociais e políticos. As Comunidades Tradicionais fundamentam-se em séculos de ocupação, no qual os diversos e extensos territórios acompanham a imensa diversidade sociocultural do país, sendo até hoje abordadas no campo das lutas territoriais presentes em todo Brasil.

## **1.2 Comunidades Tradicionais no Brasil**

No bojo da revolução social e cultural que ocorreu em quase todo o mundo nas décadas de 1960 e 1970, os povos indígenas e tribais também despertaram para a realidade de suas origens étnicas e culturais e, conseqüentemente, para seu direito de serem diferentes sem deixarem de ser iguais. Conscientes de sua importância e sob a orientação de sólidas organizações de promoção de seus interesses e proteção de seus direitos, esses povos passaram a assumir, eles próprios, o direito de reivindicar, acima de tudo, sua identidade étnica, cultural, econômica e social, rejeitando, inclusive, serem chamados de “populações”. (OIT, Convenção 169, 2011).

Pereira e Diegues (2010) afirmam que o termo “população tradicional” está no centro de diversas questões e “sua implicação ultrapassa a procura pela teorização, envolvendo uma série de problemáticas relacionadas às políticas ambientais, territoriais e tecnológicas (...)”. Segundo eles, diversas instituições dedicam-se a este assunto, porém apresentam dificuldade ao tentarem postular uma definição que seria aceita em todo o mundo. A formalização do conceito de população tradicional “facilitaria a proteção dos conhecimentos tradicionais difundidos pela tradição oral destas populações”.

Porém, nos últimos anos, os povos e comunidades tradicionais passaram a ter mais acesso aos serviços públicos dos quais estavam excluídos antes, além de participarem de fóruns locais de debate e negociação de políticas públicas. A construção de uma política para esses segmentos teve início em 2003, mas um momento importante para esses povos foi em 2005, quando ocorreu o I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, do qual resultou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Esta comissão, composta por 15 representações da sociedade civil e 15 representações do Governo Federal e com uma média de 4 reuniões quadrimestrais por ano, coordenou a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (CAISAN, 2011).

No Brasil, o decreto presidencial nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução



cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007).

A CNPCT, responsável por acompanhar as políticas, ações e programas importantes para esses grupos, representa os seguintes segmentos:

- Sertanejos
- Seringueiros
- Fundo e Fecho de Pasto
- Extrativistas
- Faxinalenses
- Pescadoras e Pescadores Artesanais
- Povos e Comunidades de Terreiro
- Povos Índigenas
- Povos Ciganos
- Pantaneiros
- Quebradeiras de Coco Babaçu
- Caiçaras
- Comunidades do Cerrado
- Quilombolas
- Pomeranos

As populações tradicionais são caracterizadas principalmente no que se refere à utilização dos recursos naturais e a transmissão oral de seus conhecimentos, que conforme Arruda e Diegues (2001, p. 31), é composto pelo “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração”.

Historicamente, os cinco séculos de guerras, conflitos, extinções, migrações forçadas e reaglomeração de etnias envolvendo centenas de povos indígenas e diversos invasores portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, comprovam a resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle de seu território. Acreditava-se, até meados dos anos 70, que o desaparecimento dos povos

indígenas seria algo inevitável. Nos anos 80, a população indígena começou a crescer constantemente, o que indica um retomada demográfica por parte da maioria dos povos, embora alguns deles tenham diminuído sua população ou estão prestes a serem extinguidos. Na listagem de povos elaborada pelo Instituto Socioambiental (ISA), sete deles têm populações entre 5 e 40 indivíduos. Os mais de 240 povos indígenas somam, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país.

Little (2002, p. 04) relembra que no caso dos escravos africanos, “a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas.” Os quilombos que surgiram a partir da fuga das *plantations* e engenhos se consolidaram como grupo social, ocupando áreas no interior da colônia, defendendo esse território de ataques externos. Almeida (2000: 173 apud Little, 2002) argumenta, como base nos múltiplos casos históricos no Maranhão, que o conceito de remanescentes das comunidades dos quilombos não deve ser restringido a casos de fuga, mas precisa incorporar o amplo leque de situações no qual, em vez de grandes deslocamentos por parte dos escravos, houve a apropriação efetiva das grandes propriedades que entraram em decadência ou faliram, assim “aquilombando a casagrande”. Segundo a Fundação Palmares, atualmente existem cerca de 1.500 comunidades quilombolas certificadas pelo órgão.

Os regimes de propriedade dos quilombos, as diversas “terras de preto” e as comunidades cafuzas possuem diferenças marcantes em relação aos povos indígenas, mas ainda se mantêm dentro da ampla categoria de formas de propriedade comum.

As populações extrativistas representam outros grupos sociais incluídos na categoria de tradicionais e tendem a ser reconhecidos pelos produtos que extraem e vendem no mercado – faxinalenses, seringueiros, fundo e fecho de pasto, castanheiros, babaqueiros, pescadores, apesar de a extração dos produtos serem apenas um elemento de um complexo sistema de integração dessas comunidades.

Tratando das populações Sertanejas, dos Povos de Terreiro, dos Caiçaras do litoral brasileiro, dos Pomeranos, dos Povos Ciganos e dos pantaneiros do Pantanal, Diegues (1996, p. 428) relata as diferentes “formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais” baseadas num “conjunto de regras e valores consuetudinários<sup>1</sup>, da ‘lei do respeito’, e

---

<sup>1</sup> O povo medieval legislava elaborando as *leis consuetudinárias*. *Consuetudo* é uma palavra latina que significa costume. A lei consuetudinária registrava no papel os costumes criados por todas as categorias sociais na vida de todos os dias. Essas leis eram guardadas na mente dos populares. Quando a necessidade impunha, essas leis orais

de uma teia de reciprocidades sociais onde o parentesco e o compadrio assumem um papel preponderante”.

Little (2002) salienta que a diversidade fundiária do Brasil foi pouco conhecida e pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro. Segundo ele:

“Ao incluir os diversos grupos não-camponeses na problemática fundiária – no que Bromley (1989) chama de uma “outra reforma agrária” –, a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial” (Little, 2002, pg. 02).

Para Diegues e Moreira (2001), com a crescente expansão urbano-industrial e da fronteira agrícola, o acesso das Comunidades Tradicionais aos recursos de uso comum dessa população começou a ser ameaçada.

As novas exigências quanto ao território dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e demais Comunidades Tradicionais representam uma afirmação de sua cultura e costumes que perpassam séculos. São populações que sempre estiveram a mercê do Estado e que atualmente, protegidos pela CNPCT, visam o desenvolvimento sustentável, buscando o reconhecimento e fortalecimento de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. É através da CNPCT que surge a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que se dedica em tratar do acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais, da infraestrutura, inclusão social e fomento a produção sustentável.

Diante destes fatos, compreende-se as constantes lutas desses povos a fim de que seus direitos essenciais sejam garantidos. A localização geográfica tem ampla influência na acessibilidade das Comunidades Tradicionais aos recursos sociais, sendo que o acesso à saúde está intimamente vinculado às condições de vida dessas populações.

### **1.3 O Espaço para apoiar a gestão de saúde**

A ciência geográfica sempre investigou a possível relação entre saúde e espaço. Paulo Nossa (2014, p. 17) afirma que os primeiros contributos empíricos que deram

---

eram escritas em pergaminhos. Estes eram guardados como tesouros. (Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. **Lei consuetudinária: como era feita a legislação na Idade Média**, 2014).

fundamento a esta associação “devem-se a Hipócrates (460-377 a.C.) que secundarizou o princípio mágico-religioso, identificando os elementos físicos (...) como fatores causais para as enfermidades que afectavam o Homem”.

Alexander Von Humboldt (1769-1859), reconhecido como fundador da geografia moderna e balizado pela tradição naturalista, procurou a relação de todos os fenômenos da natureza com a espécie humana. A sua influência analítica e metodológica impulsionou os epidemiologistas e geógrafos da época a referenciar grande parte das informações sanitárias, deixando-as cartografadas.

Até meados do século XIX, as tentativas de prevenir a disseminação de agravos à saúde se deram através do progressivo afastamento dos cemitérios das áreas urbanas, controle sobre hospitais e diversas medidas avulsas de higiene (Nossa, 2014).

O exemplo mais marcante do uso do mapeamento para análises de saúde é talvez o mais antigo, produzido por John Snow, em 1854. Em meio a uma terrível epidemia de cólera em Londres, esse médico mapeou as residências de mortos pela doença e as bombas d'água que abasteciam as residências, supondo em seu mapeamento que a água tinha papel fundamental na disseminação da doença. Snow utilizou a representação cartográfica descritiva a serviço da análise geográfica, em que a posição ou a localização são os atributos essenciais na condução da análise (Brasil, 2006).

Nas primeiras décadas do século XX, o paradigma urbano-sanitário resulta da união de cinco patamares fundamentais. Gonçalves Ferreira pondera:

1. Movimento da reforma sanitária desenvolvido por Chadwick e Smith, na segunda metade do século XIX, investigando e propiciando melhores condições sanitárias ao meio ambiente modificado pela industrialização;
2. As descobertas da nova era bacteriológica (1857-1870);
3. A estruturação da nova medicina, do ensino médico e de enfermagem, com reflexo na modernização dos cuidados hospitalares, combinando as medidas de assepsia decorrentes dos progressos bacteriológicos;
4. A recolha de dados estatísticos da população, com a realização regular de censos e inquéritos sociais que permitiam relacionar a morbidade e a mortalidade com as condições de vida dos indivíduos, independentemente de teorias médicas mais imaginativas;
5. A ação dos reformadores sanitários e sociais, tornada mais eficiente e orientada para a população e governos, prosseguindo medidas capazes de melhorar a saúde pública. (Ferreira, 1990 apud Nossa, 2014).

As noções de saúde e doença foram construídas socialmente ao longo da história. O marco fundamental que influenciou a noção de saúde que temos atualmente foi a definição da OMS, em 1948, que afirmou ser a saúde: “... um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença”. Essa definição teve o mérito de

ampliar o debate sobre o conceito de saúde e também sobre o campo da saúde, reforçando a convicção de que a saúde não é um assunto só para médicos e pacientes (BRASIL, 2006).

Até a primeira metade do século XX, a abordagem tradicional da Geografia Médica conformava a produção científica através da cartografia e padronização das principais patologias. Nossa (2014, p. 25) afirma que “as doenças se associam, em determinadas circunstâncias, a um conjunto de elementos físicos destinados a testar hipóteses identificadoras de factores suficientes, tidos como relevantes no desencadear de estados mórbidos”.

A rejeição do determinismo da abordagem tradicional e a revalorização humanista conduzem à classificação de aspectos qualitativos na investigação da temática do uso dos cuidados de saúde. Nossa (2014, p. 49) exemplifica os territórios particularmente desfavorecidos e os *ghettos*, em que “as condições de pobreza e educação funcionam como determinantes sobre a saúde individual e colectiva”. Aqui, injustiça territorial deriva do desacordo entre a concepção de acessibilidade e disponibilidade. O autor reformula a discussão da noção de equidade de acesso em cenários de pobreza, de dependência e de vulnerabilidade social, agregando a influência de fatores como a habitação, o rendimento, a integração social, a literacia e as crenças.

A maior contribuição da geografia para os estudos de saúde, como já mencionado é antiga, mas veio sendo retomada com a Geografia Crítica a partir de 1970. Nesta vertente, o espaço geográfico é o espaço social onde se dão as relações humanas, sendo um espaço relacional. O geógrafo Milton Santos afirmava que o espaço geográfico é o conjunto de relações realizadas através de funções (produção, circulação e consumo) e formas (objetos geográficos) (BRASIL, 2006).

A noção de equidade em saúde foi retomada pela OMS em 1985, no sentido de repensá-la, a fim de diminuir as diferenças e injustiças sociais, com impacto efetivo sobre a saúde e o acesso aos cuidados da saúde (Nossa, 2014).

Simões (1989, apud Nossa, 2001) menciona importantes contribuições de investigações desenvolvidas no âmbito da Geografia dos Cuidados da Saúde, no que concerne a acessibilidade:

As diferenças sociais e econômicas segundo a raça e o rendimento reduzem, efectivamente, o acesso aos médicos e hospitais para os negros e pobres em geral. Consequentemente, estes doentes têm de percorrer, em média, maiores distâncias que a generalidade dos doentes brancos” (Morril e Earicson, 1970, apud Simões, 1989: 35).

A crescente produção geográfica no campo igualdade/desigualdade no acesso aos equipamentos de saúde funciona como uma forma de chamar atenção às políticas sociais, a fim de que providências sejam tomadas. O acesso à saúde está intimamente vinculado condições de habitação, nutrição, educação e poder aquisitivo, que compõem juntamente com a acessibilidade dos serviços de saúde, o contexto do acesso à saúde (UNGLERT, 1995).

A geografia se assume como ciência colaborativa para as discussões sobre a saúde. Refutando a abordagem tradicional, procura um embasamento humanista, dando lugar a conceitos geográficos como: lugar, acessibilidade e espaço. O referenciamento espacial por meio de ambientes SIG apoiam a temática da desigualdade de acesso a equipamentos de saúde, sendo de grande relevância nessa pesquisa, visto que o alcance das Comunidades Tradicionais aos Cuidados com a Saúde necessita de uma atenção maior dos equipamentos públicos.

#### **1.4 Base de dados para caracterização das Comunidades Tradicionais**

É através dos Setores Censitários do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, que a caracterização das Comunidades Tradicionais da Chapada dos Veadeiros foi realizada. As possíveis informações secundárias disponíveis sobre a população, como saneamento básico, alfabetização e registro civil, foram utilizadas para a compreensão da situação de saúde desses povos, através da espacialização desses dados por meio de Cartografias Participativas e Geotecnologias.

Os Censos Demográficos, por pesquisarem todos os domicílios do País, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais (IBGE, 2011).

Os dados por Setores Censitários foram verificados, com o intuito de compreender as características dos domicílios particulares e das pessoas que foram investigadas para a totalidade da população e são denominados, por convenção, resultados do universo. Segundo o IBGE, o setor censitário representa “a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a Totalidade Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País”. (BRASIL, 2011, p. 03).

Além de utilizar os Setores Censitários do IBGE para a obtenção de possíveis indicadores sobre as Comunidades Tradicionais, há relevância considerar a questão da distância desses povos aos serviços e saúde mais próximos. Mckinlay (1978, apud Nossa, 2014) propõe linhas de investigação a propósito da acessibilidade e utilização de serviços de saúde, com o intuito de compreender quais as barreiras implícitas ou explícitas que condicionam o uso dos serviços de saúde, ressaltando as abordagens econômicas, sociodemográficas, geográficas, sociopsicológicas, socioculturais e organizacionais.

O autor mencionado acima partilha na abordagem geográfica a preocupação em relação à distância e a localização dos serviços de saúde. Para ele, podem-se incluir avaliações do consumo dos serviços de saúde levando em consideração fatores que facilitam o acesso, como a informação e o transporte até os locais que oferecem os serviços. Na abordagem sociocultural, o autor propõe investigações sobre o tipo de procedimento inerente a determinadas culturas. Devem ser levados em consideração os saberes tradicionais relacionados com a saúde e o tratamento da doença, em confronto com as orientações informadas pela medicina erudita. A partir destas perspectivas, valoriza-se as teorias sociais como fonte de sabedoria entre os grupos, especialmente para a investigação saúde, doença e espaço.

Visando compreender estas questões, busca-se uma articulação entre as Comunidades Tradicionais, o Censo Demográfico 2010 e as Geotecnologias/ Cartografias Participativas. A conexão desses temas auxilia a visibilidade das Comunidades Tradicionais, especificamente as da Chapada dos Veadeiros, bem como analisa os dados fornecidos pelos setores censitários (os setores selecionados para as análises foram os relativos à saúde); pretende-se assim, articular essas informações à Sistemas de Informações Geográficas (SIG), como suporte ao processo decisório relacionado a distribuição espacial de serviços de saúde e o acesso das Comunidades a eles.

### **1.5 Geotecnologia e Cartografia Participativa para obtenção de dados para a gestão em saúde**

É significativa a relevância que a variável “espaço” tem na interpretação e explicação dos processos de saúde, sendo expressivamente considerada desde os estudos iniciais de topografia médica dos séculos XVIII e XIX, até às investigações integradas na moderna concepção de Geografia da Saúde. O espaço carrega diferentes dinâmicas sociais,

refletindo-as nos diversos grupos existentes na sociedade, conjugando estes fatores a estrutura espacial (Nossa, 2014).

Paulo Nossa (2014) relata como diversas áreas do conhecimento ao utilizarem a variável “espaço”, vêm se beneficiando da utilização de geotecnologias, por ela ser:

(...) um vasto conjunto de técnicas de geoprocessamento, envolvendo o tratamento e manipulação de dados geográficos, que vão desde a detecção remota, sistemas de posicionamento global (GPS), cartografia automática, até a mais completa técnica de geoprocessamento – Sistema de Informação Geográfica (SIG) – que, tendo como base um computador, permite incorporar no mesmo sistema computacional o processo de captura, armazenamento, gestão, análise e visualização de informações geográficas. (Santos, Pina e Carvalho, 2000, apud Nossa, 2014, p. 131)

Sendo assim, percebe-se o quanto as geotecnologias podem auxiliar diferentes áreas, fornecendo a visualização de informações, organizando e georreferenciando dados, integrando elementos oriundos de diferentes fontes para a efetuação de análises sobre zonas específicas ou mais abrangentes. Rosa (2005) afirma que as geotecnologias trazem em seu bojo avanços significativos no desenvolvimento de pesquisas, em ações de planejamento, em processos de gestão e em tantos outros aspectos ligados à questão espacial, que influenciam as populações.

Além das técnicas e dados oficiais, é interessante abordar a inserção da população na produção do mapeamento. Acselrad e Coli (2008) relatam as diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas, que se disseminaram mundialmente em 1990. Os ambientes online se caracterizaram como um espaço adequado para expor um ideal de coletividade, sendo exemplificados pelo Wikipedia/ Wikimapia, que só funcionam à base dos conteúdos enviados por usuários.

A geocolaboração, que designa as tentativas ou as situações colaborativas que utilizam os dados geográficos e as tecnologias geomáticas (...) representa um dos principais eixos de reflexão a se considerar, de modo renovado, a cartografia participativa. Fundamentada na interação permanente entre conteúdos e usuários, esse tipo de situação permite emergir novos conhecimentos localizados por meio de diálogo e confronto de saberes (...) (MERICKSKAY & ROCHE, 2010, p. 237 apud Sousa, 2011).

Deste modo, passamos a ser testemunhas e, principalmente, participantes e agentes ativos de ambientes online cujo funcionamento está deliberadamente baseado na contribuição dos seus usuários (MALINI, 2008).



Assim é que métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como as dos SIG – Sistemas de Informação Geográfica, dos Global Positioning Systems (GPS) e do sensoriamento remoto foram adotados para a elaboração dos mapas, gerando um novo horizonte de produção. Borges e Bertoni (2012) ponderam que a intervenção da participação popular na produção de mapas promove atualmente uma ruptura paradigmática na ciência cartográfica secularmente restringida à tecnocracia e aos ditames de superestruturas hegemônicas. Essa intervenção popular na produção de mapas assume particular relevo a investigação das “relações topológicas de proximidade entre os dados (fonte de contaminação), conectividade (acesso a serviços de saúde, envolvendo estudos de acesso físico), adjacência (estudos de vizinhança) e contingência (quantidade de eventos por unidade de área)” (Nossa, 2014).

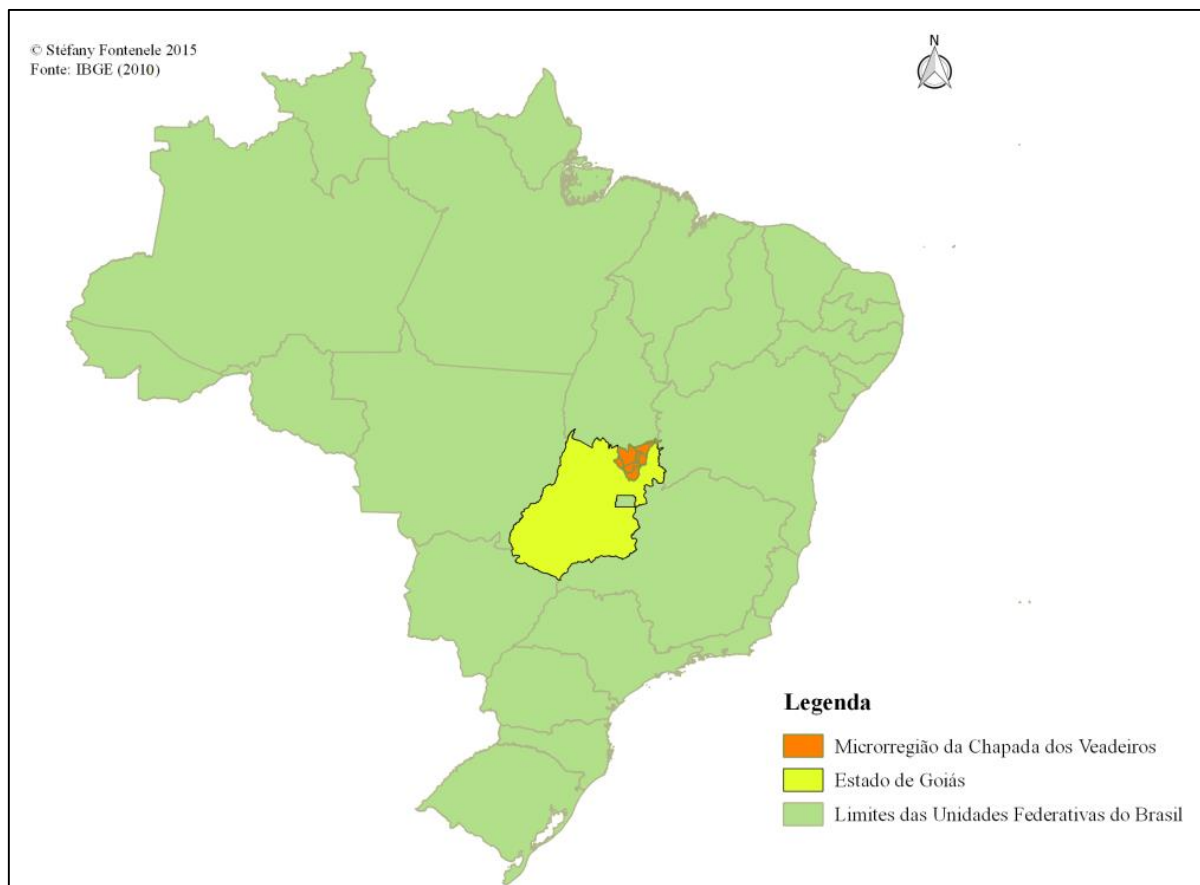
Najar e Marques (1998, p. 16) afirmam que as técnicas de cartografia digital e de construção de sistemas de informações georreferenciados têm atraído intenso interesse dos profissionais da saúde, realizando um importante diálogo com as demais disciplinas, “ocupando uma parte significativa do diálogo com as demais disciplinas, aspecto previsível em um campo onde mesmo as atividades teóricas estão intensamente envolvidas com preocupações práticas e ligadas aos serviços de saúde”.

Dessa forma, percebe-se que ao utilizar as Cartografias Participativas e as Geotecnologias na área da saúde, pode-se aperfeiçoar a análise da situação de saúde das Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros, bem como analisar as condições de vida da população e do ambiente, verificando o acesso desses povos aos serviços de saúde, sendo possível trabalhar com informações de diferentes origens e formatos.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, ESTRUTURA TERRITORIAL E ASPECTOS DE USO DO TERRITÓRIO

A Chapada dos Veadeiros é uma microrregião, isto é, um conjunto de municípios definido com base em características do quadro natural. Localiza-se na região Nordeste do Estado de Goiás, tradicionalmente conhecida por ser uma das maiores incongruências territoriais de Goiás: por um lado resguarda uma bela e potencial reserva natural, por outro, reduz-se a condição de “corredor da miséria” social. Carvalho (2004, p. 01) afirma que essa região posiciona-se hoje como uma das que guardam as maiores riquezas naturais do estado de Goiás, legitimando-lhe o título, pela UNESCO, de Reserva da Biosfera de Goyas, além da sua inserção no documento das Ações Prioritárias para a conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal.

**Figura 1:** Localização da microrregião da Chapada dos Veadeiros

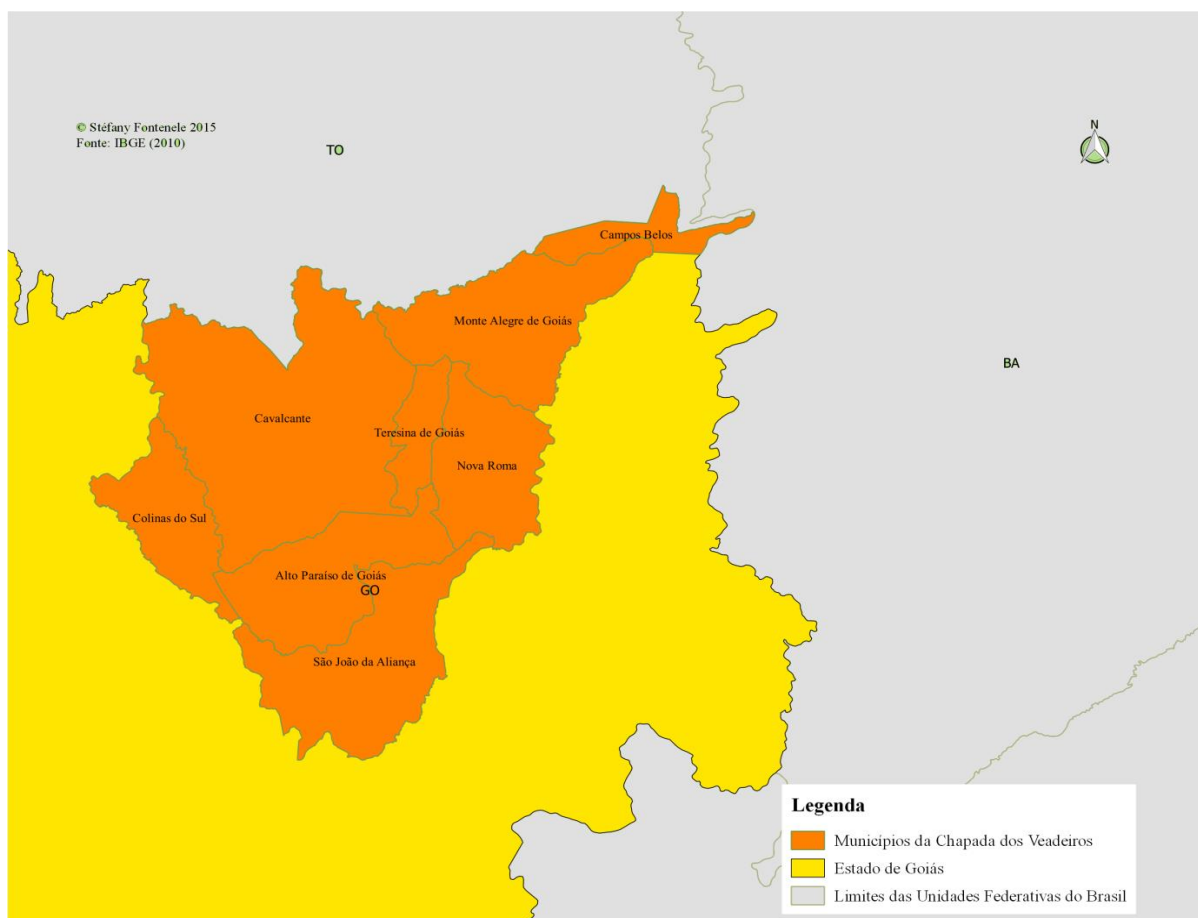


O reconhecimento como patrimônio ambiental dá a essa região uma contraditória qualificação: uma pobreza econômica contra uma riqueza ambiental/cultural. Essa condição do desenvolvimento econômico tem reação imediata no desenvolvimento social,

principalmente pela forma díspar em que os recursos existentes no território são apropriados, especialmente na questão fundiária. Tais desigualdades são resultado da ocupação desordenada da área central do País, sempre visando à expansão das atividades mercantis e de satisfação dos interesses capitalistas, como a produção agrícola e pecuária.

## **2.1 Chapada dos Veadeiros**

A região da Chapada dos Veadeiros situa-se no Planalto Central brasileiro, na região administrativa Centro-Oeste, a nordeste do Estado de Goiás. Divide fronteiras com cinco outros estados: Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (ICMBIO, 2009). Localizada a 230 km de Brasília, é considerada como uma microrregião, visto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Resolução da Presidência (PR) nº 11, de 5 de junho de 1990, dividiu o Estado de Goiás em Microrregiões Geográficas e as definiu "como um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração".

**Figura 2:** Municípios Chapada dos Veadeiros

Com limites entre as latitudes 14° e 15° Sul e longitudes 47° e 49° WGr, a microrregião da Chapada dos Veadeiros possui uma área total de 21.475, 60 km<sup>2</sup>, abrangendo oito municípios, sendo eles: São João d'Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Cavalcante, Monte Alegre, Campos Belos e Nova Roma (MDA, 2010). Segundo dados censitários do portal cidades do IBGE, a população total estimada em 2010 era de 66.803 habitantes. A tabela 1 explicita a densidade demográfica por área das unidades territoriais por município:

**Tabela 1.** Densidade demográfica da microrregião da Chapada dos Veadeiros

Municípios	População 2010	Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Alto Paraíso de Goiás	6.885	2.593,91	2,7
Campos Belos	18.410	724,07	25,4
Cavalcante	9.392	6.953,67	1,4
Colinas do Sul	3.523	1.708,19	2,1

Monte Alegre de Goiás	7.730	3.119,81	2,5
Nova Roma	3.471	2.135,96	1,6
São João d'Aliança	10.257	3.327,38	3,1
Teresina de Goiás	3.016	774,64	3,9

---

**Fonte:** IBGE (2010).

O município mais populoso é Campos Belos, com 18.410 habitantes, também o mais povoado, com 25,4 hab/km<sup>2</sup>. O menos populoso é Teresina de Goiás, com 3.016 habitantes, embora o menos povoado seja Cavalcante, com apenas 1,40 hab/km<sup>2</sup>. Apesar de sua dimensão espacial, esses municípios juntos concentram uma pequena parcela de todo o contingente populacional do estado de Goiás. Esse fato deve-se, dentre outros, à estagnação econômica que fez com que a região fosse chamada, durante anos, de “cinturão da pobreza”. A economia municipal baseia-se principalmente na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva e os Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDHM) estão entre os menores do estado (ICMBIO, 2009).

Quanto aos aspectos físicos, Felfili (2007) afirma que altitude média da Chapada dos Veadeiros varia de 800 a 1.650m, por estar localizada geomorfologicamente no Planalto Central goiano e no Complexo Montanhoso Veadeiros-Araí, limitados por escarpas e serras. Entretanto, o Plano de Manejo da Chapada dos Veadeiros publicado pelo ICMBIO em 2009 afirma que a região chega aos 1.676m (Serra do Pouso Alto). Essa altitude influencia amplamente na variabilidade da vegetação, sendo característica dos cerrados de altitude, com inúmeras espécies exóticas que formam um complexo de paisagens naturais. Lima (2009, p. 104) afirma que além do cerrado propriamente dito, destacam-se nesta fitofisionomia singular, o cerradão, campos rupestres, capões e mata ciliares. “Nas áreas onde as superfícies são entalhadas por veredas, ocorre uma vegetação hidrófila, com palmeiras majestosas conhecidas por buritis.” A partir dessa evidente diversidade, houve grandes incentivos ao longo do tempo para a criação de unidades de proteção na região. Em Goiás, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) foi instituído pela Lei n. 12.247/02, regulamentada pelo Decreto Estadual n. 5.806/03. Objetivando a conservação sob limites definidos e sob regime especial de administração, as Unidades de Conservação se subdividem em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável.

**Tabela 2.** Unidades de Conservação da Chapada dos Veadeiros

Unidade de Conservação	Municípios	Escala	Ano de criação	Grupo	Órgão Gestor
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante	Federal	1961	Integral	ICMBIO
Área de Proteção Ambiental Pouso Alto	Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João D'Aliança	Estadual	2001	Uso sustentável	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás
Parque Municipal Abílio Herculano Szervimskis	Alto Paraíso de Goiás	Municipal			
Parque Municipal do Distrito de São Jorge	Alto Paraíso de Goiás	Municipal			
RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas	Colinas do Sul				
RPPN Vita Parque	Alto Paraíso				
RPPN Vale dos Sonhos	Alto Paraíso				
RPPN Cara Preta	Alto Paraíso				
RPPN Terra do Segredo	Alto Paraíso				
RPPN Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais	Alto Paraíso				
RPPN Fazenda Campo Alegre	Alto Paraíso				
RPPN Fazenda Mata Funda	Alto Paraíso				
RPPN Escarpas do Paraíso	Alto Paraíso				
RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões	Alto Paraíso				
RPPN Varanda da Serra	Cavalcante				
RPPN Vale das Araras	Cavalcante				
RPPN Soluar e Reserva Natural do Tombador	Cavalcante				
RPPN Parque do Capetinga	São João d'Aliança				
RPPN Nascentes do Rio Tocantins	São João d'Aliança				
Terra indígena Avá Canoeiro	Colinas do Sul		Demarcada em 1999.		

**Fonte:** SEUC (2015)

Como vimos, o SEUC defini as áreas de proteção a fim de resguardar a variabilidade e as diferentes espécies vegetais e de populações humanas. Além de povos indígenas, existem diversos outros Povos Tradicionais que podem ser observados neste território, como os quilombolas e os ciganos. Para assimilar essa diversidade cultural à Chapada dos Veadeiros, é fundamental compreender a sua ocupação histórica dessa microrregião, explicitada no subtópico a seguir.

### 2.1.1 Ocupação histórica da Chapada dos Veadeiros

A Chapada dos Veadeiros e regiões anexas dos Rios Paranã e Tocantins, estão inseridas no portal da história de Goiás e do Planalto Central brasileiro. Formam um caminho inevitável para migrações, interligando as quatro partes do Brasil, desde o indígena até o colonizador. (BERTRAN, 2000).

Os habitantes originais desse território eram os índios Avá Canoeiros, Crixás e Goyazes. Em 1592, os Bandeirantes provenientes de Piracicaba-SP abriram as primeiras trilhas explorando o ouro dos riachos, principalmente em torno dos Pirineus e da Serra Dourada (Leme, 2009), criando vilas e arraiais na Chapada dos Veadeiros, nome que faz referência aos caçadores de veado-campeiro, então abundante naquele trecho de Cerrado. Os Bandeirantes traziam consigo escravos negros, que logo fugiram para os vãos entre as serras, onde constituíram comunidades que até hoje vivem isoladas, como as Comunidades Kalungas, no norte do município de Cavalcante (MDA, 2010).

Lima (2009) afirma que após as bandeiras atingirem os arredores da Chapada dos Veadeiros, foram nascendo as povoações. As minas do Julgado de São Félix de Cantalice foram descobertas em 1734, sendo que este nucleamento chegou a ter mais de 200 residências e igrejas suntuosas, que atualmente estão em ruínas. Lima (2009) ainda pondera que o arraial de Cavalcante teve fundação, princípio e nome de seu primeiro explorador: Francisco de Albuquerque Cavalcante, tendo sua fundação oficializada em 1740. Após o declínio de São Félix, hostilizada pela tribo indígena dos Avá Canoeiros e sendo palco de grandes conflitos, surge Cavalcante como “o núcleo colonizador de todas as mesas de altitude, as chapadas, inclusive a dos Veadeiros” (Lima, 2009, p. 80).

Quanto a Alto Paraíso, um marco decisivo no povoamento deste município foi em 1750, com a implantação da propriedade do Sr. Francisco de Almeida – a Fazenda Veadeiros – que se constituiu como um pequeno núcleo de colonização voltado à pecuária, ao cultivo de trigo e do café. Até o fim do século XIX, nada ocorreu nessas paisagens que perturbasse o bucolismo dos quintais e do pastoreio (MDA, 2010).

Em 1892, a chegada da Missão Cruz, encarregada de delimitar a área da futura capital do Brasil, movimentou a região. Lima (2009) afirma que o sonho de interiorização da capital do país, pelos inconfidentes Hipólito José da Costa, José Bonifácio de Andrada, Visconde Porto Seguro, dentre outros, se tornava realidade: “trazia a futura Brasília as portas da Chapada dos Veadeiros” (Leme, 2009, p. 88). Além disso, a colonização de Goiás também se deveu à migração de pecuaristas que, partiram de São Paulo em busca de melhores terras

para criar gado. Dessa origem ainda hoje deriva a vocação do estado para a pecuária (MDA, 2010).

Após 1960, toda a região da Chapada dos Veadeiros e do entorno passou a refletir as profundas transformações desencadeadas com a inauguração de Brasília. Na década de 1980, dois projetos de natureza sociocultural buscou no Planalto Central espaço para agregar novos ideais de alimentação, tecnologia e comportamento (Leme, 2009), modificando decisivamente o território: os projetos Alto Paraíso e Rumo ao Sol. O primeiro, de cunho governamental, buscava instalar infraestrutura urbana (asfalto, saneamento, hotel, aeroporto, etc.) em Alto Paraíso, visando criar um polo regional de desenvolvimento do nordeste goiano a partir do turismo e da produção de frutas nobres. Já o Projeto Rumo ao Sol, idealizado pelo movimento alternativo, tinha como objetivo a instalação e o desenvolvimento de comunidades baseadas em conceitos como o naturalismo e o misticismo. O projeto Rumo ao Sol atraiu grande contingente de migrantes para a região, grupos que fugiam do stress e da baixa qualidade de vida nos grandes centros do Sul e Sudeste, sendo definidos por Lima (2009, p. 96), como “os novos ciganos, popularmente chamados de hippies”. A partir daí, e com a implementação do ecoturismo, a Chapada dos Veadeiros e as comunidades com ela relacionadas vêm experimentando diversas transformações políticas, sociais e econômicas (MDA, 2010).

A partir da década de 90 surgem as primeiras Organizações não Governamentais (ONGs) de caráter ambiental, passando a desempenhar um papel decisivo na preservação do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros. Lima (2009) cita como exemplo de ONGs, a ACVCV – Associação dos Guias, a ASFLO – Associação dos Extrativistas e a ASJOR – Associação de Moradores de São Jorge.

A partir da contextualização histórica fornecida principalmente pelos Cadernos Territoriais publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, percebemos o quanto algumas comunidades estão envolvidas no processo de ocupação da Chapada dos Veadeiros desde 1500. Dentre as comunidades indígenas e as comunidades escravas que geraram quilombos a fim de fugir da escravidão, o subtópico seguinte procura fazer um apanhado de todas as Comunidades Tradicionais que existem atualmente nesta microrregião.



### 2.1.2 Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em julho de 2009, viviam no Estado de Goiás aproximadamente 6 milhões de pessoas. Este é o estado mais populoso do Centro-Oeste, marcado por vazios demográficos e por regiões com alta concentração populacional. Godinho (2008), em seu estudo sobre a herança genética das populações latino-americanas, detectou que a composição étnica de Goiás é de 83,70% de origem europeia, 13,30% africana e 3,0% indígena.

Essa herança genética se deve aos vários fluxos históricos e migratórios que marcaram suas influências e contornos. Segundo dados do ICMBIO (2009), no final da década de 1980 foi efetuado o projeto Bacia do Paranã e, posteriormente, os primeiros estudos do “Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico das UHE Serra da Mesa e Cana Brava”. Estes estudos encontraram e cadastraram assentamentos arqueológicos do período pré-cerâmico e cerâmico para a área de estudo e arredores:

“Alguns desses assentamentos encontram-se nos abrigos da região, outros podem ser evidenciados a céu-aberto e em paredões, como é o caso dos sítios com manifestações rupestres. Além destes sítios arqueológicos pré-históricos, também se tem notícia de inúmeras ocorrências de estruturas pertencentes a antigos quilombos e estruturas de mineração e sítios arqueológicos que ainda não estão cadastrados junto ao IPHAN. Em verdade, o Centro-Oeste parece ter sido uma região de confluência para onde várias sociedades indígenas, sobretudo as agricultoras e ceramistas, se deslocaram por motivos variados. Assim, quando os europeus pisaram pela primeira vez na América do Sul, parte considerável do Centro-Oeste brasileiro apresentava-se com um extraordinário mosaico cultural. (ICMBIO, 2009, p. 78)

Entretanto, grande parte das sociedades indígenas que ali viviam foram completamente exterminadas. Os conflitos ocasionaram a extinção dos Goya e Crixá e na redução do território atual da tribo indígena dos Avá-Canoeiros, que possuem um espaço delimitado entre os municípios de Colinas do Sul e Minaçú (ICMBIO, 2009).

#### Comunidade Tradicional Indígena

Os Avá Canoeiros (nome difundido pela habilidade desses povos em navegar com canoas e ubás em correntezas), fala a língua Avá Canoeiro, pertencente à família Tupi-Guarani, do Tronco Tupi. Próxima ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a pequena quantidade de indígenas nessa aldeia (cerca de seis), trazem a tona o veemente risco de extinção.

Os Avá são adaptados às condições ecológicas de cerrado com floresta de galeria, sendo que existem dois grupos habitando terras indígenas em Goiás: uma parte permaneceu na bacia do rio Tocantins e a outra se debandou para as margens do rio Araguaia, na Ilha do Bananal. Segundo dados do ICMBIO (2009):

Na época colonial, os Avá-Canoeiros habitavam as margens e ilhas dos rios Maranhão e Tocantins, desde a região que compreende o município goiano de Uruaçu até a cidade de Peixe, no estado do Tocantins. As frentes colonizadoras mineradoras e agropastoris e a navegação pelo rio Tocantins aceleraram o contato com os indígenas em meados do século XVIII. Fazendas de gado e de lavoura instalaram-se em seus territórios e os índios reagiram violentamente para impedir a invasão de suas terras, desencadeando, assim, uma guerra que durou um século. Os Avá-Canoeiros sempre se opuseram ao contato pacífico com o colonizador e nunca foram reduzidos enquanto grupo em aldeamentos oficiais, como os demais índios de Goiás. (Plano de Manejo da Chapada dos Veadeiros, ICMBIO, 2009, p. 79)

Por volta de 1860, sua população havia sido reduzida devido às guerras. Esses Povos Tradicionais passaram a migrar e evitar contato com os “brancos”, sobrevivendo enquanto sociedade autônoma. Um massacre guiado por fazendeiros locais na década de 70 quase dizimou a tribo, fazendo com que os sobreviventes se escondessem até 1983. No século XX, os dois pequenos grupos de Avá restantes foram praticamente obrigados a aceitar o contato. Com seis integrantes, os Avá Canoeiros desistiram da vida nômade e não mais se esconderam do mundo dito "civilizado". O grupo do Tocantins foi assentado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI entre os municípios de Colinas do Sul e Minaçu. Parte das terras por eles ocupada, pertence a área de influência da Hidrelétrica de Serra da Mesa (ICMBIO, 2009).

**Figura 3. Terra Indígena Avá Canoeiro**

Mostrar 50 ▾						
TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE(ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Avá-Canoeiro	Ava-Canoeiro	GO	Colinas do Sul, Minaçu	38.000,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Mostrando 1 à 1 de 1 registro(s)				< PRIMEIRO << ANTERIOR 1 PRÓXIMO >> ÚLTIMO >		

**Fonte:** FUNAI (2015).

### Comunidade Tradicional Quilombola

Quanto a outras Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros, existem também as Comunidades Quilombolas. A história do povo Kalunga na região da Chapada dos

Veadeiros tem início com o ciclo do ouro, quando os bandeirantes trouxeram escravos negros para extraírem os metais preciosos da região. Segundo Baiocchi (1983), o africano ou afro-brasileiro foi um elemento civilizador e desbravador do território goiano. O trabalho pesado na mineração, com jornadas de trabalho de até 18 horas, e as condições sub-humanas com que eram tratados levavam à morte, a deficiência física definitiva ou às constantes fugas. (ICMBIO, 2009). Devido a isso, fugiam pelo relevo extremamente acidentado da Chapada dos Veadeiros e formavam os primeiros quilombos. Com as constantes fugas, a população foi crescendo, se casando entre si e com as tribos indígenas (provavelmente as tribos Goya, Crixás e Avá Canoeiros), que ainda existiam em maior número na época. Desta forma, o povo Kalunga foi se transformando em uma comunidade, espalhando-se pelo território. A partir de uma agricultura de subsistência, os povos plantavam roças, criavam gados e as vezes, quando havia a necessidade de mineração, garimpavam, tudo isso sem agredir ao meio ambiente (MEC, 2001).

A partir da chegada dos pesquisadores na área, os Kalungas passaram a existir para o governo goiano, em um momento emergencial, no qual seu território estava sendo ameaçado por grileiros e pelo projeto de uma hidrelétrica no rio Paraná, lançado em 1987 por Furnas, que inundaria 80% de seu território. Após três anos houve a resolução desse litígio, e suas terras historicamente ocupadas foram doadas a eles pelo governo.

Os kalungas foram o primeiro remanescente de quilombo a obter tal conquista prevista na Constituição, assim como o reconhecimento de sua cidadania e direito à expressão cultural. Em 1995, o governo goiano demarcou uma área com cerca de 200 mil ha e, cinco anos mais tarde, o governo federal emitiu o Título de Reconhecimento de Domínio sobre a área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Hoje, o território Kalunga faz divisa com o estado de Tocantins, abrangendo cerca de 253 mil hectares dentro dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Existem quatro núcleos principais de população: o Vão de Almas, o Vão do Moleque, o Ribeirão dos Bois e o Engenho (ICMBIO, 2009).

O povo Kalunga soma atualmente cerca de 6 mil pessoas segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), sendo dividido em regiões de um território que abrange parte dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. A FCP, primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, publicou recentemente as Comunidades Quilombolas certificadas no Brasil. Na tabela abaixo são demonstradas as que foram certificadas na Chapada dos Veadeiros:

**Tabela 3.** Certidões expedidas às comunidades quilombolas da Chapada dos Veadeiros

<b>CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs)</b>							
<b>UF</b>	<b>Municípios</b>	<b>Cód. Municípios</b>	<b>Comunidade</b>	<b>ID Quilombola</b>	<b>Processo FCP</b>	<b>Etapa atual Processo FCP</b>	<b>Data D.O.U FCP</b>
Go	Campos Belos	5204904	Brejão	2.200	01420.001212/2006-20	Certificada	13/03/07
Go	Campos Belos	5204904	Taquarassu	2.201	01420.001213/2006-74	Certificada	13/03/07
Go	Cavalcante   Monte Alegre   Teresina de Goiás	5205307   5213509   5221080	Kalunga	37	01420.000298/1998-11	Certificada	19/04/05
Go	Colinas do Sul	5205521	José de Coletto	2.202	01420.000010/2009-11	Certificada	05/05/09
Go	Monte Alegre	5213509	Pelotas	2.207	01420.000244/2005-27	Certificada	28/07/06
Go	Nova Roma	5214903	Magalhães	14	01420.000121/2004-13	Certificada	04/06/04
Go	São João D'Aliança	5220009	Forte	2.209	01420.000288/2008-08	Certificada	05/03/08

**Fonte:** Fundação Cultural Palmares (2015).

Foi publicado em 2014 um levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), agregando uma quantidade maior de Comunidades do que as que foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. O levantamento realizado pelo MDS possuía o intuito de reconhecer as Comunidades Quilombolas do Brasil, a fim da realização do cadastro único do Bolsa Família, sendo divulgadas as seguintes comunidades na Chapada dos Veadeiros:

**Tabela 4.** Levantamento das Comunidades Quilombolas da Chapada dos Veadeiros

<b>QUILOMBOS CHAPADA DOS VEADEIROS - GOIÁS</b>			
<b>UF</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>
GO	5200605	Alto Paraíso de Goiás	Vão do Rio Oção
GO	5205307	Cavalcante	Altamira
GO	5205307	Cavalcante	Boa Esperança
GO	5205307	Cavalcante	Buritizinho
GO	5205307	Cavalcante	Engenho II
GO	5205307	Cavalcante	Fazenda Gerais
GO	5205307	Cavalcante	Parida
GO	5205307	Cavalcante	Pedra Preta
GO	5205307	Cavalcante	Vão das Almas
GO	5205307	Cavalcante	Vão do Moleque

GO	5205307	Cavalcante	Kalunga
GO	5204904	Campos Belos	Brejão
GO	5204904	Campos Belos	Taquarassu
GO	520552	Colinas do Sul	Jose de Coletto
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Areia
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Barra
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Bom Jardim
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Contenda
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Curral da Taboca
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Kalunga II
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Kalunga IV
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Kalunga V
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Pelotas
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Saco Grande
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Tinguizal
GO	5220009	Nova Roma	Abobreira
GO	52211080	Nova Roma	Magalhães
GO	52211080	São João d'Aliança	Forte
GO	52211080	Teresina de Goiás	Boa Sorte
GO	52211080	Teresina de Goiás	Calda
GO	52211080	Teresina de Goiás	Capim Puro
GO	52211080	Teresina de Goiás	Diadema
GO	52211080	Teresina de Goiás	Lavrinhas
GO	52211080	Teresina de Goiás	Limoeiro
GO	52211080	Teresina de Goiás	Pedra Preta
GO	52211080	Teresina de Goiás	Vargem Grande

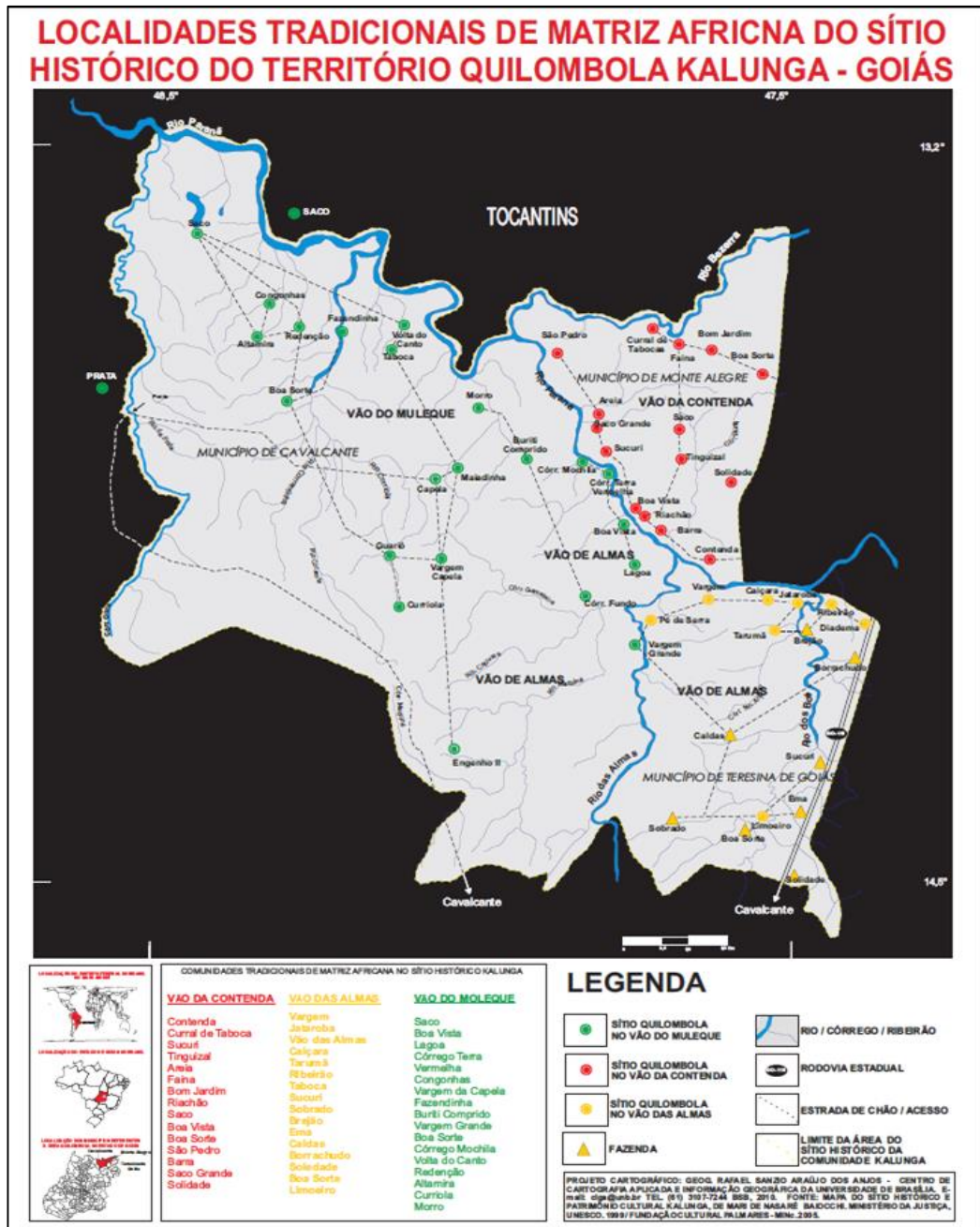
---

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento Social (2014).

Nota-se ao comparar as duas tabelas, que a publicada pelo MDS pormenoriza todas as comunidades que estão dentro do território Kalunga, além de não demonstrar as comunidades Quilombolas certificadas, como ocorre com a tabela publicada pela FCP.

De acordo com Anjos (2005), os quilombos Kalungas estão espacializados da seguinte forma:

**Figura 4.** Localidades Tradicionais de matriz africana do Sítio Histórico do Território Quilombola Kalunga - Goiás.



Fonte: ANJOS (2005).

Comparando com as demais informações expostas anteriormente, o mapa elaborado por Anjos (2005) apresenta um número muito maior de Comunidades Tradicionais Quilombolas. Dividido em Vão das Almas, Vão da Contenda e Vão do Moleque, os sítios Kalungas se espalham pelos municípios de Monte Alegre, Cavalcante e Teresina de Goiás. A quantidade de comunidades nestes municípios explicitam a afirmativa de que os quilombos

foram uma “reconstrução de um tipo de território africano no “novo espaço” denominado Brasil” (Anjos, 2006, p. 345).

Desta forma, essas Comunidades Quilombolas em seus quase três séculos de isolamento cultivaram um misto de tradições africanas e europeias, como a comemoração das festas religiosas de santos católicos com rezas em latim e ao som de tambores de tronco e pele de veado (ICMBIO, 2009). Dentre essas festas, podemos citar a Caçada da Rainha, Novena de São Sebastião, Novena de Nossa Senhora das Candeias, além do Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais que ocorre na Chapada dos Veadeiros, agregando não só os quilombolas, como os diversos outros povos tradicionais presentes na microrregião.

Existe outra vertente de Comunidade Tradicional proveniente de matriz africana, denominada Comunidade Tradicional de Terreiro. As casas de terreiro representam um espaço sagrado, e pode ser o local de moradia do pai ou mãe-de-santo e da sua família, assim como o espaço de convivência dos membros da comunidade. Destaca-se a existência de muitos terreiros em comunidades quilombolas (MDS, 2012), porém não foram identificadas por meio de pesquisa bibliográfica a existência de Comunidades Tradicionais de Terreiro na Chapada dos Veadeiros. É sabido que há casas, principalmente em Alto Paraíso, que praticam este viés religioso. Entretanto, em pesquisa empírica realizada em dezembro de 2014, estas casas não se reconheceram como Comunidades Tradicionais, sendo que o principal elemento para caracterizar uma casa de terreiro como Comunidade Tradicional é o auto reconhecimento e a auto definição como tal. A Comunidade Quilombola do Moinho, à 12,8 km de Alto Paraíso, se reconheceu como evangélica, havendo a presença de uma igreja na Comunidade. Já as Comunidades Quilombolas Kalungas localizadas entre Monte Alegre, Cavalcante e Teresina de Goiás, realizam anualmente festas e romarias, “sendo elementos da tradição religiosa daquela comunidade e a principal forma de organização coletiva daquele povo. Elementos do sincretismo religioso católico, como imagem de santos, bandeiras, altar e outros elementos ocupam espaços sagrados de devoção e fé que se misturam aos ritos de origem afro-brasileira” (Rosa, 2013, p. 11). Dessa forma, essas comunidades possuem uma cultura diferenciada e uma organização social própria, não seguindo em regra as religiões de matriz africana.

Assim, prosseguindo com as definições, pode-se encontrar outra categoria de Comunidade Tradicional na Chapada dos Veadeiros: os pescadores artesanais.

## **Comunidade Tradicional de Pescadores Artesanais**

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura define o pescador artesanal como aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, realizada por meio de conhecimento tradicional, repassado entre familiares, e a utilização sustentável dos recursos pesqueiros, sejam eles animais ou vegetais. Com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podem atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pequeno porte. (MDS, 2012).

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, depois transformada, em 2009, no Ministério de Pesca e Aquicultura. Conforme CAISAN (2011), a produção de pescados, que se encontrava estagnada desde a década de 1980, cresceu 25,2% no período 2003-2009. Cerca de 60% do total da produção nacional fica a cargo da pesca artesanal, que trabalha em comunidades do litoral ou localizada à beira de rios e lagos. Dentre as principais ações realizadas neste setor, enfatiza-se o pagamento de seguro-desemprego ao pescador artesanal (seguro-defeso) no período de provisão da atividade pesqueira para a preservação da espécie.

A Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro, escrita pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), explicita o tradicional modo de viver e de lidar com a natureza dessas comunidades, que possuem história e cultura de raízes profundas que são passadas através das gerações. Conforme eles, atualmente quase 70% da produção nacional é proveniente da pesca artesanal, o que vem garantindo a sobrevivência de comunidades pesqueiras no Brasil, com a exploração dos recursos de modo sustentável.

Conforme o MPP, o Estado brasileiro sempre desconsiderou a importância econômica, social e cultural da pesca artesanal. O Estado, segundo eles:

[...]desenvolve uma série de políticas, favorecendo os empresários e latifundiários, flexibilizando a legislação ambiental, a fim de promover a expansão do agro e hidronegócio. As áreas de preservação permanente, manguezais e matas ciliares, bem com as unidades de conservação (RESEX e RDS), são as mais ameaçadas pelo avanço dos grandes projetos econômicos. A existência do patrimônio cultural dos pescadores e pescadoras artesanais, que compõem os territórios tradicionalmente utilizados pelas comunidades pesqueiras está prestes a ser extinto. (Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro ,p. 18)



Mediante a este contexto, o MPP vem desenvolvendo nos últimos anos projetos com o objetivo de incentivar os pescadores e pescadoras, a defender os territórios pertencentes a essas Comunidades Tradicionais em todo o Brasil. Na Chapada dos Veadeiros, há a presença de pescadores artesanais no município de Colinas do Sul. A barragem da Usina de Serra da Mesa foi construída no leito do Rio Tocantins, entre os municípios goianos de Minaçu e Colinas do Sul (Fernandes, 2009).

No caso de Colinas do Sul, o represamento das águas ocasionou o enclausuramento de uma grande quantidade e variedade de peixes, o que desperta o interesse para a prática do turismo de pesca no lago, que constitui o maior atrativo de visitantes. Além disso, a facilidade de acesso, a partir de Brasília, tem aumentando o movimento do município, pois o fato de a rodovia que cruza a Chapada dos Veadeiros interligar Colinas do Sul a Alto Paraíso permite também a prática de turismo ecológico, dada a presença de atrativos naturais como cachoeiras, grutas, fontes termais e matas (Fernandes, 2009, p. 304).

O Governo Federal emprega uma parte dos recursos públicos para auxiliar as Comunidades Tradicionais certificadas. A Controladoria Geral da União demonstra através do Portal da Transparência do Governo Federal, o total dos pagamentos aos Pescadores Artesanais de Colinas do Sul, ocupantes da Comunidade do Porto:

**Figura 5.** Pagamentos aos Pescadores Artesanais de Colinas do Sul

#### PESCADOR ARTESANAL POR ESTADO/MUNICÍPIO

Total de pagamentos pelo Governo Federal em âmbito nacional - Pescador Artesanal: **R\$ 7.157.245.286,12**  
 Total de pagamentos aos favorecidos do Estado do **GOIÁS**: **R\$ 16.738.998,66**  
 Total de pagamentos aos favorecidos do município do **COLINAS DO SUL**: **R\$ 210.490,00**

Selecione o(a) "Favorecido" para obter o detalhamento do valor

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

CPF	Favorecido	RGP	Valor Acumulado (R\$)
***.859.961-**		GOP1048652	724,00
***.889.761-**		GOP1082798	724,00
***.890.641-**		0000991706	4.726,00
***.626.651-**		0000991901	7.214,00
***.614.581-**		GOP1128253	1.448,00
***.590.551-**		0000939140	724,00
***.590.551-**		0000939140	2.804,00
***.240.531-**		0000991679	7.938,00
***.980.231-**		0000939330	7.214,00
***.980.231-**		GOP0415637	724,00
***.725.831-**		0000939222	7.984,00
***.020.621-**		0000939120	8.616,00
***.724.241-**		GOP1048655	724,00
***.380.791-**		0000939259	5.200,00
***.372.851-**		GOP1048658	724,00

**Fonte:** Portal da Transparência (2014).

Assim, percebe-se a relevância dos Pescadores Artesanais, tanto na economia como no uso sustentável do meio ambiente. Apesar de não terem tanta visibilidade como os indígenas e quilombolas, os pescadores artesanais fazem parte das Comunidades Tradicionais e merecem a atenção do Estado, sendo povos de grande relevância cultural, econômica e social.

### **Comunidade Tradicional Cigana**

Melo (2008) afirma que a história do aparecimento dos ciganos no Brasil está consignada nos antigos documentos administrativos e na literatura de informação e jesuítica no período quinhentista, em que os relatos eram feitos pelo Estado e pela Igreja, sendo os grandes difamadores desse Povo Tradicional. Melo (2008, p. 33) citando Gonçalves (2006) relembra que “muitos senhores de escravos não hesitavam em recorrer ao auxílio dos ciganos para recuperar um cativo fugido de seus plantéis. Afinal, os ciganos eram famosos pelas mais fortes simpatias e orações ‘para aparecer negro fugido’”. Melo (2008) ainda compreende que a dispersão dos ciganos pelo Brasil remete a colonização da porção sul do país.

Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e do IBGE constataram que, em 2011, foram identificados 291 acampamentos ciganos, localizados em 21 estados. Os estados com maior concentração são: Bahia (53) Minas Gerais (58) e Goiás (38). Melo (2008) estudou sobre os grupos Calons em sua tese de doutorado sobre a língua da Comunidade Calon na região Norte-Nordeste de Goiás. O autor afirma que o grupo Calon que se localizava em Campos Belos, município da Chapada dos Veadeiros, migrou para o município de Cavalcante, e até hoje permanece nessa região. A razão para esse movimento migratório é, segundo o autor, pelo fato dessas famílias ainda sobreviverem da “venda ambulante”.

Os moradores entrevistados em Cavalcante em dezembro de 2014 afirmam ter a presença de ciganos no município. Apesar de estarem localizados predominantemente em acampamentos em área urbana, os povos ciganos são considerados, pelas instâncias governamentais e institucionais que trabalham em prol do seu desenvolvimento, como o povo tradicional em situação mais grave de vulnerabilidade social (SEPPIR, 2013). É essencial que seja garantido seus direitos, que assim como os demais, necessitam de território para que a sua cultura seja firmada, garantida e perpassada pelos próximos tempos.

## **Comunidade Tradicional do Cerrado**

As Comunidades Tradicionais de Cerrado são caracterizadas por exercerem atividades extrativistas e de agricultura familiar de forma sustentável, em regiões de cerrado (Rede Cerrado, 2015).

Essa vertente tradicional é encontrada na Chapada dos Veadeiros, e uma delas denomina-se Comunidade Sertão. À 30 quilômetros da sede urbana do município de Alto Paraíso, situa-se nas bordas da Serra Geral do Paranã e entre os vales do rio São Bartolomeu e Macaco. Apesar de ter um difícil acesso, é uma das áreas mais férteis da região. Por ter de uma rica vegetação, possui condições para a criação de modelos de desenvolvimento comunitário e sustentável no bioma cerrado. Conforme Rezende (2010, p. 58), “a área da Comunidade transcende os limites de Alto Paraíso, e por legitimidade cultural atinge os municípios de São João d’Aliança, Flores de Goiás e Nova Roma numa área de aproximadamente 60 quilômetros”.

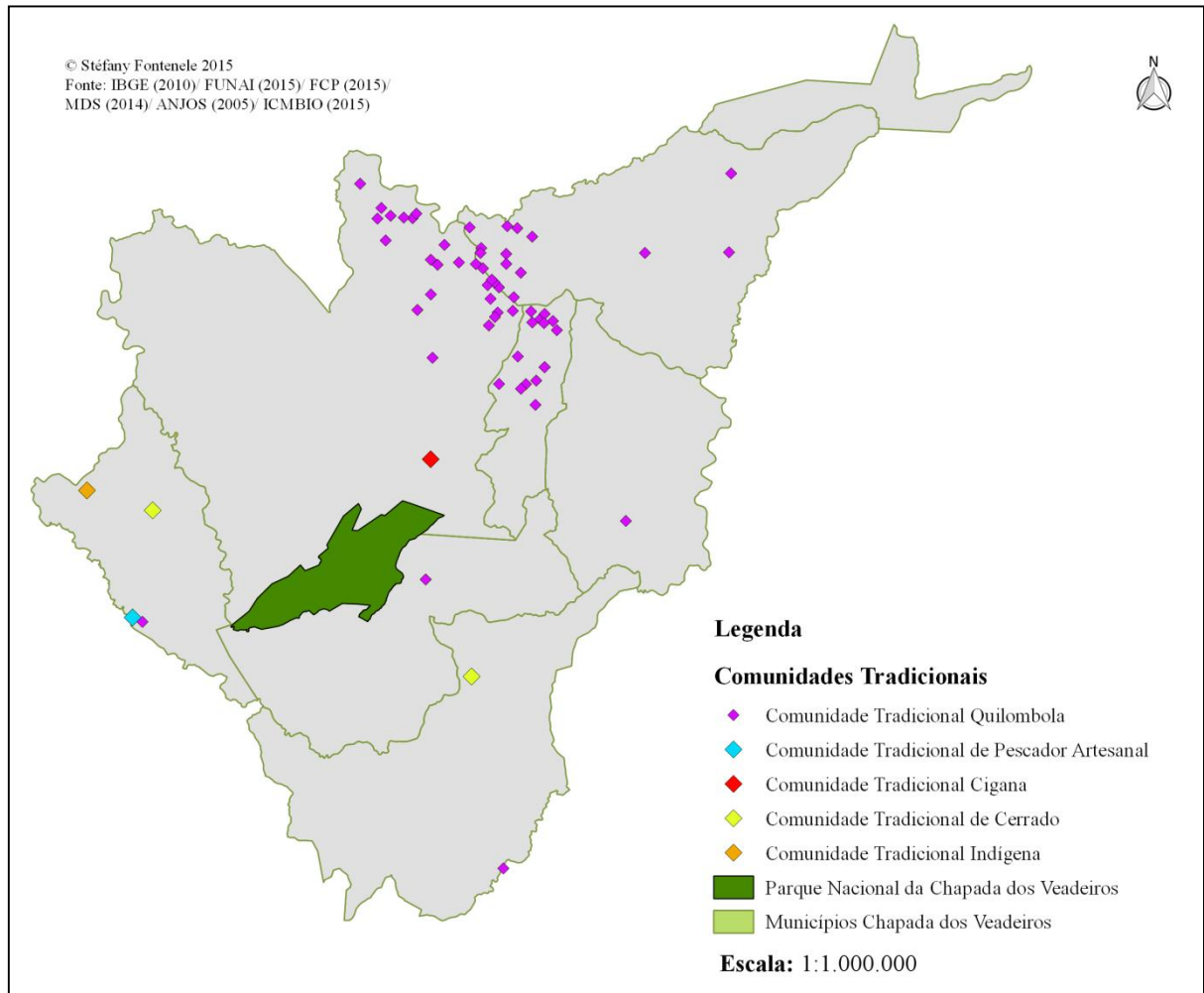
Caracterizada por pequenos produtores rurais que são habitantes tradicionais desta região e possuem pequenas propriedades de onde tiram o sustento diário. Há também meeiros, vaqueiros e outras profissões ligadas a terra e seu uso. (Rezende, 2010, p. 58).

Segundo o autor, a população não possui muitas posses, porém possui uma cultura centenária de convivência e uso do cerrado. A tradicionalidade dessa comunidade é refletida na questão da saúde. Devido a distância dos serviços de saúde e o difícil acesso, a sabedoria dos anciões é colocada em prática, em que se utilizam elementos do cerrado nos tratamentos de doenças típicas.

Além da Comunidade citada acima, há a Comunidade Tradicional de Cerrado Vila Borba no município de Colinas do Sul. Rigonato (2005) estudou o povoado de Vila Borba no município de Colinas do Sul do Estado de Goiás por considerar que nesse espaço vivido existiam pessoas, indivíduos, grupos vivendo o modo de vida das populações tradicionais. Para ele, o modo de vida comporta as singularidades dos usos das espécies nativas, o conhecimento, as estratégias, as técnicas, os hábitos, os costumes, os valores, os anseios e as ideologias das populações tradicionais. Estes elementos, segundo ele, adquirem valor sócio espacial pelas inter-relações com o Cerrado da microrregião da Chapada dos Veadeiros.

O mapa abaixo demonstra a espacialização desse apanhado realizado sobre os PCT'S existentes na Chapada dos Veadeiros.

**Figura 6.** Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros

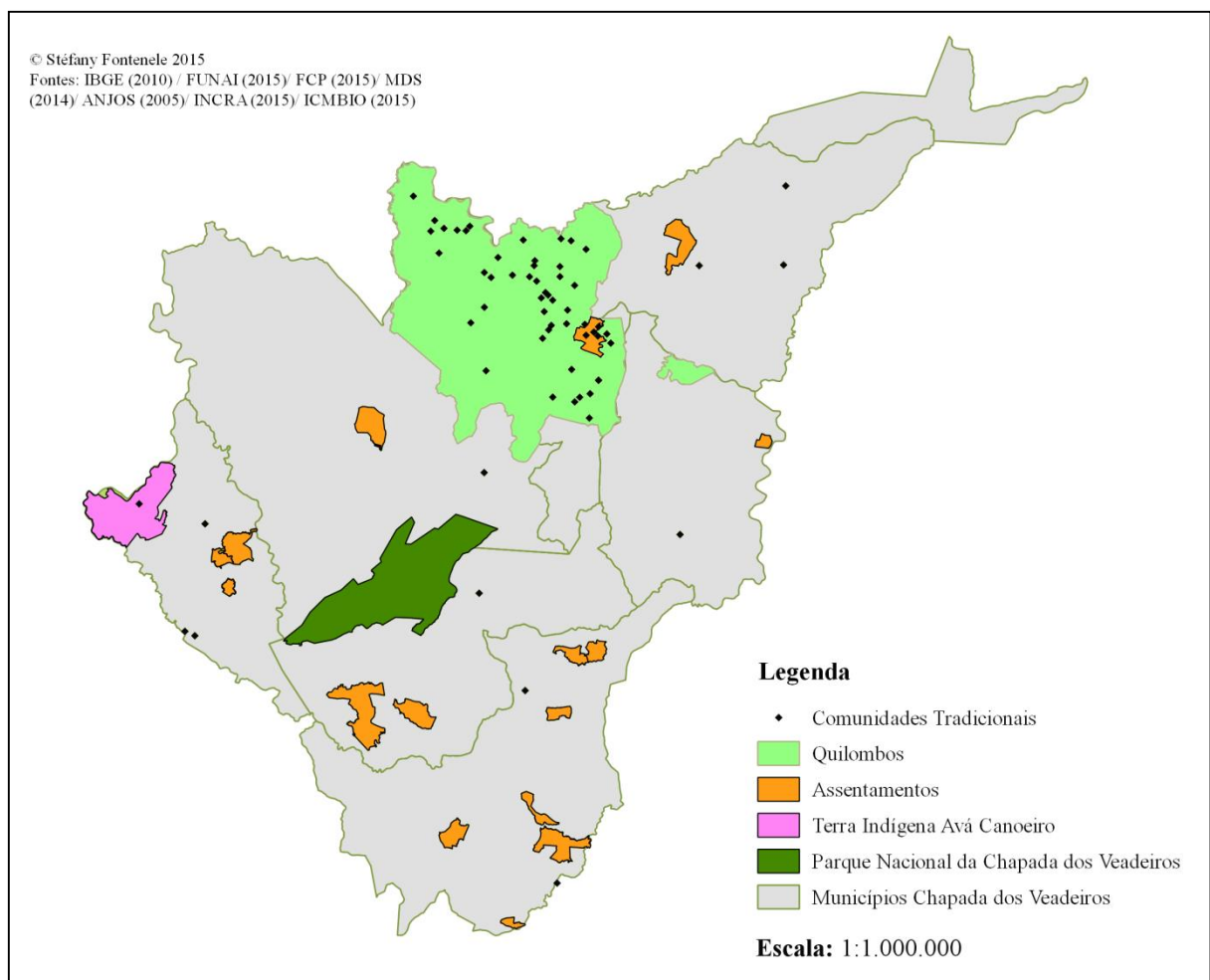


A grande concentração de comunidades quilombolas ao norte do mapa refere-se a Comunidade Kalunga, que como já mencionado, possui núcleos principais de população: a região do Vão da Contenda, do Vão de Almas e do Vão do Moleque. Os núcleos possuem diversos sítios, e estes estão localizados nos municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante. Apesar de não encontrar-se nos três municípios citados, existe ainda a Comunidade Quilombola do Moinho no município de Alto Paraíso de Goiás. Em entrevista realizada com alguns moradores do Moinho em dezembro de 2014, todos os entrevistados se consideraram descendentes de Kalungas. Sua ocupação foi iniciada em 1850 e é reconhecida

pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como comunidade quilombola (FCP, 2015). As Comunidades Quilombolas de Campos Belos, Nova Roma, Colinas do Sul e São João d'Aliança se encontram em menor número, e a ausência de informações bibliográficas sobre elas, principalmente em sítios institucionais, é um fato que necessita de atenção. Não foram encontrados espacialmente os quilombos Taquarassu em Campos Belos e Magalhães em Nova Roma.

Ademais, visando o desenvolvimento rural e a fixação do homem no campo, existem também na Chapada dos Veadeiros assentamentos instalados pelo INCRA. Essas porções de terra são entregues a famílias sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias, não sendo assim caracterizados como uma comunidade tradicional.

**Figura 7.** Assentamentos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros



Os mapas, que são elaborados com a influência de cartografias participativas e geotecnologias apresentam uma discordância até mesmo com os dados oficiais. Apesar de não serem Comunidades Tradicionais, percebe-se um assentamento sobreposto sobre o território definido como quilombo. Essas áreas delimitadas pelo INCRA costumam ser amplas, e o fato de abarcar as Comunidades Tradicionais traz à tona o questionamento sobre como a área do assentamento é definida, e se há um levantamento completo das ocupações locais. Os assentamentos e os quilombos são ferramentas de gestão territorial, e a sobreposição de territórios é um fato que necessita de atenção. São necessários ajustes técnicos dos órgãos especializados para que as informações sejam visualizadas simultaneamente. A padronização dos arquivos, das escalas, dos sistemas de referências e dos conceitos são exemplos que auxiliam na organização dos dados, sendo fundamentais para uma melhor difusão da informação. A sobreposição de ocupações podem gerar conflitos territoriais, que trazem prejuízos ambientais e sociais, sendo dispendiosos ao erário público.

Com o intuito de compreender a estrutura territorial dos municípios da Chapada dos Veadeiros e consequentemente das Comunidades Tradicionais, foram analisados dados fornecidos pelos setores censitários do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a fim de inferir possíveis situações de saúde desses povos.

## **2.2 Caracterização da estrutura territorial a partir do Censo Demográfico do IBGE 2010.**

A distribuição da área territorial, da população e das atividades econômicas no Brasil deixou um legado quanto à estrutura do território, refletida nas fortes desigualdades entre as regiões.

A assertiva acima fortalece a questão sobre como o conhecimento do território é fator preponderante para sua definição e compreensão. O intuito aqui é entender como as pesquisas censitárias realizadas pelo Censo Demográfico do IBGE em 2010 podem inferir sobre a estrutura territorial das Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros, apoiando a compreensão da situação de saúde desses povos. A partir desse entendimento, políticas públicas podem ser sugeridas para que o território deles seja mais bem administrado.

### 2.2.1 A estrutura territorial da Chapada dos Veadeiros

A compreensão de como o território é estruturado é fundamental para uma eficiente gestão do território. O Estado do Goiás possui 246 municípios, sendo que o Nordeste Goiano, que abriga a Chapada dos Veadeiros, é composto por vinte municípios, com área de 38.726.364 km<sup>2</sup> ou 11,4% da área estadual. Há 169.995 habitantes, sendo 2,83% da população de Goiás. Apesar de na última década a população ter crescido 14,87%, o Nordeste Goiano é considerada a região mais pobre do Estado. Entretanto, busca sair da estagnação econômica através de dois eixos de desenvolvimento: Turismo na Chapada dos Veadeiros, evidenciando o potencial turístico, e a agropecuária, evidenciando o potencial de Vão do Paranã (Yázigi, 2015). Como mencionado anteriormente, a Chapada dos Veadeiros possui oito municípios, sendo eles São João d'Aliança, Alto Paraíso, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma, Campos Belos e Monte Alegre de Goiás, sendo assim caracterizados:

**Alto Paraíso de Goiás**, denominada anteriormente como Veadeiros, era uma fazenda fundada por Francisco de Almeida em um pequeno núcleo de colonização que pertencia a Cavalcante. Teve como primeiros registros de ocupação humana as tribos indígenas Cayapós, Xavantes e Guayazes. A partir da fundação de Veadeiros começam a se desenvolver a agricultura e a pecuária para atender a demanda gerada pela descoberta do ouro em Cavalcante. Em meados do século XVIII, deu-se início ao processo de colonização com cultivo de frutas, milho, café e pecuária. Mais tarde, o solo demonstrou-se bom para o plantio do trigo e do café quando os ciganos que vieram da Bahia introduziam as primeiras sementes. Após setenta anos, o trigo foi premiado em Chicago e bateu recorde na safra, entretanto, com o passar do tempo, as lavras foram abandonadas e o ouro esgotado.

Entre década de 50 a 60, a expansão do movimento esotérico e espiritual se deveu a doutrina que instalada nas Fazendas Escola da região: Fazenda Bona Espero e outra de natureza Kardecista, Cidade da Fraternidade. A partir disso, Alto Paraíso começou a atrair diversos fluxos migratórios de místicos e alternativos com o início de uma nova fase que já vinha de um longo processo histórico. Desmembrado de Cavalcante, emancipou-se em 1953. (Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, 2014). Neste território há o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Área de Proteção Ambiental Pouso Alto, o Parque Municipal Abílio Herculano Szervimskis, o Parque Municipal do Distrito de São Jorge, a RPPN Vita Parque, RPPN Vale dos Sonhos, RPPN Cara Preta, RPPN Terra do Segredo, RPPN Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais. RPPN Fazenda Campo Alegre, RPPN Fazenda Campo Alegre,

RPPN Escarpas do Paraíso e RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões. (Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, 2014). Nas áreas rurais desse município existem o distrito de São Jorge e duas comunidades tradicionais, sendo a Comunidade Sertão (Comunidade tradicional do Cerrado), e a Comunidade Moinho (Comunidade Tradicional Quilombola), que possuem raízes profundas e grande senso de pertencimento ao local que habitam. (SNUC (2011), FCP (2015), MDS (2014)).

**Campos Belos**, anteriormente chamada Almas, eram fazendas dentro do município de Arraias. Sua história foi marcada pelos grupos de migração de tradicionais famílias descendentes de portugueses: os Batista Cordeiro, os Costa Madureira e os Cardoso, donos de grandes extensões de terra na região. Por outro lado, havia uma minoria composta pelos decadentes do período pós-febre do ouro vindos do sul, de Arraias e Monte Alegre. Somente a partir de 1920, com o surgimento do povoado e a inserção baiana à população local, que Campos Belos cresceu social e culturalmente. Já em 1970, Campos Belos recebeu uma significativa leva de migrantes mineiros em busca de terras baratas, desenvolvendo-se também economicamente. O mosaico de influências criou um sotaque particular em Campos Belos. Cercada por um paredão de montanhas, a cidade relativamente nova e fronteira interestadual da Bahia e do Tocantins, é reconhecida pela pecuária e maior movimentação comercial da região. Desmembrada de Monte Alegre de Goiás, emancipou-se em 1953. (Prefeitura de Campos Belos, 2014). Possui dois povoados: Barreirão e Pouso Alto, e duas Comunidades Tradicionais Quilombolas: Quilombo Brejão e Quilombo Taquarassu. (FCP (2015), MDS (2014)).

**Cavalcante** é o município mais antigo da região, desde 1740 com a ocupação dos Bandeirantes tem dado origem a quase todos os outros municípios do norte do Estado de Goiás. Sua origem remonta a 1736, quando o garimpeiro Julião Cavalcante, fundador e colonizador, e seus companheiros chegaram em busca de novas minas de ouro. Após a formação da Capitania de Goyaz por Anhanguera Filho, a região passou a ser alvo de diversos garimpeiros que vinham para explorar o metal precioso e ajudar a Coroa Portuguesa. Em 1740, foi fundado oficialmente o arraial de Cavalcante e elevado a freguesia, por ordem do Governador da Capitania de Goyaz. Com a decadência do metal precioso no arraial de São Félix, transferiu-se para Cavalcante a casa de Fundação de ouro em 1794 e extinta em 1806. Com o declínio do ouro o município passou a dedicar-se a outras atividades econômicas, em especial a agricultura e pecuária. Cidade histórica lembrada pela exploração desmedida de ouro e pela produção de trigo, abriga uma parte da comunidade Kalunga. Emancipou-se em 1831 e possui três aglomerados: Capela, Rio Preto e Serra Branca (Prefeitura de Cavalcante,



2014). Neste território, assim como Alto Paraíso, também temos o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Além disso, há a Área de Proteção Ambiental Pouso Alto, além de Comunidades Tradicionais, sendo a Comunidade Tradicional Cigana Calon e a Comunidade Tradicional Quilombola Kalunga, que se subdivide em 21 sítios quilombolas, sendo eles: Altamira, Engenho II, Vão das Almas, Vão do Moleque, Taboca, Saco, Boa Vista, Lagoa, Córrego Terra Vermelha, Congonhas, Vargem da Capela, Fazendinha, Buriti Comprido, Vargem Grande, Maiadinha, Boa Sorte, Córrego Mochila, Volta do Canto, Redenção, Morro e Curriola. (ANJOS (2005), (FCP (2015), MDS (2014)).

**Colinas do Sul**, um dos municípios mais jovens da Chapada dos Veadeiros, começou sua história na década de 50, com a ocupação das margens do córrego Almésseca, o povoado foi formado com a chegada das famílias que procuravam cristais, principal riqueza da região. Um pioneiro dali doou parte de sua fazenda para a construção das primeiras casas. Sua emancipação política, no entanto, só foi possível em 1985, mesmo ano em que foi apresentado à Assembleia Legislativa o projeto de criação do município de Colinas do Sul. Além do potencial turístico, é associado à criação de gado bovino, em especial destinado ao corte. Desmembrado de Cavalcante em 1987, a ex-Colinas emancipou-se em 88 possui dois aglomerados: Lajes e Jaó e um povoado: Vila Borba. O nome Colinas foi dado em função das características do relevo (Prefeitura de Colinas do Sul, 2014). Colinas do Sul possui a RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas. As Comunidades Tradicionais de Colinas do Sul são o Quilombo José de Coletto, a Comunidade Tradicional de Pescadores Artesanais, que através da barragem de Serra da Mesa, manifestam sua tradicionalidade, e a Terra Indígena Avá Canoeiro (SNUC (2011), FCP (2015), MDS (2014), FUNAI (2015)).

**Monte Alegre do Goiás**, como se chama atualmente o arraial do Morro do Chapéu ou São Antônio do Morro do Chapéu, teve sua primeira capela edificada em 1769, sob a invocação de Santo Antônio. Sabe-se apenas que a origem dos primeiros imigrantes teve por base a mineração aurífera, como as demais cidades antigas de Goiás. Uma vez tendo aumentado a produção de ouro, a localidade desenvolveu-se e cresceu a sua população em face de forte entrada de garimpeiros e escravos trazidos pelos bandeirantes paulistas. Monte Alegre de Goiás, distinto pela exploração de garimpos de ouro, anexado ao município de Arraias emancipou-se em 1947, ex-Chapéu adquiriu o novo nome em 1953 e perdeu o distrito de Campos Belos. Possui quatro aglomerados: Brejo Garimpo, Ingazeira, Pacífica e Riacho dos Cavalos e três povoados: Passa e fica, Ponte do Paranã e Prata (Prefeitura de Monte Alegre de Goiás, 2014). A região também abriga a Comunidade Tradicional Kalunga, sendo subdivididos em 16 sítios: Areia, Barra, Bom Jardim, Contenda, Curral da Taboca, Saco

Grande, Sucuri, Faina, Riachão, Saco, Boa Vista, Boa Sorte, São Pedro, Soledade e Tinguizal II, Kalunga IV, Kalunga V, Pelotas, Saco Grande e Tinguizal (ANJOS (2005), (FCP (2015), MDS (2014)).

**Nova Roma** é o nome de um povoamento do século XVIII codinome era São Teodoro que surgiu com a chegada dos padres capuchinhos de Roma na região Córrego Água Fria e fundaram a capela de São Teodoro, onde ergueu-se a capela em honra ao santo da devoção de D. Maria doadora da terra. Em 1858, foi elevado a freguesia pertencente à Vila de Cavalcante. Em 1943, o Distrito de Nova Roma passou a denominar-se Guataçaba assim denominado até 1949. Em 53, transfere o Distrito de Nova Roma do Município de Cavalcante para o de Veadeiros (Alto Paraíso). Nova Roma caracterizou sua base econômica nas atividades de garimpo de ouro e outros minérios. Desmembrada de Cavalcante em 1958, possui quatro aglomerados: Rio Areia, São Sebastião de Nova Roma, São Teodoro e Tapa Olho e quatro povoados: Amendoim Cormari, Cana Brava, Ourominas e Salobro (Prefeitura de Nova Roma, 2014). Em Nova Roma também se encontra a Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. O município possui como Comunidades Tradicionais os Quilombos Magalhães e Abobreira. (SNUC (2011), FCP (2015), MDS (2014))

**São João d'Aliança** chamava-se Capetinga e pertencia ao município de Forte, seu primeiro registro oficial data de 1910, no qual consta que o povoado possuía duas casas e uma capela dedicada a São João Batista. Nasceu das terras da Fazenda Olhos d'Água, cedida à paróquia. Foi marcada pela disputa de poder entre os coronéis. Mais tarde, em louvor ao padroeiro São João Batista, o povoado passou a chamar-se São João da Capetinga. Com a travessia da Coluna Prestes, o município era ponto de apoio da Aliança Liberal da comitiva de políticos. Em 1931, em razão dos interesses políticos, o povoado foi elevado à categoria vila e passou a ter o nome atual. Oito anos depois, tornou-se distrito do município de Formosa, mas só emancipou-se quinze anos depois, em 53, quando foi novamente elevado à categoria de município. São João d'Aliança, contraposto ao restante da região, tem topografia plana decorrente do Vale do Paranã. Possui um aglomerado: Pedra Preta e um povoado: Forte (quilombola). Sua cultural enraizou-se na origem europeia com a vinda de Antônio Szervinsk e do remanescente de quilombo no pé da Serra Geral do Paranã (Prefeitura de São João d'Aliança, 2014). Este é mais um município em que se encontra a Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. (SNUC (2011), MDS (2014)).

**Teresina de Goiás** surgiu da iniciativa de três homens e duas mulheres, vindos do município vizinho Nova Roma que, na década de 1960, decidiram criar um loteamento no entorno de Cavalcante com Campos Belos, na antiga rodovia GO-012. A vila que começou a

se formar pertencia ao município de Cavalcante. Mas em 68 ganhou a condição de distrito de Cavalcante. Desmembrado de Cavalcante, foi elevado a município em 1988. Teresina de Goiás, segundo Prefeitura Municipal do município, foi considerada a cidade que possui a maior riqueza natural do Centro Oeste do Brasil (Prefeitura de Teresina de Goiás, 2014). O município possui como Comunidade Tradicional os Quilombos Kalungas, subdivididos em 16 sítios, sendo eles: Boa Sorte, Calda, Capim Puro, Diadema, Fazenda da Ema, Lavrinhas, Limoeiro, Jataroba, Caiçara, Tarumã, Ribeirão, Sucuri, Sobrado, Pedra Preta, Brejão, Caldas, Borrachudo, Soledade, Boa Sorte e Vargem Grande. Teresina de Goiás abriga a Área de Proteção Ambiental Pouso Alto (ANJOS (2005), FCP (2015), MDS (2014)).

Assim, para compreender a estrutura territorial, sugere-se o entendimento do conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da história. A subdivisão da cidade em unidades territoriais menores potencializa a identificação das condições de vida em cada local (Prefeitura de Belo Horizonte, 2015). Além disso, a subdivisão e compreensão da estrutura do território é uma importante ferramenta em escala municipal, que orienta o gestor público do município na elaboração de políticas específicas a cada realidade regional, pois a unidade territorial é a unidade de planejamento do gestor (Souza, p. 5).

### 2.2.2 Como a estrutura territorial aparece no Censo Demográfico 2010

Os Censos Demográficos, por pesquisarem todos os domicílios do País, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais (IBGE, 2010, p. 04).

Segundo o IBGE, os dados foram obtidos reunindo informações captadas por meio da investigação das características dos domicílios e das pessoas, que são comuns aos dois tipos de questionários utilizados para o levantamento do Censo Demográfico 2010 e que são:

**Questionário Básico** - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores; e **Questionário da Amostra** - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa

importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores (IBGE, 2010, p. 04).

O Instituto enfatiza que o setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País.

A partir dessa afirmativa do IBGE, buscaram-se os dados das pesquisas censitárias realizadas em 2010, na tentativa de compreender a realidade das Comunidades Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. Essas Comunidades são caracterizadas como rurais no arquivo por setores censitários.

Além das variáveis de identificação geográfica (Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregião, Microrregião, Região Metropolitana ou RIDE, Município, Distrito, Subdistrito, Bairro, Setor, Situação do Setor e Tipo do Setor), as informações em nível de setor estão distribuídas em planilhas, uma por Unidades da Federação, com cerca de 3.000 variáveis, que abrangem as características da população residente e dos domicílios. O arquivo “básico” oferece informação quanto aos códigos e subdivisões geográficas; o arquivo “domicílios” e “entorno” oferecem informações relativas à infraestrutura das casas dos domicílios; os arquivos de alfabetização, cor e raça, idade, parentesco, renda e responsáveis nos domicílios revela essas informações de acordo com o sexo e a idade dos moradores.

A estrutura territorial aparece nas informações oferecidas pelo IBGE, na medida em que se podem depreender as informações das diversas variáveis de identificação geográfica. Após conhecer o território, que há o planejamento e estrutura territorial.

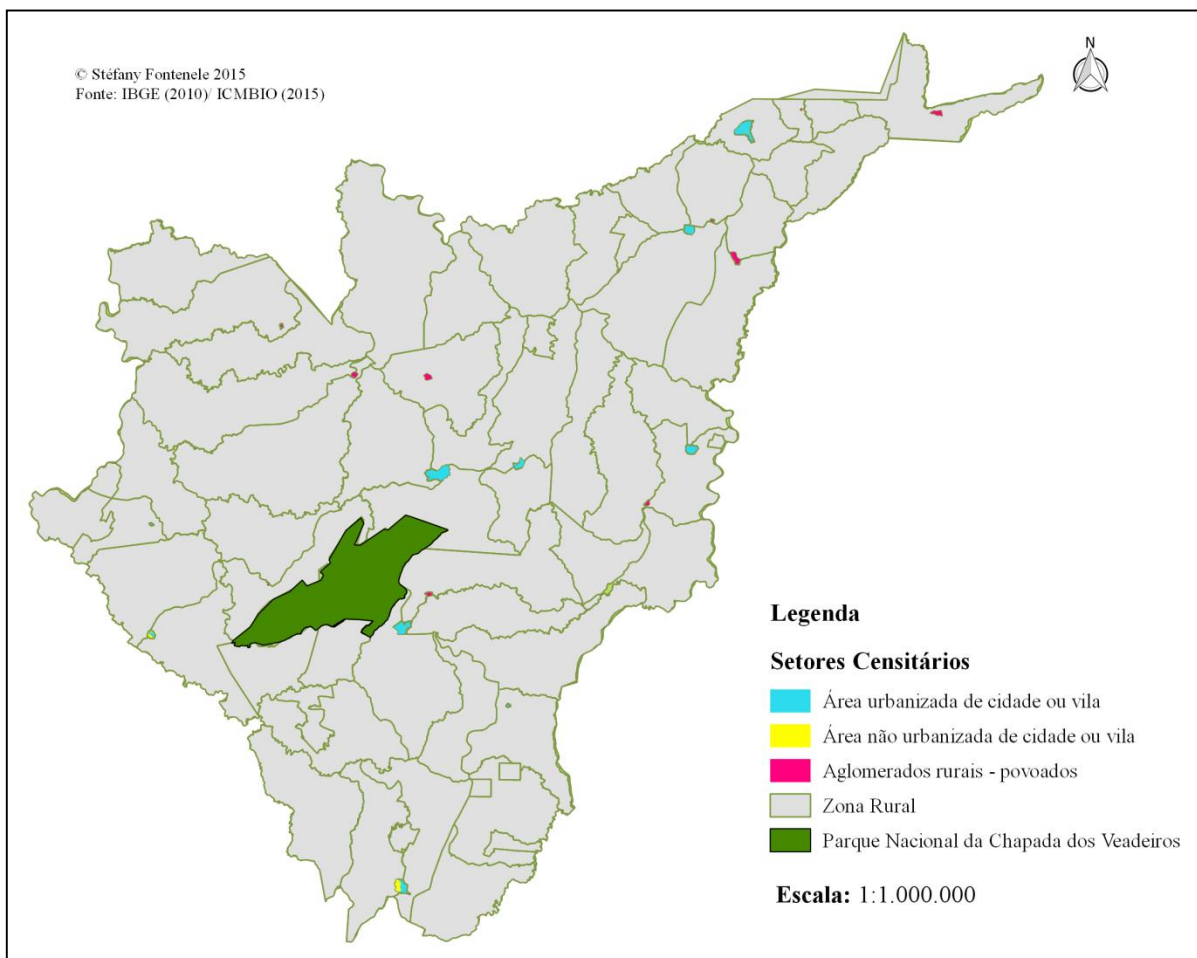
É importante ressaltar que não fizeram parte da análise os domicílios de setores censitários localizados em Terras Indígenas, pois segundo o IBGE, foram objeto de um tratamento à parte. Entretanto, é sabido que só existe uma Comunidade Tradicional Indígena na Chapada dos Veadeiros, localizada entre os municípios de Colinas do Sul e Minaçu.

A situação do setor indica se ele está localizado em área rural ou urbana, sendo subdividido da seguinte forma: em situação urbana, há os códigos 1 (Área urbanizada de cidade ou vila), 2 (Área não urbanizada de cidade ou vila) e 3 (Área urbana isolada); em situação rural, há os códigos 4 (Aglomerado rural de extensão urbana), 5 (Aglomerado rural isolado – povoado), 6 (Aglomerado rural isolado – núcleo), 7 (Aglomerado rural isolado - outros aglomerados) e 8 (Zona rural, exceto aglomerado rural). (IBGE, 2010).

É interessante notar que o espaço transformado pelo homem assume diversas formas, sendo que duas assumem formas bem distintas: o espaço urbano e o espaço rural. Os

espaços urbanos caracterizam-se pelo maior adensamento populacional, enquanto os rurais pelo maior dispersão populacional. (BRASIL, 2006). Ao espacializar a situação dos setores censitários, foi percebido que a Chapada dos Veadeiros abriga as seguintes subdivisões: Área urbanizada de cidade ou vila; Área não urbanizada de cidade ou vila; Aglomerado rural isolado – povoado; e Zona rural.

**Figura 8.** Situação dos Setores Censitários – Chapada dos Veadeiros



Ao analisar a tabela de atributos do mapa com os dados do IBGE, foi percebido que o município de Alto Paraíso possui 8 setores censitários classificados como área urbanizada de cidade ou vila, 8 setores de zona rural e 1 aglomerado rural isolado – povoado. O município de Campos Belos tem 19 setores censitários classificados como área urbanizada de cidade ou vila, 4 setores de zona rural e 3 aglomerados rurais isolados – povoado. Cavalcante, com 5 áreas urbanizadas de cidade ou vila, 14 setores de zonas rurais e 3 aglomerados rurais. Colinas do Sul apresenta 5 áreas urbanizadas de cidade ou vila, 1 área não urbanizada de cidade ou vila e 4 setores classificados como zona rural. Nova Roma foi

classificada com 7 setores de zona rural, 2 setores de área urbanizada de cidade ou vila e 1 aglomerado rural – povoado. O município de Monte Alegre contem 5 áreas urbanizadas de cidade ou vila, 2 aglomerados rurais isolados – povoados, e 10 setores em zonas rurais. São João d’Aliança, com 7 áreas urbanizadas de cidade ou vila, 12 setores em zonas rurais e 1 área não urbanizada de cidade ou vila. Por fim, o município de Teresina de Goiás apresentou 3 áreas urbanizadas de cidade ou vila e 3 setores em zonas rurais. Além disso, é importante ressaltar que o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros não foi representado nos setores censitários do IBGE em 2010, não possuindo nenhuma informação sobre a região do parque na tabela de atributos.

### **2.2.3 Variáveis utilizadas do Censo**

Como já mencionado, as variáveis Setor, Situação do Setor e Tipo do Setor foram utilizadas nessa pesquisa. Conforme o IBGE, a situação do domicílio ocorre segundo a sua área de localização, sendo classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural. O município de Campos Belos, conforme demonstra o mapa acima, foi o que apresentou o maior número de áreas urbanizadas, logo atrás de Alto Paraíso. Entretanto, Cavalcante e São João d’Aliança foram os municípios que apresentaram o maior número de zonas rurais.

O próximo capítulo revela a possível condição do domicílio dessas populações através dos dados dos setores censitários, sendo expostas informações sobre o registro civil, a cor/raça (negro/indígena) e a alfabetização. Esses indicadores foram selecionados por terem relação com o acesso aos serviços básicos de saúde, bem como por indicarem uma possível probabilidade de ocorrer algumas doenças de acordo com estes fatores. Os indicadores de saneamento básico, como a forma de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e o destino do lixo, também tiveram destaque nessa pesquisa. Essas variáveis relativas ao saneamento básico foram selecionadas, por compreender que o conjunto de ações de

abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo é um direito dos cidadãos e um item essencial para o bem estar e a qualidade de vida, influenciando assim na saúde da população.

A organização espacial conforme Corrêa é o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da história, sendo o mesmo que arranjo espacial, configuração espacial, estrutura territorial e espaço socialmente produzido (Corrêa, 1995). A Constituição Brasileira, visando a cooperação entre os níveis de governo para um efetivo ordenamento e planejamento do território, instituiu no inciso IX do artigo 21: “Compete a União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.” E aos municípios, há a competência, segundo o inciso VIII do artigo 30: “[...] promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BRASIL, 1988). Este artigo foi o marco do surgimento efetivo do ordenamento territorial no Brasil. É sabido que o planejamento e ordenamento contam primeiramente com a compreensão da estrutura territorial, tornando-se uma importante ferramenta que irá orientar políticas públicas mais adequadas ao território e a realidade local.

Nesse sentido, a fim de compreender como ocorre os serviços de saúde desses municípios, primeiramente depreendeu-se do Censo IBGE 2010 informações sobre a estrutura do território e sua subdivisão em setores censitários, possibilitando que haja uma análise em escala reduzida. Para o conhecimento dos estabelecimentos de saúde que englobam os municípios, foram utilizados dados fornecidos pelo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), que indicam os estabelecimentos de saúde dos diversos municípios do Brasil. É a partir dessa escala e dessas informações que podemos supor a situação de saúde das comunidades, bem como seu acesso aos estabelecimentos de saúde.

### **3. BREVE ANÁLISE DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 E DE GEOTECNOLOGIAS**

#### **3.1 Caracterização dos estabelecimentos de saúde da região**

A mensuração do estado de saúde da população é uma tradição em saúde pública. Teve seu início com o registro sistemático de dados de mortalidade e de sobrevivência, avançando no controle das doenças infecciosas e, com a melhor compreensão do conceito de saúde e de seus determinantes populacionais, progrediu para a análise da situação sanitária, incorporando outras dimensões do estado de saúde. “Dados de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais passaram a ser métricas utilizadas na construção de Indicadores de Saúde” (DATASUS, 2015), gerando informações relevantes para a quantificação e a avaliação das informações em saúde.

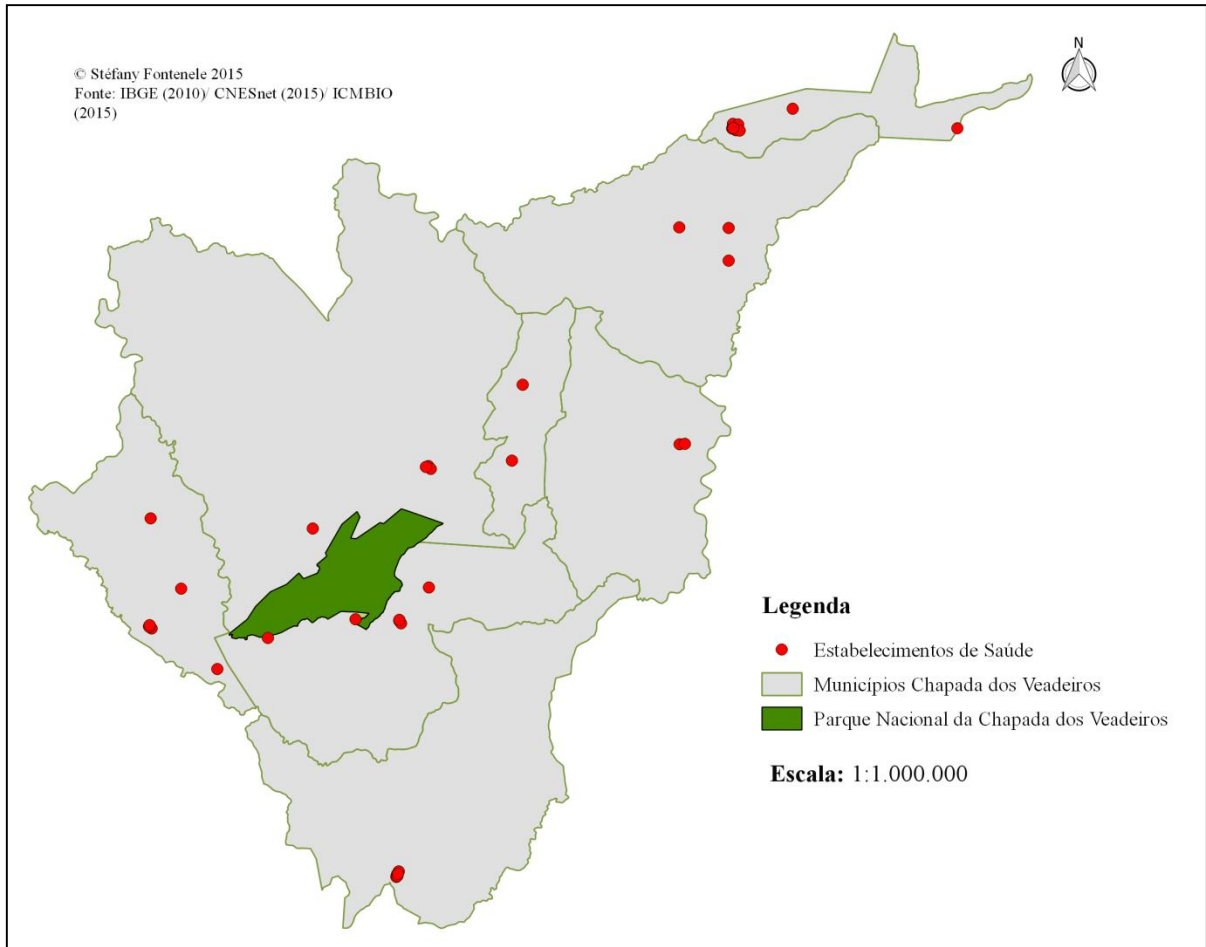
É sabido que o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e o Departamento de Informática do SUS (DATASUS) disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária dos diversos municípios, tomadas de decisão baseadas em evidências e elaboração de programas de ações de saúde (DATASUS (2015), CNES (2015)).

Através dos dados disponibilizados pelo CNESnet, referentes ao nome dos estabelecimentos de saúde existentes nos municípios, utilizou-se a ferramenta Google Earth para localizar e colher as coordenadas geográficas desses locais. Após termos a ciência da localização, pôde-se manipular os dados dos setores censitários fornecidos pelo Censo IBGE 2010.

O mapa abaixo demonstra o resultado do georreferenciamento dos estabelecimentos de saúde nos municípios da Chapada dos Veadeiros:



**Figura 9.** Estabelecimentos de Saúde na Chapada dos Veadeiros

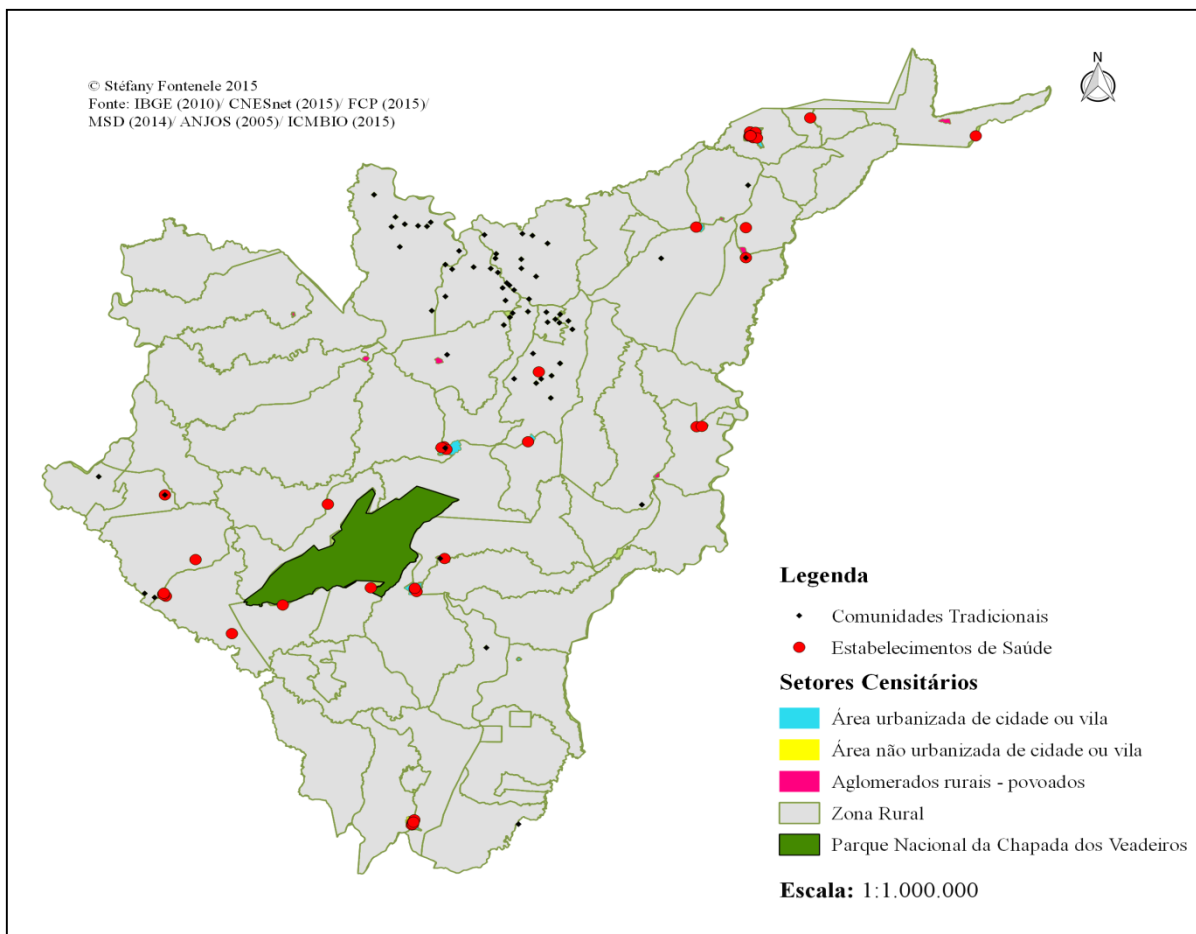


São diversos os estabelecimentos de saúde disponibilizados pelo cadastro do CNESnet, que vão desde os hospitais municipais, postos e unidades de saúde (em áreas rurais e urbanas), à consultórios e clínicas particulares. Segundo o CNES/DATASUS, os municípios da Chapada dos Veadeiros totalizam juntos 69 estabelecimentos de saúde, sendo dez em Alto Paraíso de Goiás, dezenove em Campos Belos, cinco em Cavalcante, oito em Colinas do Sul, seis em Monte Alegre de Goiás, quatro em Nova Roma, onze em São João d'Aliança e onze em Teresina de Goiás. O único município que não possui hospital municipal é Teresina de Goiás. Entretanto, Freire (2014) afirma que a preocupação não está somente quantidade de estabelecimentos de saúde, mas principalmente na oferta médico-hospitalar que está concentrada em pontos específicos da região. Grande parte dos investimentos privados em saúde está localizada em regiões que possuem uma população com maior poder aquisitivo e demanda por serviços especializados.

A partir da localização dos estabelecimentos de saúde, buscaram-se as Comunidades Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, a fim de cruzar as duas informações e

assim obter um panorama de quais Comunidades Tradicionais possuem estabelecimentos de saúde em seu território, bem como a dimensão da distância desses povos aos estabelecimentos de saúde mais próximos.

**Figura 10.** Estabelecimentos de Saúde na Chapada dos Veadeiros e Comunidades Tradicionais



O mapa acima demonstra a localização das Comunidades Tradicionais e dos estabelecimentos de saúde nos municípios. Tendo como base os setores censitários do Censo IBGE 2010, foi verificado que as Comunidades Tradicionais estão localizadas em sua maior parte no setor censitário de zona rural, sendo apenas uma localizada no setor censitário de aglomerados rurais – povoados e outra em área urbanizada, sendo os ciganos presentes em Cavalcante, visto que esta vertente de Comunidade Tradicional possui seus territórios predominantemente em meio urbano.

Percebe-se que poucas comunidades possuem estabelecimentos de saúde em seu território. As Comunidades Tradicionais contempladas com Unidades Básicas de Saúde, segundo o CNESnet/DATASUS são a Comunidade Tradicional Quilombola Diadema em Teresina de Goiás; o Povoado Engenho que faz parte da Comunidade Tradicional Quilombola

Kalunga; a Comunidade Tradicional de Cerrado Vila Borba em Colinas do Sul; e por fim a Comunidade Tradicional Quilombola Forte, em São João d'Aliança. Foi verificado por meio de saída de campo em dezembro de 2014, a existência de um posto de saúde na Comunidade Tradicional Quilombola do Moinho, em Alto Paraíso, e apesar de ser uma comunidade bastante conhecida, o posto de saúde da região não foi mencionado pelo CNESnet/DATASUS.

Segundo os moradores do Moinho (informação verbal)<sup>2</sup>, o médico está presente no posto de saúde uma vez por mês, necessitando serem levados ao hospital de Alto Paraíso em casos mais urgentes. Os habitantes também contam com Dona Flor, uma senhora de 88 anos que faz remédios caseiros e auxilia a população com esse método tradicional de tratar as doenças. Deusilena (informação verbal)<sup>3</sup>, moradora do Sítio Vão de Almas, localizado na Comunidade Kalunga, afirma que o Posto de Saúde da Comunidade do Engenho também recebe médicos somente uma vez por mês, entretanto há colegas kalungas que são agentes de saúde e estes buscam fortalecer a integração entre os serviços de saúde da Atenção Primária à Saúde e a comunidade. Em casos de urgência, Deusilena afirma que em Vão de Almas e no Engenho há caminhões pau de arara que levam os quilombolas à cidade, no valor de R\$30,00. Segundo ela, há ônibus disponibilizados pela prefeitura que realizam o trajeto da Comunidade Kalunga à Cavalcante, porém só funcionam uma vez na semana.

Percebe-se pelos dados expostos que os PCT's também sofrem com a dificuldade de acesso aos estabelecimentos de saúde e a falta de profissionais de saúde suficientes nas áreas rurais.

Freire (2014) afirma que situação de saúde da Chapada dos Veadeiros é largamente influenciada por fatores socioeconômicos, epidemiológicos e demográficos. Mas a preocupação está concentrada na oferta médico-hospitalar, visto que há uma distribuição concentrada em pontos específicos da região, distanciando-se da zona de equidade. A autora declara que essa concentração está associada a condições que atraem investimentos do setor privado de saúde, como maior poder aquisitivo da população e demanda por serviços especializados, sendo os PCT's, localizados predominantemente em áreas rurais e carentes, excluídos desse benefícios.

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Gilson e Núbia, descendentes de quilombolas. Entrevista I. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Comunidade do Moinho, Alto Paraíso, 2014.

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Deusilena, descendentes de quilombola. Entrevista I. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Município de Cavalcante, 2014.

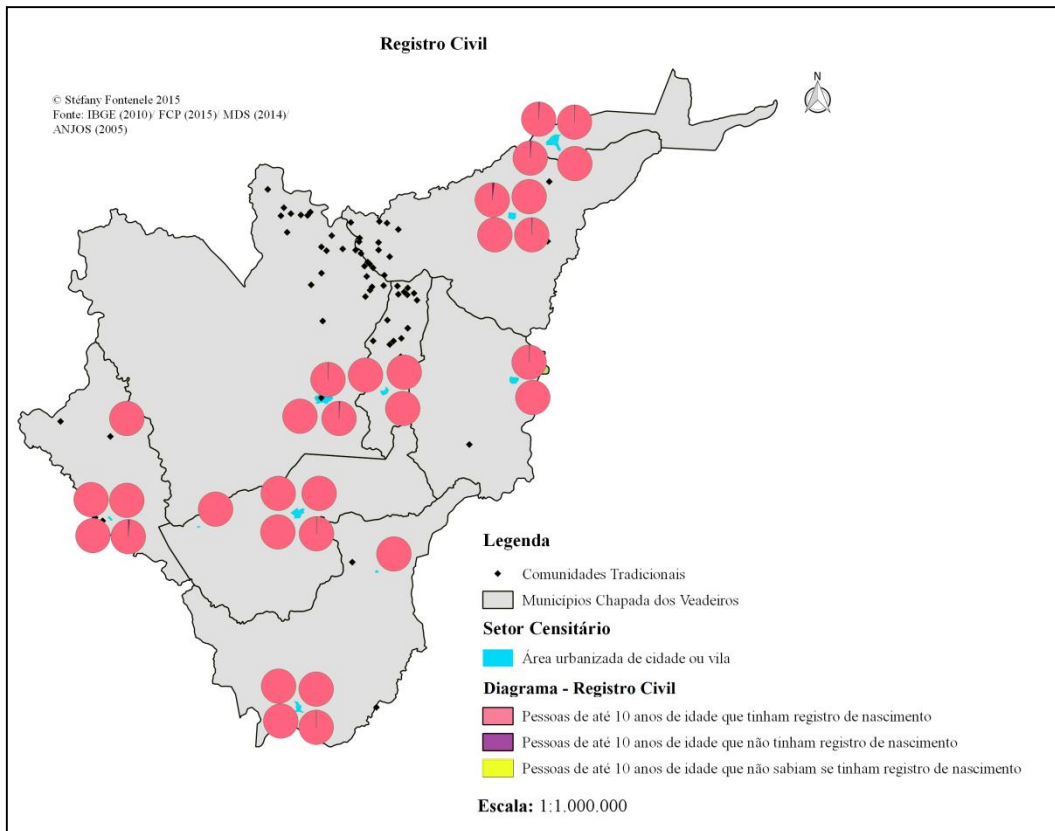
Deste modo, após a identificação das Comunidades Tradicionais, evoluiu-se para a junção das informações dos setores censitários disponibilizadas pelo Censo IBGE 2010 com o shape das Comunidades Tradicionais, que apontaram algumas questões relativas à situação de saúde dessas comunidades. As variáveis disponibilizadas pelo censo que foram utilizadas correspondem aos domicílios particulares, sendo elas: registro civil, cor e raça, alfabetização, abastecimento de água, destino do lixo e esgotamento sanitário. Não foram considerados nos mapas a unidade censitária de “área não urbanizada de cidade ou vila”, visto que nenhum dos PCT’s se localizavam neste setor.

### **3.2 Análise demográfica das Comunidades Tradicionais**

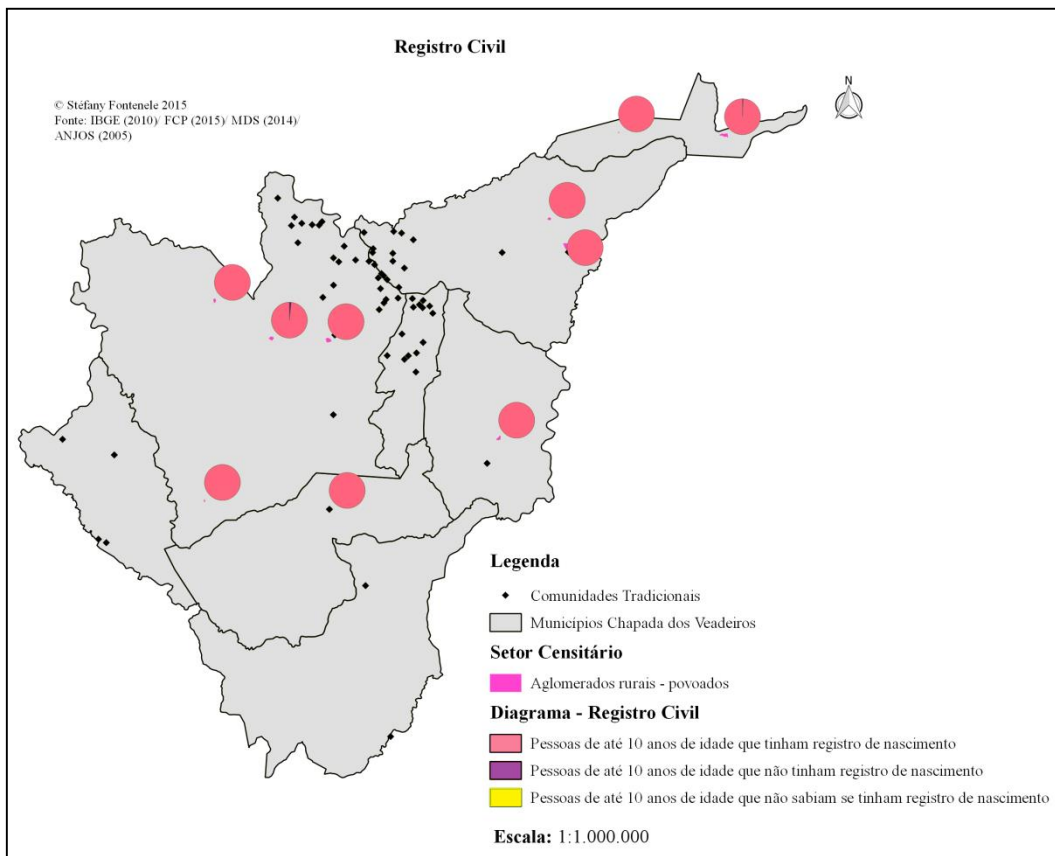
É interessante reforçar a ideia de que saúde é mais do que ter doenças, sendo considerada como um estado de sensação de bem-estar. Os fatores gerais que estão intrínsecos ao processo saúde-doença estão relacionados e atuam em conjunto, sendo dependentes, por exemplo, da biologia humana, do ambiente, dos modos de vida e do próprio sistema de serviços de saúde (BRASIL, 2006).

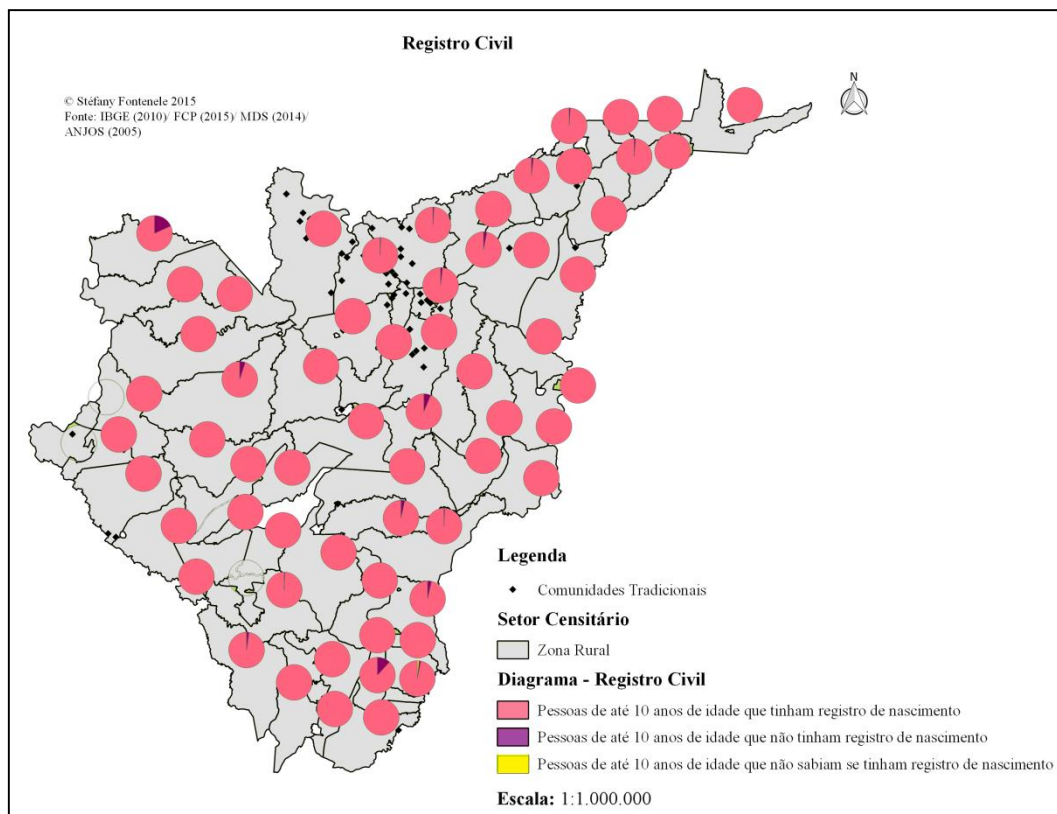
O primeiro dado disponível pelos setores censitários do Censo IBGE 2010 analisado foi o Registro Civil. Cabe lembrar que sem ele o indivíduo deixa de ser percebido pelo Estado, e não pode exercer os seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Além disso, fica impossibilitado de se cadastrar em programas sociais, matricular-se em escolas, abrir conta em banco, obter crédito, votar, entre outras limitações (ANOREG/PR, 2015).

**Figura 11.** Registro Civil – Domicílios particulares de Área urbanizada de cidade ou vila



**Figura 12.** Registro Civil – Domicílios particulares de Aglomerados Rurais – Povoados



**Figura 13.** Registro Civil – Domicílios particulares de Zona Rural

Os mapas apontam uma homogeneização na questão do registro civil. A maior parte das populações dos quatro setores censitários em que estão subdivididos os municípios da Chapada dos Veadeiros declaram ter Certidão de Nascimento. Apenas a noroeste da zona rural verifica-se índice maior de pessoas que declararam não ter registro de nascimento, além do centro do município de São João d'Aliança. É interessante verificar as causas desse baixo índice de registro. Na Comunidade Tradicional Kalunga, supõe-se pelo diagrama que o índice de não registro civil até os 10 anos de idade é muito baixo.

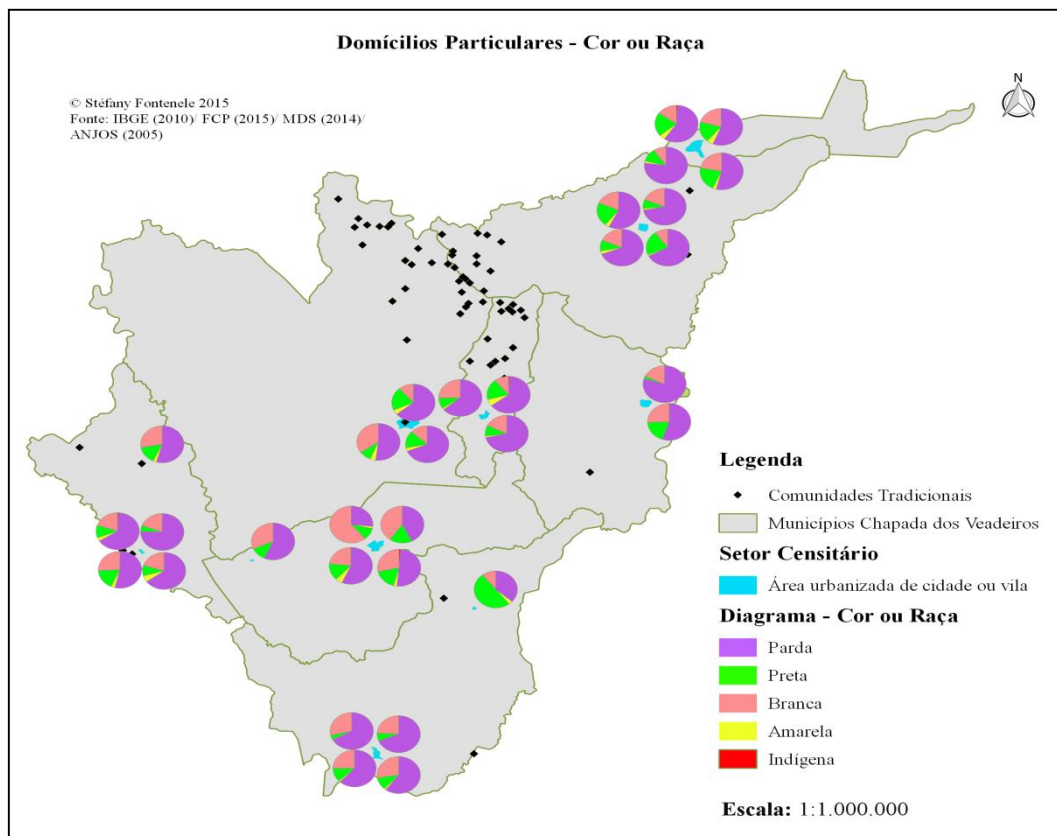
A descendente de quilombola Deusilena (informação verbal)<sup>4</sup>, moradora da Comunidade Quilombola Kalunga Vão de Almas, declarou que as comunidades recebem bolsa família, sendo fator decisivo para a melhoria das condições de vida e das condições de acesso a uma alimentação adequada às famílias mais pobres e vulneráveis a fome. Além disso, os moradores contam com uma cesta básica do governo, também chamada de cesta emergencial, por vir somente em períodos críticos dos povos, não sendo recebida todos os

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Deusilena – Quilombola de Vão de Almas. Entrevista II. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Cavalcante, 2014.

meses do ano. O Salário Maternidade é outro benefício adquirido pela comunidade, em que ganham um auxílio do governo de três mil reais por cada criança que nasce.

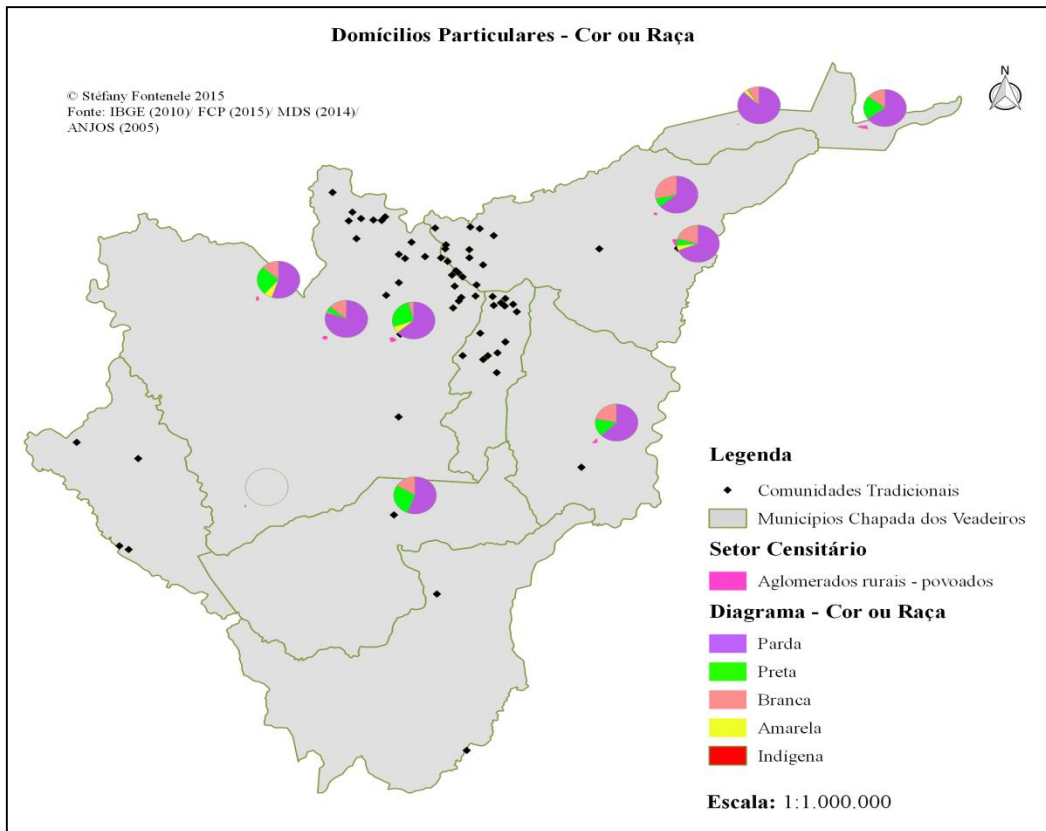
A cor e a raça são outras variáveis analisadas nesta pesquisa. Apesar da população ser categorizada em parda, preta, branca, amarela e indígena, é importante ressaltar que nenhuma dessas cores é utilizada, nas informações em saúde, com sentido pejorativo ou com intenção de discriminar qualquer um dos grupos étnico raciais. O IBGE busca, com essa subdivisão, melhorar a qualidade dos serviços de saúde, para elaborar políticas públicas e identificar as doenças e agravos predominantes nos diferentes grupos que compõem a nossa sociedade, visto que há uma maior predisposição para doenças específicas de acordo com a cor ou raça/etnia. (BRASIL, Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS, 2009).

**Figura 14.** Cor ou Raça – Domicílios particulares em Área Urbanizada de Cidade ou Vila

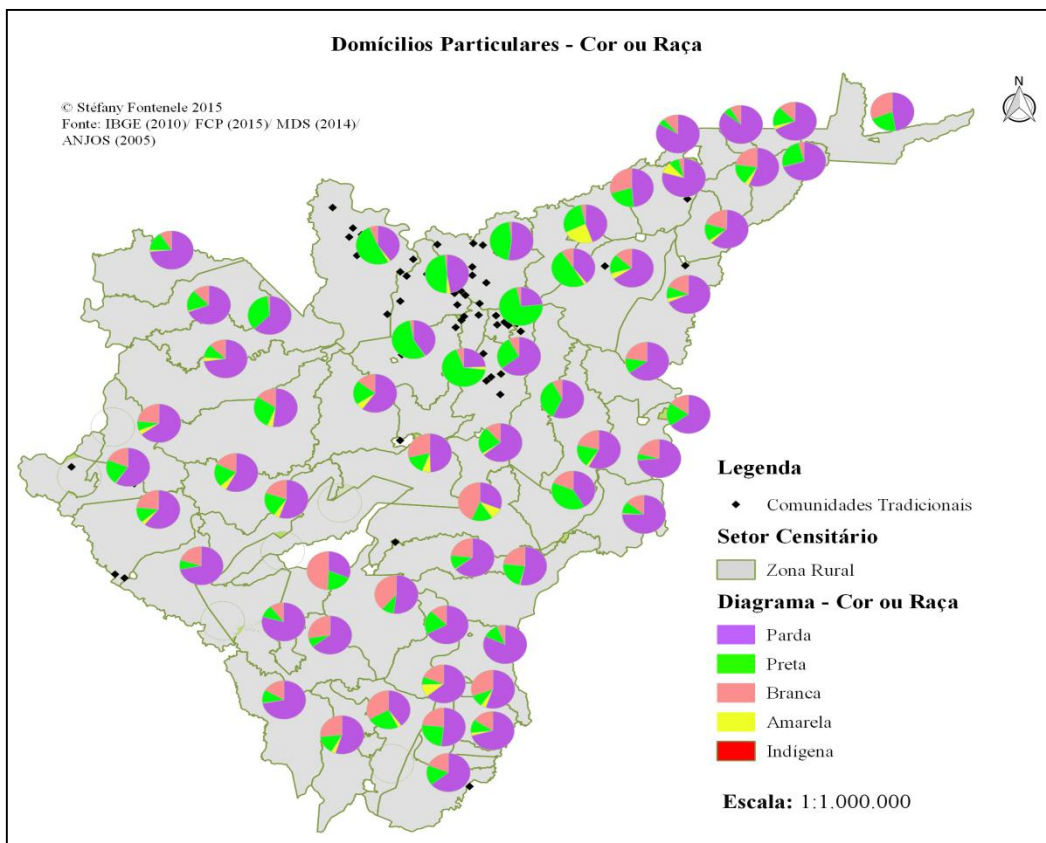




**Figura 15.** Cor ou Raça – Domicílios particulares em Aglomerados Rurais - Povoados



**Figura 16.** Cor ou Raça – Domicílios particulares em Zona Rural





Os mapas apontam uma predominância em 61% de pessoas que se declararam com a cor parda no setor censitário de área urbana. Em segundo lugar vem a cor branca, com 22% e em terceiro a cor preta com 14%. Todavia, no setor censitário de zona rural, a população negra prevalece sobre a branca, pois enquanto há 16% de pessoas brancas, há 24% de pessoas declaradas como pretas, sendo este último indicador possivelmente explicado pela grande concentração comunidades quilombolas ao norte do mapa. Quanto a cor amarela, 1.029 pessoas se declararam dessa cor/raça em área urbana e 441 pessoas na área rural. Cerca de 167 pessoas se declararam indígenas em área urbana e 11 em área rural. O fato do Censo IBGE 2010 declarar não abordar as terras indígenas especificamente demonstra o porquê de não haver no diagrama a presença dessa etnia. Porém, sabe-se que entre Colinas do Sul e Minaçu há a Terra Indígena Avá Canoeiro, que apesar de ter uma média de 6 habitantes e possuir um risco eminente de extinção (SEUC, 2011), persiste em seu território. A relevância de inferir a situação dos indígenas é exteriorizada e percebida através do estudo realizado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde (ABRASCO) e *Institute of Iberoamerican Studies* em 2008/09, que revela um conjunto importante de dados que até então eram desconhecido quanto à saúde da mulher indígena, havendo um grau elevado de prevalência de anemia.

Para mulheres indígenas não grávidas, o índice nacional é de 32,7%, enquanto, para mulheres indígenas grávidas, é de 35,2%. A região Norte apresenta a situação mais grave, com 46,9% e 44,8%, respectivamente, seguida pela região Centro-Oeste, com 34,9% e 40,1%, respectivamente. Vale registrar, também, os resultados da distribuição de mulheres indígenas de 14 a 49 anos, pelo Índice de Massa Corporal (IMC), mostrando que 2,3% dessas mulheres em situação de baixo peso, 30,2% em situação de sobrepeso e 16% em situação de obesidade. Os dois últimos índices são menores do que aqueles das mulheres não indígenas, mas ainda assim são preocupantes. Com relação a crianças indígenas com *deficit* de estatura para idade, o índice nacional foi de 26%, sendo que, na região Norte, este índice foi de 41,1%. Em relação à prevalência de anemia em crianças com idade entre 6 e 59 meses, o índice nacional foi de 51,3%, chegando a atingir 66% na região Norte (CAISAN, p. 21, 2011).

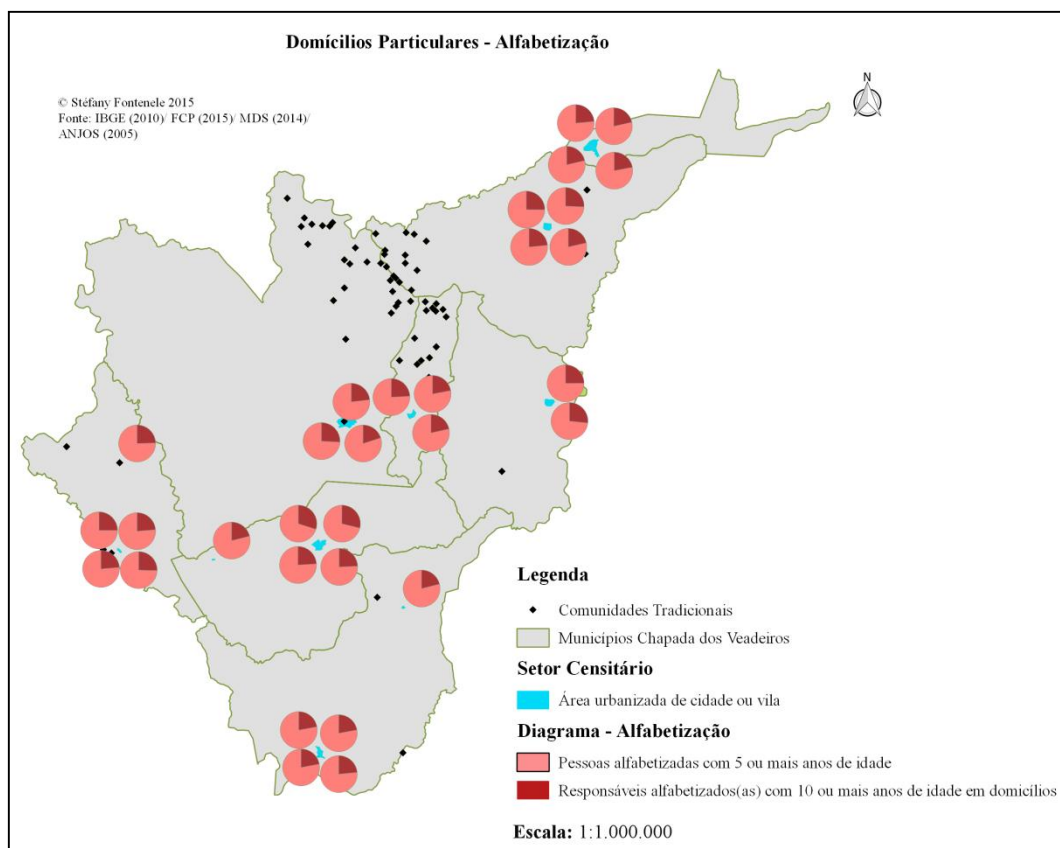
A Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo revelou em 2009 as doenças que mais atingem as populações, de acordo com a etnia. A Hipertensão, Anemia Falciforme e Diabetes Mellitus são as doenças mais frequentes na população negra (cores preta e parda). As Doenças de pele e a Talassemia atingem mais a população branca (cor branca). Além da anemia mencionada acima nas mulheres, as doenças infecciosas próprias da infância, como catapora e sarampo, tem aumentado consideravelmente nas populações indígenas (BRASIL,

2009). As Comunidades Tradicionais de Cerrado, bem como os Pescadores Artesanais apontam ser, em sua maioria, de cor parda. Assim demonstra-se a relevância em compreender quais são as etnias dos povos, no que concerne a questão da saúde.

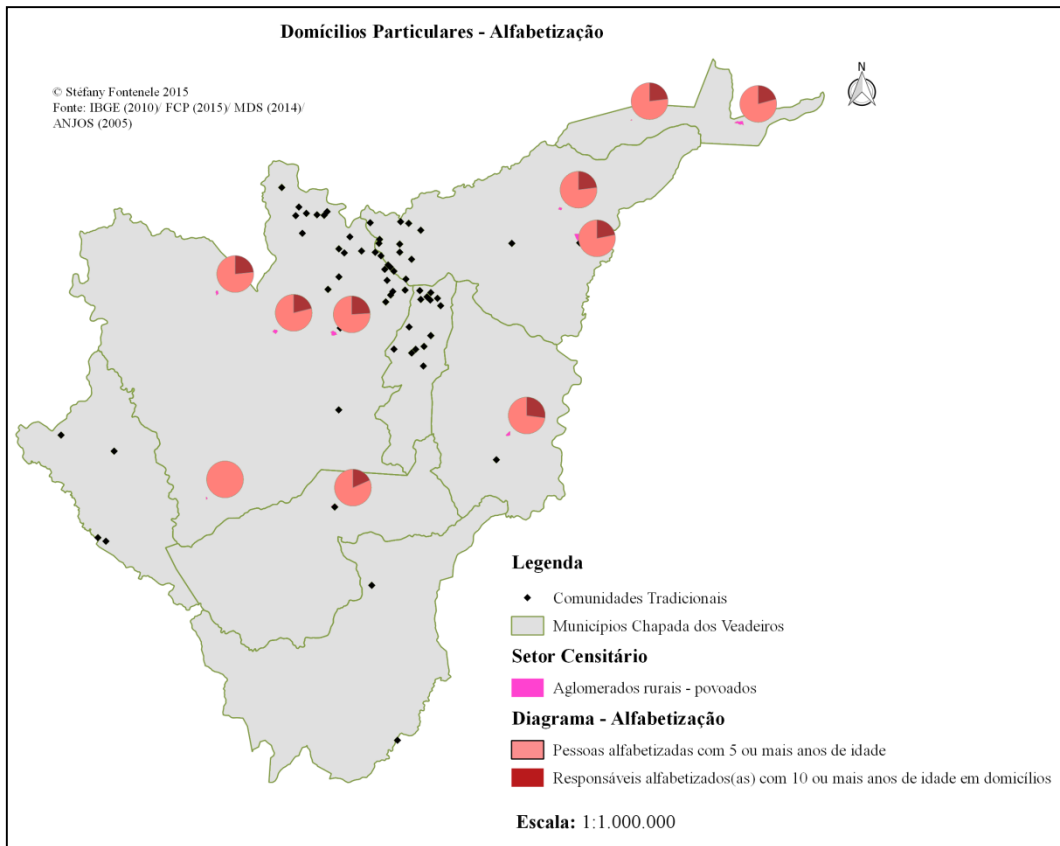
A abordagem da saúde como prerrogativa da área médica promoveu o distanciamento de outros setores e áreas do conhecimento, imprescindíveis para a compreensão da saúde, tal como é concebida na atual Constituição brasileira, onde se insere o Sistema Único de Saúde.

A análise da alfabetização da população é outro viés a ser analisado, tentando a compreensão da situação de saúde dos povos. Conceber saúde e educação, tendo como base o território, significa dialogar com ele, problematizá-lo, elaborar um saber relacional, como síntese articuladora entre os saberes apreendidos na escola da vida e aqueles proclamados na vida da escola (FREIRE, 2000).

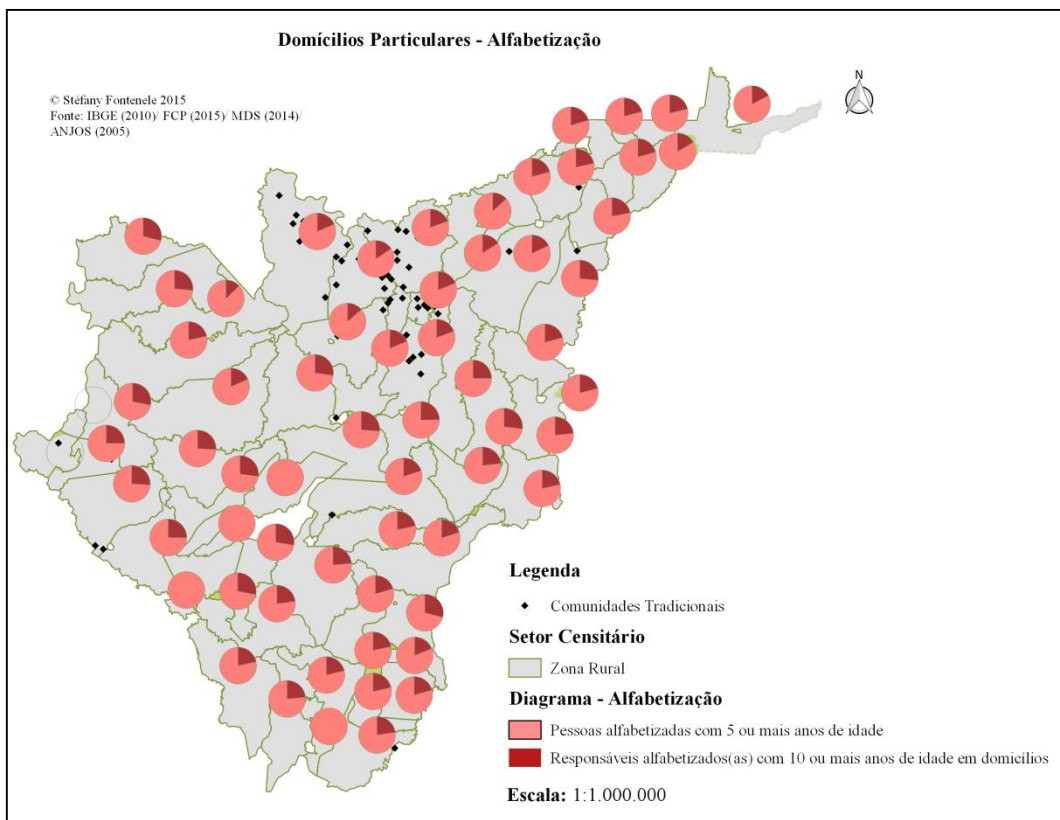
**Figura 17.** Alfabetização – Domicílios particulares em Área Urbanizada de Cidade ou Vila



**Figura 18.** Alfabetização – Domicílios particulares em Aglomerados Rurais - Povoados



**Figura 19.** Alfabetização – Domicílios particulares em Zona Rural



Os mapas apontam que 76% da população em área urbana é alfabetizada com 5 anos de idade, sendo que nas áreas rurais esse número é superior, totalizando 79%. Entretanto, o fato de ter 54 áreas urbanas e 61 áreas rurais pode ter influenciado esse indicador, visto que visualmente há uma certa homogeneização dos dados. O índice de alfabetização tardia, com 10 anos ou mais de idade ainda é alto, indicando uma média de 23% em todas as unidades censitárias, suscitando a questão sobre as dificuldades de acesso. É interessante ressaltar que o arquivo do IBGE sobre a alfabetização nos setores censitários aponta somente o número de pessoas alfabetizadas a partir dos cinco anos de idade, sem fazer qualquer referência ao número de pessoas que não são alfabetizadas.

Neiva (2009), ao realizar a caracterização socioeconômica da Comunidade Quilombola Kalunga, afirmou que 38,9% dos adultos entrevistados eram analfabetos e 61,1% possuíam o ensino fundamental incompleto. Esse resultado é advindo da ausência de todas as séries do ensino fundamental e/ou médio nas comunidades, além da má qualidade do ensino, contribuindo para esse panorama da educação. A descendente de quilombola Núbia de 14 anos, moradora da Comunidade Quilombola do Moinho, pondera (informação verbal)<sup>5</sup> que as escolas de ensino fundamental não possuem todas as séries, e as escolas de ensino médio encontram-se somente em áreas urbanizadas, sendo necessário deslocar-se à Alto Paraíso para conseguir cursar o 8º ano, série em que se encontrava em dezembro de 2014. A jovem ainda aponta a situação crítica das estradas, principalmente nos períodos chuvosos, além da quebra frequente do ônibus escolar, que impede o acesso dos alunos à escola.

A descendente de quilombola Deusilena (informação verbal)<sup>6</sup> afirma que Vão de Almas possui quatro escolas de ensino fundamental. O Ensino Médio só pode ser realizado na área urbanizada de Cavalcante, assim como ocorre com a Comunidade do Moinho. A dificuldade de acesso à educação também é mencionada por Deusilena, que os fenômenos naturais, como a cheia do rio, impede que os alunos cheguem à cidade todos os dias e completem o ensino médio. A impossibilidade de chegar às escolas acaba prejudicando a população na obtenção de auxílios do governo, como o Bolsa Família, que exige como requisito para obtenção do auxílio a assiduidade escolar.

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Núbia – Descendente de Quilombola da Comunidade do Moinho. Entrevista III. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Alto Paraíso, 2014.

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Deusilena – Quilombola de Vão de Almas. Entrevista IV. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Cavalcante, 2014.

Cordeiro (2013) relata que a escolaridade da mãe é fator que contribui para as condições de vida e sobrevivência na primeira infância, uma vez que a baixa escolaridade dos pais pode influenciar negativamente na aprendizagem dos seus filhos, além dos cuidados para com estes. Em seu estudo sobre a saúde nutricional dos estudantes quilombolas do Estado de Goiás, Cordeiro afirma que analfabetismo e a baixa escolaridade são frequentes entre as famílias quilombolas, uma vez que em 60 comunidades quilombolas, 43,6% das mães de crianças menores de cinco anos tinham até quatro anos de escolaridade completos e 47,0% dos chefes de famílias estudaram até o quarto ano do ensino fundamental e 15,8% destes não tinham estudo (CORDEIRO, 2013 apud DAS GUPTA, 1990; MDS, 2008; MOSLEY; CHEN, 1984).

Entretanto, Rezende (2010) demonstra em seu estudo sobre a Comunidade Tradicional de Cerrado Sertão, uma luz para as escolas das comunidades rurais. A evolução da escola na região em relação ao Ensino Básico ofertado em 1999 é visível, “oferecendo atendimento aos alunos em período noturno, passando pela formação continuada e acadêmica dos profissionais locais, até a implantação do ensino médio em extensão com o Colégio Estadual...” (Rezende, p. 75, 2010). A autora ainda assegura que apesar de todos os problemas de acessibilidade que as demais comunidades também sofrem, o ano de 2009 foi marcante para a comunidade do Sertão, obtendo a primeira turma de concluintes do 3º ano do Ensino Médio e a primeira turma de formandos do 9º ano do EJA, sendo uma conquista galgada através da gestão participativa, que permitiu o expressivo desenvolvimento da localidade apenas com a prestação de serviços básicos a educação.

Deduz-se que toda e qualquer iniciativa que promova a educação e a alfabetização, promove consequentemente a saúde. Juste (2008) relata que estudos realizados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) em 32 países comprovam que as mulheres analfabetas têm cinco vezes menos chances de receber informações sobre prevenção do HIV. A mortalidade infantil também aumenta se a mãe não sabe ler e escrever. Assim, o nível de escolaridade é um dos definidores da conduta que o indivíduo assume dentro do processo saúde-doença (Paskulin, 2011).

As questões relativas a forma como ocorre o descarte dos diversos dejetos humanos, bem como a forma como ocorre o abastecimento de água e o acesso a energia são questão extremamente relevantes, que podem apontar a situação de saúde, principalmente das Comunidades Tradicionais, que não possuem tantas informações socioambientais divulgadas,

sendo o censo realizado pelo IBGE em 2010 uma ferramenta relevante para essa compreensão.

### **3.2 Análise do Saneamento Básico da Região**

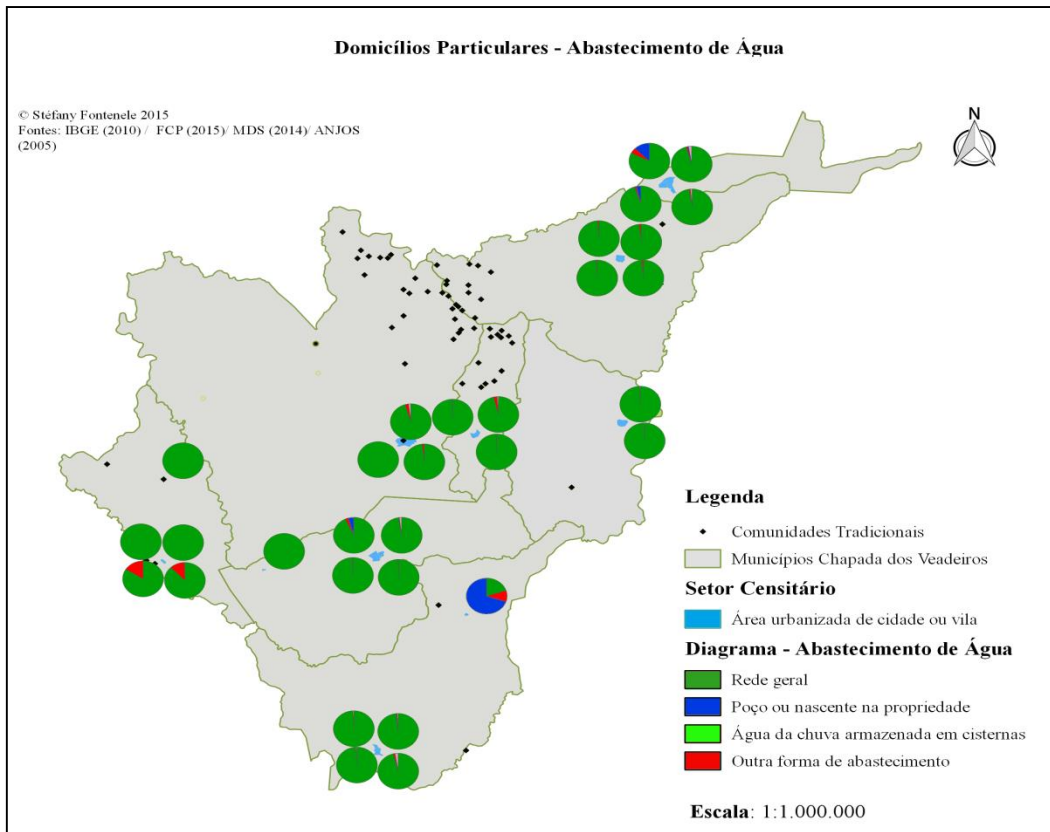
O saneamento básico, compreendido como um conjunto de ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, é um direito dos cidadãos e um item essencial para o bem estar e a qualidade de vida. A necessidade de fornecer água suficiente para atender a demanda da população e concomitantemente retirar o lixo produzido pelo homem é resultado de um processo de urbanização. Williams (1990) afirma que a urbanização tem a função de oferecer os diversos serviços públicos a população, para que o contato com os agentes infecciosos sejam reduzidos e haja uma maior proteção à saúde populacional.

Mesmo com o irrefutável conhecimento da importância do saneamento para a saúde pública, registram-se regiões ao redor do mundo onde se verificam irregularidades quanto a abastecimento público de água, esgotos sanitários e resíduos sólidos.

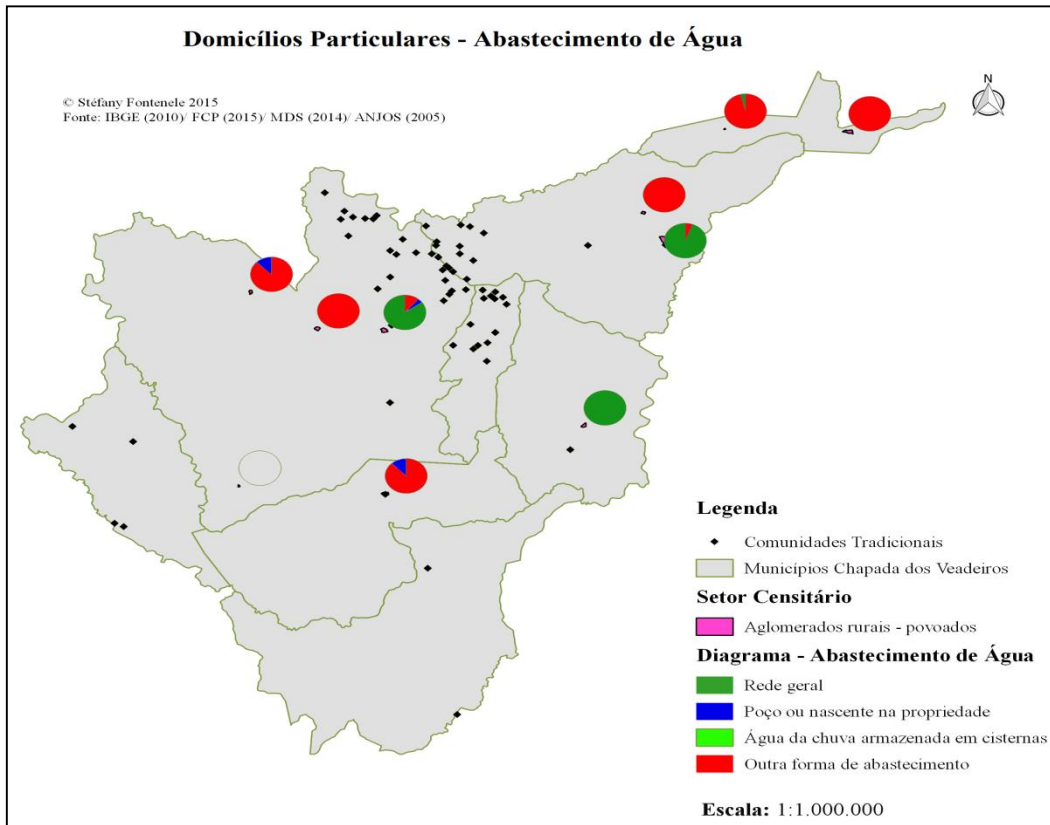
Para a OMS “todas as pessoas, em quaisquer estágios de desenvolvimento e condições sócio-econômicas têm o direito de ter acesso a um suprimento adequado de água potável e segura”. A OMS refere-se como “segura”, a disponibilidade de água que não represente um risco significativo à saúde.

O primeiro passo para a compreensão de como a água de uma região pode afetar a saúde, é a verificação de quais são as formas de abastecimento utilizadas. Os mapas abaixo demonstram os abastecimentos de água de acordo com os setores censitários do IBGE:

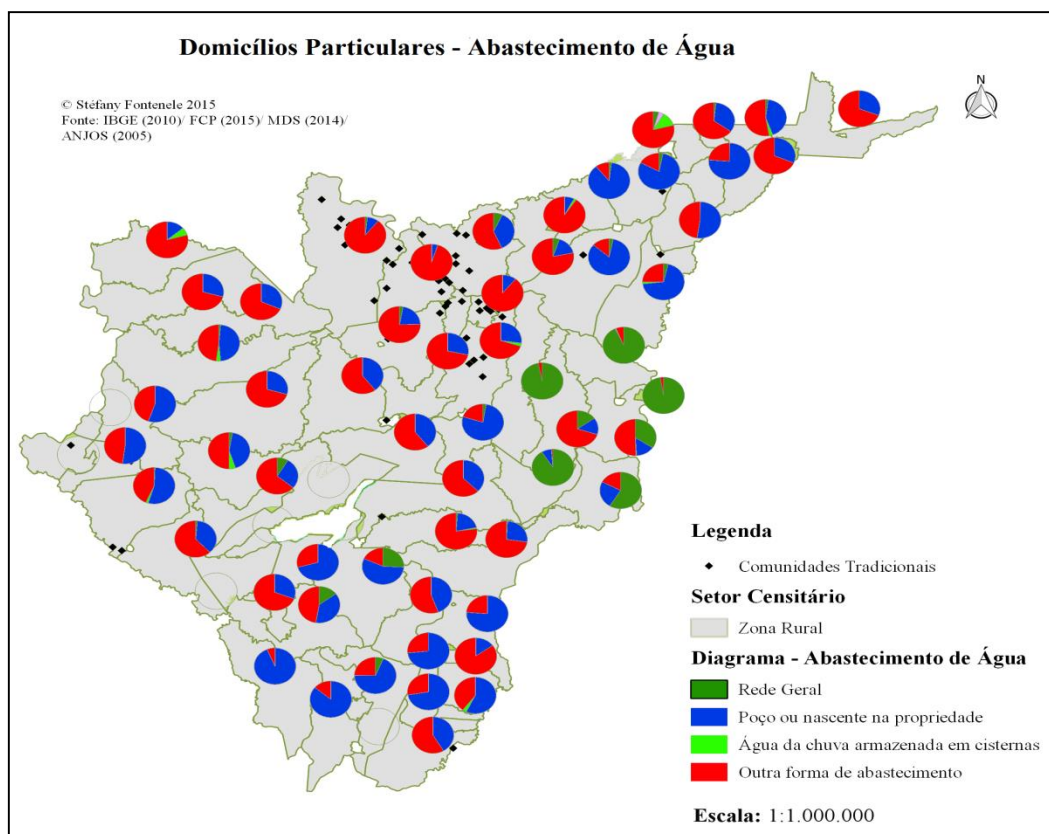
**Figura 20.** Abastecimento de Água – Domicílios particulares em Área urbanizada de cidade ou vila



**Figura 21.** Abastecimento de Água – Domicílios particulares em Aglomerados rurais - povoados



**Figura 22.** Abastecimento de Água – Domicílios particulares em Zona rural



Os mapas demonstram a forma de abastecimento de água pela microrregião da Chapada dos Veadeiros, evidenciando que nas áreas urbanizadas, 97% dos domicílios particulares apresentam abastecimento de água realizado pela cobertura da rede geral de esgoto.

As áreas rurais, explicitadas nas figuras 21 e 22, onde predominantemente se encontram as Comunidades Tradicionais, apresentam um resultado inferior na cobertura de rede geral de abastecimento. Nos povoados, 42% do abastecimento de água ocorrem pela rede geral, 56% utilizam outras formas de abastecimento não especificadas, e 2% são abastecidos por poço ou nascente na propriedade. As áreas classificadas pelo IBGE como zonas rurais fazem uso em 50% de outras formas de abastecimento, em 38% utilizam poço ou nascente na propriedade e somente 11% faz dos domicílios particulares são cobertos pela rede geral. Apenas 1% do abastecimento ocorre pela água da chuva armazenada em cisternas.

Conforme os mapas apontam, as áreas onde estão localizados os PCT's utilizam predominantemente poços ou nascentes nas propriedades, além de outras formas de



abastecimento. A descendente de quilombola Diraci (informação verbal)<sup>7</sup>, porta voz da Comunidade do Moinho, declarou que os moradores não possuem rede geral de esgoto por receio da SANEAGO (Saneamento de Goiás S.A.) entrar no território deles e assim contaminar a água. A comunidade, que está inserida nos aglomerados rurais – povoados do IBGE, foi classificada com a utilização de “Outra forma de abastecimento”, sendo utilizado o córrego próximo a região como provedor de água para essa população. A informação relatada sobre insuficiência desses serviços ocasiona impactos ambientais negativos, visto que a água pode estar contaminada pelo lançamento de esgoto sanitário (sem tratamento) e dos resíduos sólidos através da disposição inadequada.

A Comunidade Vão de Almas, situada no Quilombo Kalunga, não apresenta “água encanada”, conforme afirma a moradora Deusilena (informação verbal)<sup>8</sup>. Segundo ela, o consumo da água parte de um córrego próximo ao sítio, entretanto a moradora declara as constantes diarreias sofridas pela população. Não há informações contundentes de que a diarreia na comunidade seja ocasionada pela água, porém é sabido que essa infecção intestinal é ocasionada frequentemente pelo consumo de água sem o devido tratamento. A moradora ainda afirma que a Comunidade Riachão, localizada do município de Monte Alegre de Goiás, apresenta “água encanada”.

O Ministério da Saúde delega à Funasa, a competência pela coordenação do Programa de Saneamento Rural. Deste modo, este órgão declarou em 2011 que implantou cinco sistemas de água em seis localidades quilombolas, sendo elas: Bom Jardim, Faina, Carolina, Tinguizal, Sucuri e Curral da Taboca, beneficiando 113 famílias kalungas, visando amenizar as más condições de saneamento básico em que se encontram as comunidades (BRASIL, 2011).

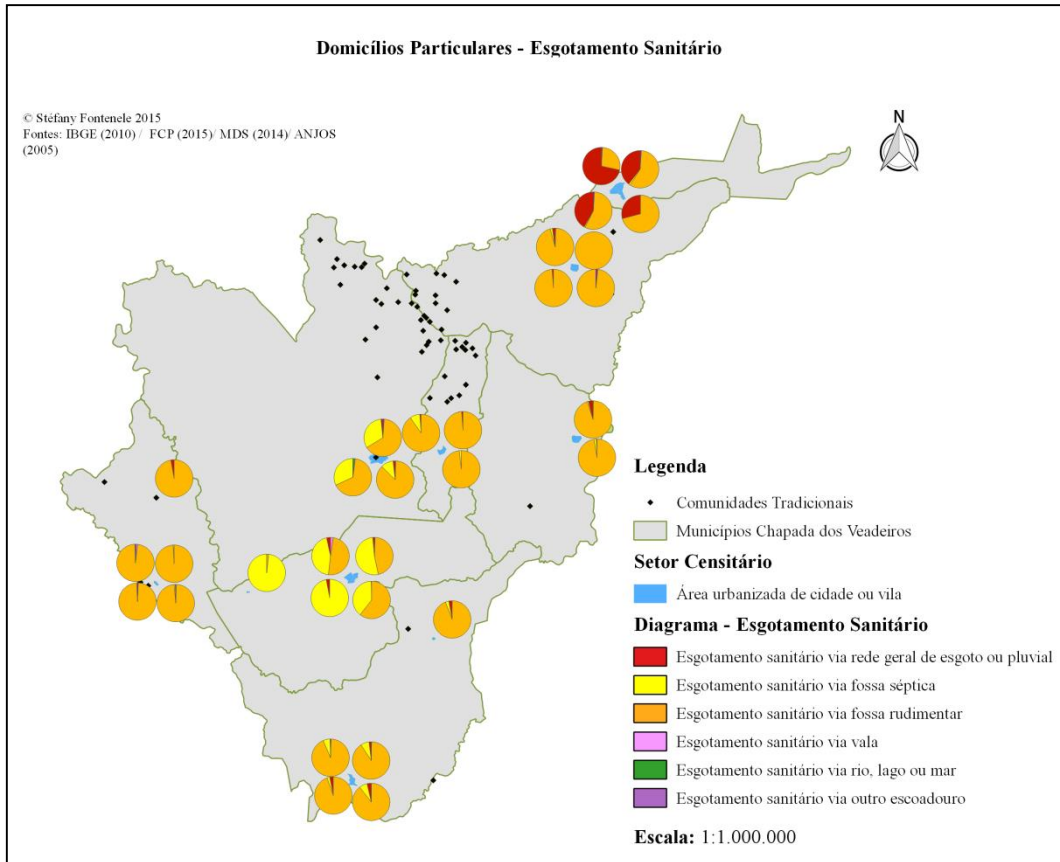
Outro indicador disponível pelo IBGE importante a ser analisado é o esgotamento sanitário. Os mapas abaixo demonstram os diferentes tipos de esgotamento sanitário existentes na Chapada dos Veadeiros:

---

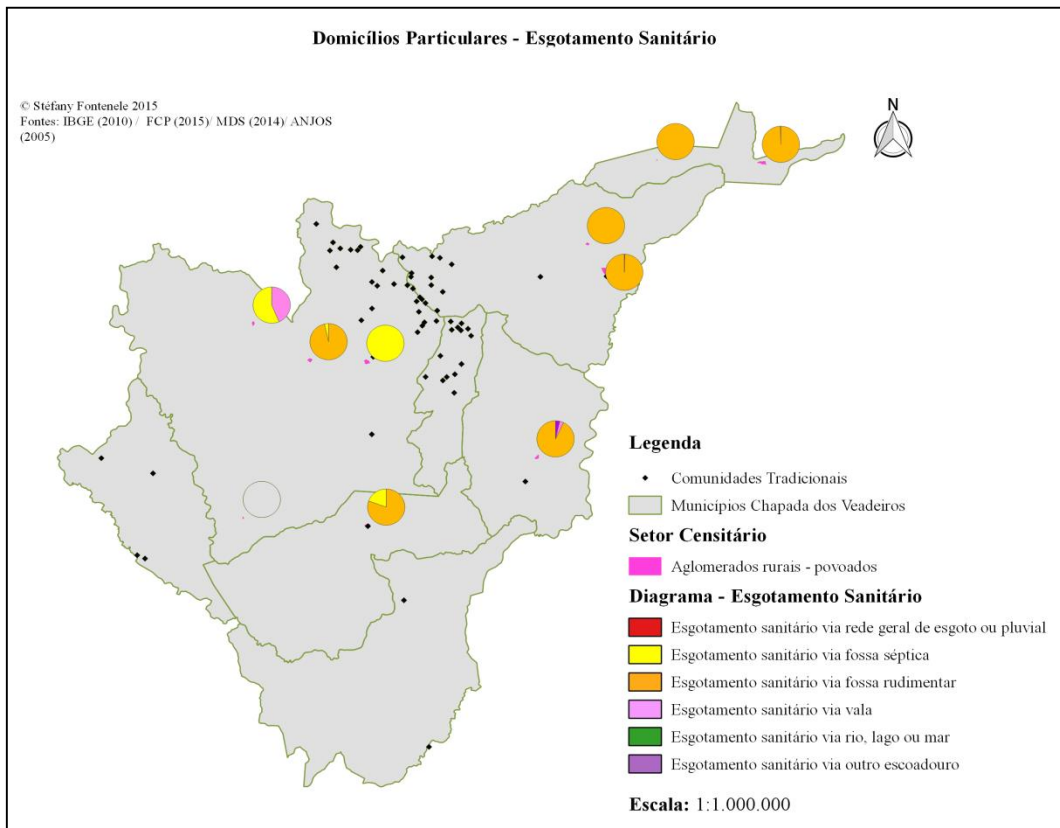
<sup>7</sup> Entrevista concedida por Diraci – Quilombola do Moinho. Entrevista V. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Alto Paraíso, 2014.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Deusilena – Quilombola de Vão de Almas. Entrevista VI. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Cavalcante, 2014.

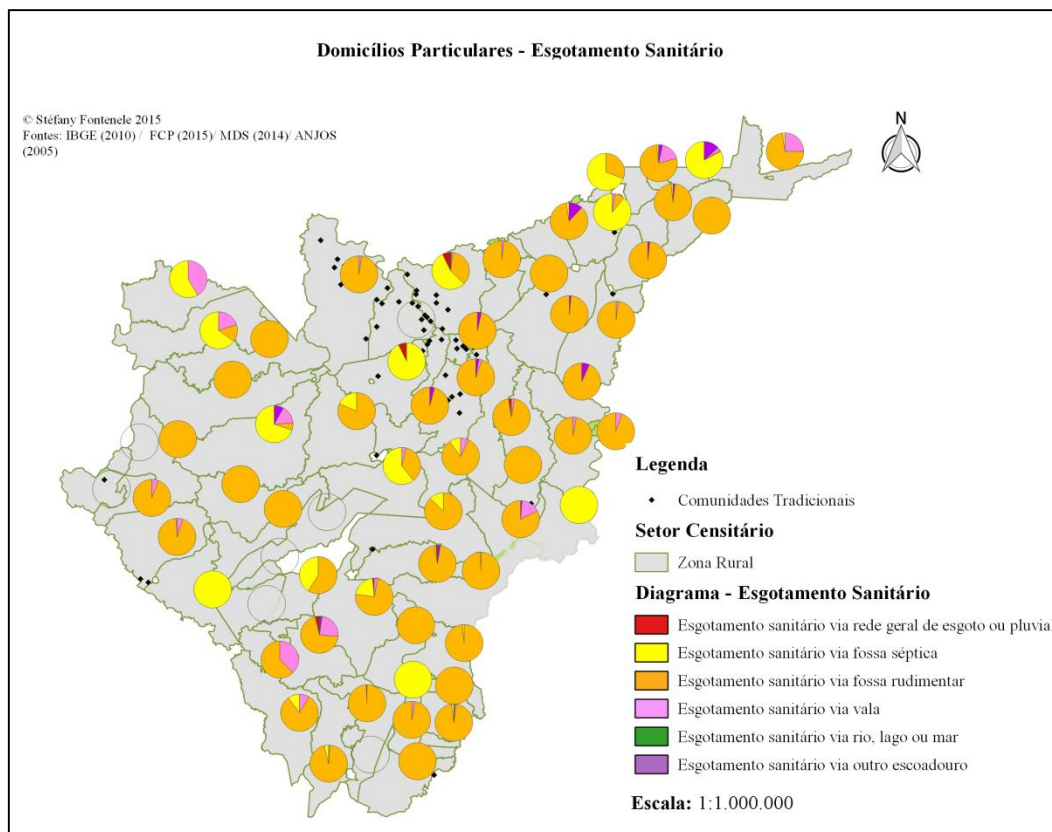
**Figura 23.** Esgotamento Sanitário – Domicílios particulares em Área urbanizada de cidade ou vila



**Figura 24.** Esgotamento Sanitário – Domicílios particulares em Aglomerados rurais - povoados



**Figura 25.** Esgotamento Sanitário – Domicílios particulares em Zona Rural



Os mapas produzidos permitiram identificar que nas áreas urbanas, apenas 21% da cobertura do esgotamento ocorre via rede geral de esgoto ou pluvial, sendo o município de Campos Belos o maior beneficiado por essa cobertura. A forma de escoar os dejetos da população está caracterizada em 66% pela utilização de fossa rudimentar, além da fossa séptica e vala, que são encarregadas por 12% do esgotamento sanitário. Alto Paraíso é o município que mais possui esgotamento via fossa séptica, seguido de Cavalcante. Todavia, os demais municípios utilizam a fossa rudimentar.

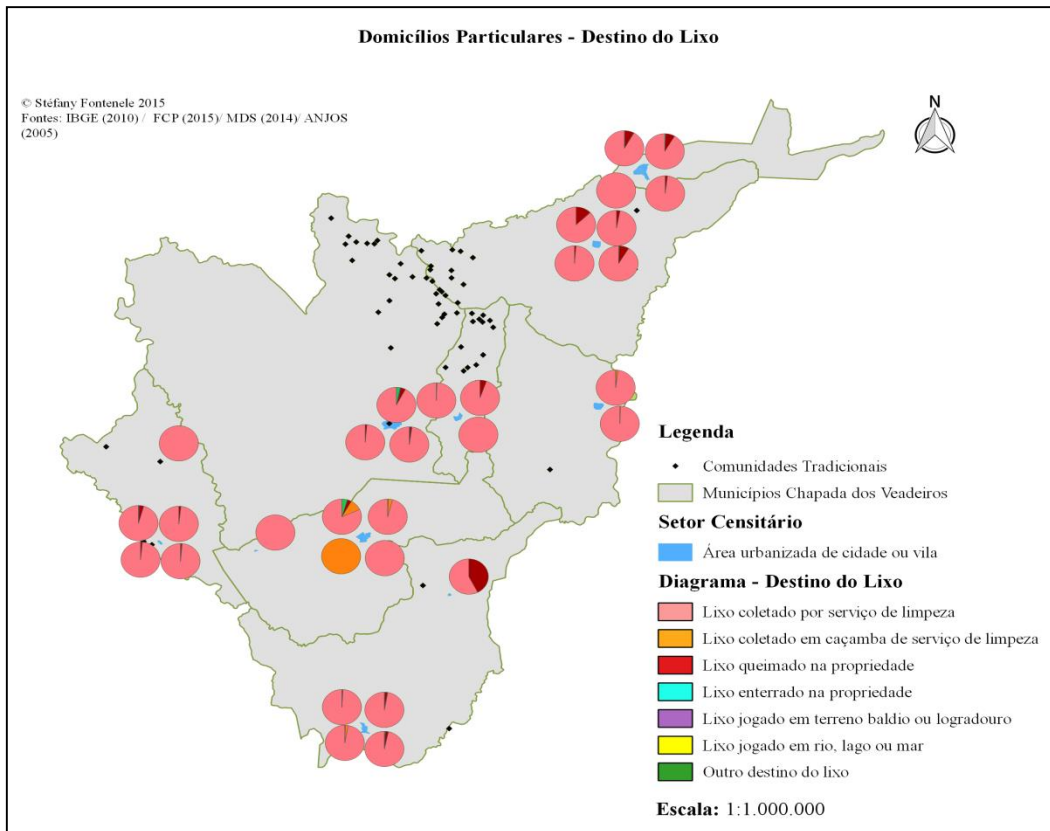
Nas áreas rurais, também ocorre a predominância de fossa rudimentar. Nos setores caracterizados como povoados, 84% do esgotamento é via fossa rudimentar, 13% via fossa séptica e 3% via vala. Não há a presença de rede geral de esgoto ou pluvial nessa unidade territorial. As áreas classificadas como zonas rurais apresentam 76% de esgotamento via fossa rudimentar, 18% via fossa séptica, 4% via vala, representando 1% o esgotamento pela rede geral e outros escoadouros. Os mapas apontam o esgotamento por via fossa rudimentar próximo as Comunidades Tradicionais. Esse dado é preocupante, visto que as fossas rudimentares são caracterizadas pela perfuração do solo, que recebe todos os dejetos sem

qualquer tratamento. Essa forma de esgotamento contamina o solo, as águas superficiais e subterrâneas, contribuindo direta e indiretamente para o surgimento de doenças de veiculação hídrica, parasitoses intestinais e diarreias, que são grandes responsáveis pela elevação da taxa de mortalidade, principalmente infantil (FUNASA, 2012).

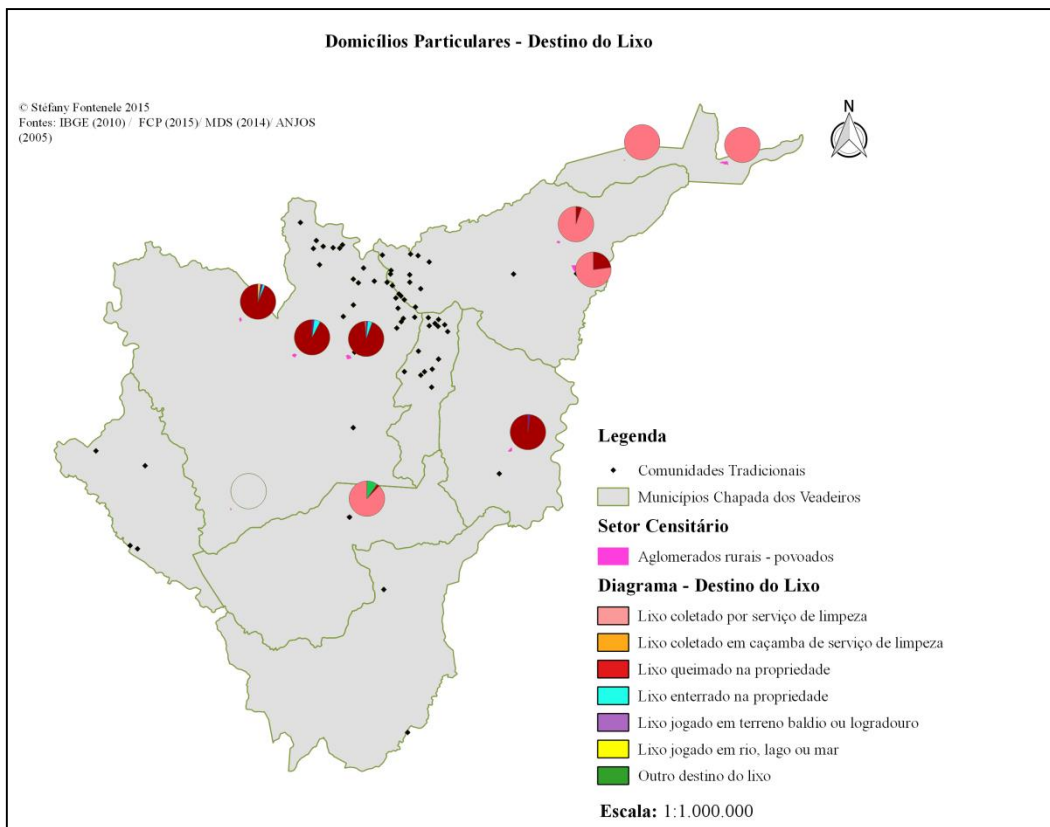
O depoimento oferecido pela descendente de quilombola Deusilena e mencionado nos mapas anteriores de abastecimento de água sobre as frequentes diarreias que ocorrem na Comunidade de Vão de Almas, é um exemplo sobre como a fossa rudimentar prejudica a saúde dos moradores. A moradora também havia afirmado a inexistência de banheiros, obrigando os moradores a utilizar o córrego para a realização da higiene pessoal. Essa situação merece grande atenção, visto que a fossa rudimentar foi apontada como a principal forma de esgotamento sanitário. É dever da Funasa promover a implementação de ações de saneamento em áreas rurais de todos os municípios brasileiros, inclusive no atendimento às populações remanescentes de quilombos, assentamentos rurais e populações ribeirinhas (PPA 2012-2015). Ao realizar a compilação dos estabelecimentos de saúde, verificou-se que somente em Campos Belos há presença da Funasa, ressaltando que este órgão não estava presente na lista do CNESnet. Este município foi o que obteve maior predominância da utilização da rede geral de esgoto ou pluvial nas áreas urbanas. Os demais municípios ficaram prejudicados quanto a forma de tratamento do esgoto.

No que concerne o destino do lixo, os setores censitários do IBGE apresentaram os seguintes dados:

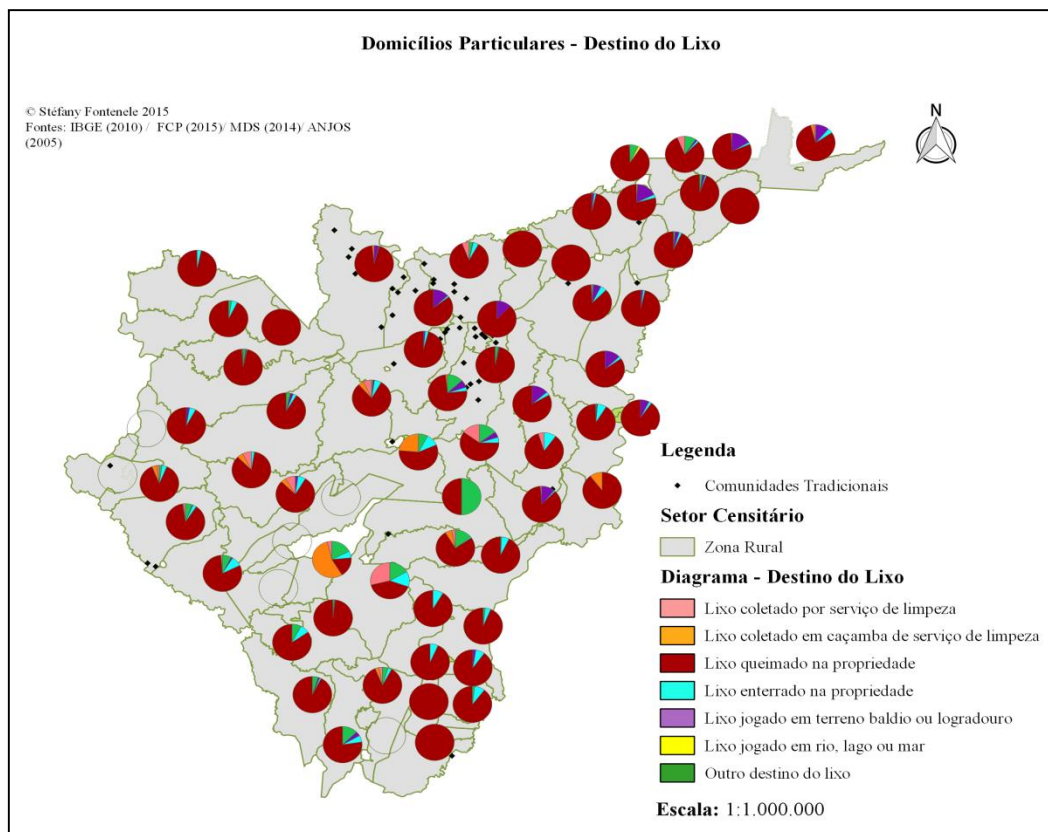
**Figura 26.** Destino do Lixo – Domicílios particulares em Área urbanizada de cidade ou vila



**Figura 27.** Destino do Lixo – Domicílios particulares em Aglomerados rurais - povoados



**Figura 28.** Destino do Lixo – Domicílios particulares em Zonas Rurais



Nas áreas urbanas há a hegemonia da coleta por serviço de limpeza, com 93% de cobertura. Os dados apontam ainda que 5% do lixo são coletados em caçamba de serviço de limpeza, que pode ser tanto pública quanto privada, e 2% do lixo é queimado na propriedade.

Nos aglomerados rurais – povoados, 64% do lixo é coletado por serviço de limpeza, 34% do lixo é queimado na propriedade, 1% é enterrado na propriedade e 1% é jogado em terreno baldio ou logradouro. Os moradores da Comunidade do Moinho, incluída neste setor censitário, declaram (informação verbal)<sup>9</sup> que teoricamente, a coleta do lixo deveria ocorrer nas áreas rurais de 15 em 15 dias, mas ocorre apenas uma vez ao mês, fazendo com que os moradores da comunidade realizem a queima do lixo e evitem a proliferação de pragas. A queima que é realizada a céu aberto e com a ausência de técnicas específicas, faz com que ocorra liberação de muitos poluentes, tanto para a atmosfera na forma de vapor, quanto para o solo.

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Diraci – porta-voz do quilombo Moinho. Entrevista VII. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Alto Paraíso, 2014.

No setor censitário de zona rural, a queima do lixo é mais frequente ainda. Segundo os indicadores analisados, 90% do lixo é queimado na propriedade, 3% do lixo é jogado em terreno baldio, 3% é enterrado na propriedade e apenas 2% do lixo é coletado por serviço de limpeza.

Diante disso, é possível inferir a inadequação dos serviços de saneamento básico prestados para a zona rural nos municípios estudados. As populações localizadas nesta unidade territorial, incluindo os PCT's, recorrem à queima do lixo pela falta de coleta por serviço de limpeza. O lixo é um problema básico de saneamento, sendo que sua disposição final sem o devido tratamento é princípio para a degradação ambiental e proliferação de vetores e doenças. É dever do município organizar a coleta do lixo para que haja a universalização desses serviços tanto nas áreas urbanas como nas rurais, alocando os resíduos para áreas apropriadas.

Percebe-se que a maior parte da população urbana vem adquirindo acesso à água através da expansão de redes de abastecimento e a coleta de lixo por serviço de limpeza, sem que, por outro lado, seja promovido o devido tratamento de esgoto pela rede geral. A junção do acesso às redes gerais de abastecimento de água e aos serviços de limpeza, com a precariedade de esgotamento sanitário, faz com que o estado de fragilidade da população permaneça. A água continua exposta aos agentes químicos e biológicos, que não são devidamente tratados e coletados.

A população rural é desassistida em todos os aspectos do saneamento básico. A Funasa necessita conhecer a realidade dessas Comunidades Rurais e Tradicionais, para realizar a implementação dos serviços básicos. Visitas domiciliares por profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF) podem auxiliar a identificar os principais problemas das regiões, visto que são atribuições desses profissionais verificar a situação de saúde e situações de risco aos quais as populações que atende estão expostas, bem como conhecer a realidade das famílias pelas quais é responsável, por meio de cadastramento e diagnóstico de suas características sociais, demográficas e epidemiológicas. Desta forma, as comunidades rurais que estão em situação precária e vulneráveis aos serviços básicos de saneamento podem ser melhores assistidas, visto que os estabelecimentos de saúde encontram-se longe de boa parte delas, promovendo assim o acesso melhor acesso desses povos excluídos aos sistemas de saúde.

### 3.3 Acessibilidade das Comunidades Tradicionais aos estabelecimentos de saúde

Foi mencionada no início dessa pesquisa a relevância de se considerar a questão da distância dos PCT's aos serviços de saúde mais próximos. Para tanto, foi realizada uma articulação entre as Comunidades Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, os dados sobre os estabelecimentos de saúde do CNESnet/DATASUS e as Geotecnologias/ Cartografias Participativas, buscando compreender a acessibilidade de uma forma simplista. Foi selecionado um estabelecimento de saúde para cada município, sendo os hospitais municipais os escolhidos, visto que estes atendem as diversas especialidades básicas e possui uma maior infraestrutura, mas em caso de ausência de hospitais, como em Teresina de Goiás, a kilometragem foi baseada no maior estabelecimento de saúde do município, sendo um centro de saúde. Os PCT's que possuem postos de saúde em seu território também foram incluídos na tabela abaixo.

**Tabela 5.** Distância das Comunidades Tradicionais aos estabelecimentos de saúde

<b>Município</b>	<b>Estabelecimentos de Saúde</b>	<b>Comunidades Tradicionais</b>	<b>Distância em Km</b>
Alto Paraíso	Hospital Municipal Gumercindo Barbosa	Comunidade Tradicional de Cerrado Sertão	32,3 km
Alto Paraíso	Hospital Municipal Gumercindo Barbosa	Quilombo Moinho	12,8 km
Alto Paraíso	Unidade Básica de Saúde da Família I - Moinho	Quilombo Moinho	0 km
Campos Belos	Hospital Municipal de Campos Belos	Quilombo Brejão	18,15 km
Colinas do Sul	Hospital Municipal Malvina Herculano Sizervinsk	Quilombo José de Coletto	3,6 km
Colinas do Sul	Hospital Municipal Malvina Herculano Sizervinsk	Terra Indígena Avá Canoeiro	55,8 km
Colinas do Sul	Hospital Municipal Malvina Herculano Sizervinsk	Comunidade de Pescadores Artesanais do Porto	7,1 km
Colinas do Sul	Hospital Municipal Malvina Herculano Sizervinsk	Comunidade Tradicional do cerrado Vila Borba	30,9 km
Colinas do Sul	Posto de Saúde Vila Borba	Comunidade Tradicional do cerrado Vila Borba	0 km
Cavalcante	Hospital Municipal de Cavalcante	Comunidade Kalunga - Engenho II	27 km
Cavalcante	Unidade Básica de Saúde da Família III - Engenho	Comunidade Kalunga - Engenho II	0 km



Monte Alegre de Goiás	Hospital Municipal de Monte Alegre de Goiás	Curral da Taboca	19,4 km
São João d'Aliança	Hospital municipal Santa Madalena	Quilombo Forte	80,5 km
Teresina de Goiás	Centro de Saúde de Teresina de Goiás	Quilombo Diadema	41 km
Teresina de Goiás	Unidade Básica de Saúde Quilombola Diadema	Quilombo Diadema	0 km

**Fonte:** CNESnet (2015)

Devido ao grande número de Comunidades Tradicionais, principalmente os quilombolas pelos sítios Kalungas, foi selecionada uma comunidade, em cada um dos três municípios (Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás) que compõem este território. Os PCT's que não possuem informação quanto à distância até os estabelecimentos de saúde, são os que não foram localizados espacialmente pela autora nas diversas bibliografias pesquisadas e sites institucionais (Quilombo Taquarassu em Campos Belos e Quilombo Magalhães em Nova Roma).

Os dados apontaram que a maior parte dos PCT's possuem uma distância significativa dos estabelecimentos de saúde, dando destaque para os Quilombo Forte, Diadema e Engenho II. Apesar das longas distâncias, esses três núcleos quilombolas apresentam Unidades Básicas de Saúde (UBS). Porém, os habitantes que são majoritariamente Kalungas, que ocupam núcleos próximos, mas não possuem estabelecimentos de saúde, são prejudicados pela frágil assistência dada ao governo, considerando que excedem 30 km a distância da maior parte das Comunidades aos hospitais municipais.

Não foi identificada a área que os indígenas Avá Canoeiros se localizam, porém, a distância do início do seu território ao hospital mais próximo (Colinas do Sul), é superior a 55km, sendo um fato que chama a atenção. Não há informações contundentes quanto a localização dos indígenas e o Setores Censitários do Censo IBGE não os abordam, mas uma informação polêmica dada pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas do Sul (informação verbal)<sup>10</sup> é que a terra de muitos moradores do município foi atingida na implementação da terra indígena, e não houve a devida indenização aos

<sup>10</sup> Entrevista concedida pelo Representante dos Trabalhadores Rurais de Colinas do Sul. Entrevista VIII. [dez. 2014]. Entrevistadora: Stéfany Fontenele. Colinas do Sul, 2014.

prejudicados, relatando ainda a inexistência dos seis índios em Colinas do Sul, e sim no município vizinho que também faz parte do território indígena, Minaçu.

A Comunidade de Pescadores Artesanais do Porto foi a comunidade encontrada mais próxima da área urbana, distanciando em 7,1 km do Hospital Municipal de Colinas do Sul.

A conectividade das Comunidades Tradicionais aos serviços de saúde é débil nessa região. São fatores prejudiciais que estimulam a fragilidade dessas populações os serviços saneamento, a ausência e distância de estabelecimentos de saúde e a dificuldade de deslocamento, tanto na questão das estradas, quanto no transporte e valor, vide o exemplo de Vão de Almas, em que os moradores necessitam pagar R\$30,00 para chegar à Cavalcante. Entretanto, deve-se levar em conta que para se compreender o acesso desigual aos serviços de saúde, é essencial considerar a heterogeneidade da população, que pode buscar diferentes bens e serviços, para solucionar seu problema, refletindo os saberes tradicionais. A compreensão da estrutura social e as condições de saúde são essências para a efetiva intervenção do Estado através de políticas públicas de atendimento das necessidades de reprodução social dos diferentes grupos sociais. A categoria território tem ampla influência nas condições de vida e na atenção à saúde (BRASIL, 2006).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A GENERALIDADE DOS DADOS CENSITÁRIOS EM CONTRAPOSIÇÃO ÀS ESPECIFICIDADES DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

O presente trabalho exemplifica como os mapeamentos podem subsidiar as políticas públicas em saúde. Permitem visualizar locais necessitados de estabelecimentos de saúde, e quais aspectos devem ser observados com maior atenção pelos profissionais dessa área, de acordo com a indicação da ocorrência de determinadas deficiência no saneamento básico e aspectos demográficos. Essas indicações podem ser fornecidas pelos dados do IBGE.

Assim, embora saibamos a grande relevância do censo demográfico realizado pelo IBGE para elaboração de políticas públicas em nível nacional, percebe-se que estes dados (ou a forma como são levantados) não são adequados para a caracterização da situação das comunidades aqui tratadas, por não estar representando a real situação da saúde dos PCT's, visto que os dados dizem respeito aos domicílios em meio rural (povoados e zonas rurais), sem fazer distinção entre os PCT's e os não PCT's. As análises mais específicas só conseguiram ser realizadas com o auxílio das limitadas bibliografias sobre alguns PCT's da Chapada dos Veadeiros e com a saída de campo à cinco municípios da microrregião, em dezembro de 2014.

Os indicadores demonstram a grande fragilidade da zona rural, onde estão predominantemente localizados os PCT's, especialmente quanto ao saneamento básico, que está em estado precário. O abastecimento de água é baseado predominantemente em poço/cisterna e outras formas de abastecimentos (como a utilização de córregos e rios), sem que a água receba qualquer tratamento. O esgotamento sanitário é em sua maior parte realizado via fossa rudimentar, também conhecida como “fossa negra”, sendo os dejetos da população descartados nestes locais a céu aberto, tornando propícia a consequente poluição da água e a proliferação de doenças. O destino do lixo é em sua maior parte a incineração, sendo este um viés encontrado pela população para desprezar seus detritos, visto que a coleta por serviço de limpeza é inexistente ou ocorre em atraso para a maioria das áreas rurais.

Infere-se que os costumes excepcionais dos povos tradicionais podem gerar situações de saúde diferenciadas das demais áreas rurais, que não são devidamente abordadas pelos Setores Censitários do Censo Demográfico do IBGE. A comunidade cigana exemplifica essa situação, pois apesar de estar localizada em meio urbano, habita predominantemente acampamentos sem infraestrutura, podendo assim não ter tido suas reais condições de vida

representadas pelos gráficos, compreendendo que as variáveis estão fortemente influenciadas pela população não tradicional que vive no meio urbano. É interessante considerar ainda os dados publicados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), afirmando em 2013 que os povos ciganos são considerados pelas instâncias governamentais e institucionais que trabalham em prol do seu desenvolvimento, como o povo tradicional em situação mais grave de vulnerabilidade social.

Assim, percebe-se a necessidade de se realizar um levantamento exclusivo e aprofundado das condições gerais e de saúde dos PCT's, reunindo diversas instituições para a realização deste processo, de modo a expressar as doenças mais frequentes e suas causas, como também a forma como os mesmos tratam as moléstias. Essas informações podem indicar locais prioritários para instalação de estabelecimentos de saúde, ou intervenção do poder público para sanar problemas relativos a infraestrutura. Outra questão que pode ser abordada para o estudo da saúde dos PCT's, é a relação das doenças aos fatores ambientais, indicando em que grau a degradação afeta a saúde daqueles que a estão utilizando diretamente, ou, o quanto a vida em meio ambiente pouco antropizado ou degradado influi na manutenção da saúde. Pode-se ainda questionar se há relação entre determinadas doenças e as atividades tradicionais exercidas nessas comunidades, procurando perceber se estas práticas são contribuintes ou não para a menor demanda por estabelecimentos de saúde.

Um outro fator interessante que pode ser mapeado a partir de investigação específica nos territórios dos PCTs é a confiança deles na atuação do Estado, especificamente das concessionárias de serviços de abastecimento de água e saneamento básico. Isso ficou evidenciado pela entrevista realizada no quilombo Moinho, em dezembro de 2014, em que a descendente de quilombola Diraci (informação verbal)<sup>11</sup>, declara que os moradores não possuem rede geral de esgoto por receio da SANEAGO (Saneamento de Goiás S.A.) entrar no território deles e assim contaminar a água. Deste modo, se este comportamento é recorrente nas comunidades, é a oportunidade de o Estado investigar as causas do problema da desconfiança, e buscar solucioná-lo, sendo talvez necessária a realização de campanha para (re)conquistar a confiança nas concessionárias.

É importante mencionar ainda a questão dos conflitos fundiários, em que muitos líderes de PCT's são constantemente ameaçados de morte (não raro há casos de assassinatos)

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Diraci – porta-voz do quilombo Moinho. Entrevista VII. [dez. 2014]. Entrevistador: Stéfany Fontenele. Alto Paraíso, 2014

por lutar pelo seu território. Estas pessoas podem apresentar problemas de saúde provenientes do extremo estresse psicológico a que estão constantemente submetidos.

Assim, é necessário, antes de tudo uma mudança de paradigma, percebendo e internalizando a importância dos PCT's enquanto agentes possuidores de direitos, que devem ser assegurados, e enquanto agentes mantenedores dos costumes e saberes tradicionais, e dos recursos naturais de forma sustentável.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. (Organizador). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ, 2008. Disponível em: [www.ettern.ippur.ufrj.br/central\\_download.php?hash...id=8](http://www.ettern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash...id=8). Acesso em 25 de março de 2015.

ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. **Panorama dos métodos e técnicas em geografia humana: retrospectiva e tendências**, 2011. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Metodologicos/02.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2015.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil**. Africana Studia, nº 9, 2006. Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Disponível em: [http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS09\\_337.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS09_337.pdf). Acesso em 20 de maio de 2015.

ANOREG/PR. **A importância do registro e da certidão de nascimento. Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná**. 2015. Disponível em: [http://www.anoregpr.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=91:qual-a-importancia-do-registro-e-da-certidao-de-nascimento&catid=39:anoreg-responde&Itemid=197](http://www.anoregpr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91:qual-a-importancia-do-registro-e-da-certidao-de-nascimento&catid=39:anoreg-responde&Itemid=197). Acesso em 25 de maio de 2015.

ARRUDA, R. S. V.; DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001

BAIOCCHI, Maria de Nazaré. Negros de Cedro. **Estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Uma história do Povo Kalunga**. Documento preliminar para revisão. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Abordagens espaciais na Saúde Pública**. Série: Capacitação e atualização em geoprocessamento em saúde, vol. 1. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNESnet – DATASUS, 2015.

BRASIL. **Fundação Nacional de Saúde.** Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/projeto-beneficia-comunidades-kalunga-em-goias/>>.

Acesso em 1 de junho de 2015.

BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Espaços de construção e desenvolvimento sustentável.** Territórios Rurais, Região Centro-Oeste, Cadernos territoriais vol. 2. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Espaços de construção e desenvolvimento sustentável. Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.** Cadastro Único para Programas Sociais – 1º edição. Brasília, 2012.

BRASIL. Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS. **Como e para que perguntar a cor ou raça/etnia no sistema único de saúde?.** São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e\\_revistas/manual\\_quesito\\_cor.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e_revistas/manual_quesito_cor.pdf)>. Acesso em 26 de maio de 2015.

BRASIL. Portal da Transparência. **Controladoria Geral da União. Pescador Artesanal por Estado/Município.** Estado de Goiás, Disponível em: <<http://portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaMunicipios.asp?UF=GO>>. Acesso em: 10 de março de 2015.

BRASIL. Povos Indígenas do Brasil. **População Indígena no Brasil.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-no-brasil>>. Acesso em: 22 de março de 2015.

BRASIL. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório Executivo Brasil Cigano. I Semana Nacional dos Povos Ciganos.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/relatorio-executivo-brasil-cigano-1>>. Acesso em 04 de março de 2015.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: Ecohistória do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Edição revista e atualizada. Ed Verano, Brasília, 2000.

Borges, Diego & Bertoni, Fabiane. **Cartografia Participativa: ambivalências dos seus usos..** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (Negram), 2012.

CABRAL, Márcio Antonio Esteves. **O Potencial Turístico de Cavalcante no âmbito da Região da Chapada dos Veadeiros**. In: Territórios Turísticos no Brasil Central. Brasília: Ed. LGE, 2009. p 338.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. - Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CARVALHO, Gisélia L. **Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental / cultural: desafios e possibilidades do turismo no Nordeste Goiano**. Anais do ENTBL, Curitiba, novembro de 2004. Disponível em: [www.observatoriogeogoiias.com.br](http://www.observatoriogeogoiias.com.br). Acesso em 05/04/2015.

CORDEIRO, Mariana de Moraes. **Excesso de peso em estudantes quilombolas e a insegurança alimentar em seus domicílios**. 2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: < [https://odonto.ufg.br/up/133/o/DISSERTACAO\\_MARIANA\\_FINAL.27.05.pdf](https://odonto.ufg.br/up/133/o/DISSERTACAO_MARIANA_FINAL.27.05.pdf)>. Acesso em 27 de maio de 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 1995. Disponível em: < <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf> >. Acesso em: 27 de abril de 2015.

COSTA, D. A. S. da & COSTA, B. P. da. **Geografia das (micro)territorializações culturais nas praças do centro urbano de Manaus**. Revista do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações. Curitiba, 2008

DIEGUES, Antonio Carlos. 1996. **Repensando e criando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*, P.F. Vieira e J. Weber, orgs., 407-432. São Paulo: Cortez Editora.



DIEGUES, A. C; MOREIRA, C. A. (Orgs). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPUAB, USP, 2001. p. 6. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/repensando.pdf>>. Acesso em 23 de março de 2015.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica do território e ordenamento territorial brasileiro: desafios e oportunidades**. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 2013. Disponível em:< <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20471.pdf>>. Acesso em 12 de abril de 2015.

ESTEVAM, Luis Antonio. **O Tempo da Transformação: Estrutura de dinâmica na formação econômica de Goiás**. Campinas, IE-UNICAMP, Tese de Doutorado, 1997, p.37. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000117561&fd=y>>. Acesso em 15 de março de 2015.

FELFILI, J. M., REZENDE, A. V., SILVA, M. C. **Biogeografia do Bioma Cerrado: Vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros**. Editora UnB: Brasília, 2007.

FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **A face turística da fronteira energética de Goiás: o Lago de Serra da Mesa e o turismo em Colinas do Sul**. In: Territórios Turísticos no Brasil Central. Brasília: Ed. LGE, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).

FREIRE, Krishna Mara Rodrigues. **Uma abordagem geográfica sobre a saúde na Chapada dos Veadeiros**. 92 f. : il. Monografia (bacharelado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FUNAI, 2015. Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil**. Terras Indígenas. Avá Canoeiro. Disponível em:< [ttp://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas](http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas)>. Acesso em: 17 de abril de 2015.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-23-02-2015.pdf>>. Acesso em: 03 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Fundação Cultural Palmares. Comunidades Quilombolas. **Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-23-02-2015.pdf>>. Acesso em: 03 de março de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODINHO, Neide Maria de Oliveira. **O impacto das migrações na constituição genética de populações latino-americanas**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5542/1/2008\\_NeideMOGodinho.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5542/1/2008_NeideMOGodinho.pdf). Acesso em 15 de maio de 2015.

GONÇALVES. 2006. In: Fabio José Dantas. **A Língua da Comunidade Calon na Região Norte-Nordeste do Goiás**. Universidade de Brasília, 2008, p. 33. Tese de Doutorado. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1511/1/2008\\_FabioJoseDantasMelo\\_parcial.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1511/1/2008_FabioJoseDantasMelo_parcial.pdf). Acesso em 06 de abril de 2015.

HOLZER, W. **A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. Território, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, jul./dez.1997.

IBGE. **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**. Documento apresentado para discussão. 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/confest\\_e\\_confefe/pesquisa\\_trabalhos/arquivosPDF/M595\\_01.pdf](http://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M595_01.pdf)>. Acesso em: 12 de abril de 2015.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Goiás. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=52&dados=10>. Acesso em: 6 de abril de 2015.

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Goiás, cidades@.** 2010. Disponível em: [http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa\\_e\\_municipios.php?lang=&uf=go](http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=go). Acesso em: 6 de abril de 2015.

ICMBio, MMA. **Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.** MRS, TSN. Brasília, 2009.

INCRA. **Acervo Fundiário INCRA.** Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html?bmnds1ntfjsbaqro91ej7006h63>>. Acesso em 07 de dezembro de 2014

Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. **Lei consuetudinária: como era feita a legislação na Idade Média,** 2014. Disponível em: [http://ipco.org.br/ipco/noticias/lei-consuetudinaria-como-era-feita-legislacao-na-idade-media#.VRRe4\\_nF-PY](http://ipco.org.br/ipco/noticias/lei-consuetudinaria-como-era-feita-legislacao-na-idade-media#.VRRe4_nF-PY). Acesso em 26 de março de 2015.

JUSTE, Marília. **Unesco adverte: analfabetismo faz mal à saúde.** G1-Globo.com. Setembro de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL752154-5604,00UNESCO+ADVERTE+ANALFABETISMO+FAZ+MAL+A+SAUDE.html>>. Acesso em 27 de maio de 2015.

LEME, Heládio José de Campos. **Evocações do Brasil Central: convivência de temporalidades. In: Territórios Turísticos no Brasil Central.** Brasília: Ed. LGE, 2009.

LIMA, Luiz. **Entre Cimos Nublados e uma Solidão Selvagem – Uma corografia Contermporânea da Chapada dos Veadeiros.** Segunda Edição revisada e ampliada, 2009.

LITTLE, Paul E. **Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização.** *Textos de história* 2(4): 5-25. Brasília. 1994.

\_\_\_\_\_. **Territórios sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia. Universidade de Brasília, 2002.

MALINI, Fábio. **Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo.** ANTOUN, Henrique (org.). Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 83-99.

MC KINLEY. 1978. In: NOSSA, Paulo Nuno. **A Saúde e Espaço**. Abordagem teórico metodológica em Geografia da Saúde. Porto: Ed. Afrontamento, 2014. p. 68.

MERICSKAY, Boris; ROCHE, Stéphane. **Cartographie et SIG à l'ère du Web 2.0: Vers une nouvelle génération de SIG participatifs**. In: Conférence internationale de Géomatique et Analyse Spatiale (SAGEO 2010), Toulouse: France, 2010. Disponível em: . Acesso em 10/07/2011.

MELO, Fabio José Dantas. **A Língua da Comunidade Calon na Região Norte-Nordeste do Goiás**. Universidade de Brasília, 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1511/1/2008\\_FabioJoseDantasMelo\\_parcial.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1511/1/2008_FabioJoseDantasMelo_parcial.pdf). Acesso em 06 de abril de 2015.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Ocupação e Produção no Cerrado Goiano: do século XVIII ao XX**. IX Simpósio Nacional Cerrado. Brasília, ParlaMundi, 2008.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2.ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro** - Território Pesqueiro: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do Povo Brasileiro. Disponível em: <<https://cppnorte.files.wordpress.com/2012/04/cartilha-territorio-pesqueiro.pdf>>. Acesso em 4 de abril de 2015.

NAJAR, AL., and MARQUES, EC., orgs. **Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 276 p. História e Saúde collection. ISBN: 85-85676-52-3. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/wjkcx>>. Acesso em 23 de março de 2015.

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues. **Caracterização socioeconômica da comunidade quilombola Kalunga e proposta de reintrodução do bovino Curraleiro como alternativa de geração de renda**. Ana Cláudia Gomes Rodrigues Neiva - 2009.

NOSSA, Paulo Nuno (2001). **Geografia da saúde: o caso da SIDA**. Oeiras: Celta Editora. – Mobilidade populacional. Boas práticas para a prevenção da VIH junto de população

migrante. Actas do III Colóquio de Geografia de Coimbra, N° especial de <<Cadernos de Geografia>>. Coimbra: FLUC, pp. 167-172.

NOSSA, Paulo Nuno. **A Saúde e Espaço**. Abordagem teórico metodológica em Geografia da Saúde. Porto: Ed. Afrontamento, 2014.

OIT. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011

PASKULIN, Lisiane Manganelli Girardi et al. **Adaptação de um instrumento que avalia alfabetização em saúde das pessoas idosas**. Revista Acta Paulista de Enfermagem, 2011, v.24, n.2, p.271-277. ISSN 0103-2100. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010321000011000200018&l](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321000011000200018&l)> Acesso em 20 de maio de 2015.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50. Editora UFPR. Jul./dez. 2010.

Prefeitura de Belo Horizonte – MG. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás – GO. Disponível em: <<http://www.altoparaiso.go.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Campos Belos – GO. Disponível em: <<http://www.camposbelos.go.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Cavalcante – GO. Disponível em: <<http://www.cavalcante.go.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Goiás – GO. Disponível em: <<http://www.montealegre.go.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Roma – GO. Disponível em: <<http://www.novaroma.go.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de São João da Aliança – GO. Disponível em: <<http://www.saojoaodaalianca.go.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Teresina de Goiás – GO. Disponível em: <<http://www.teresinadegoias.go.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo: Freevale, 2013. Disponível em: <[http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/FEEVALE-Metodologia\\_Trabalho\\_Cientifico.pdf](http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/FEEVALE-Metodologia_Trabalho_Cientifico.pdf)> Acesso em 13 de março de 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São PauloSP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

ROSA, R. **Geotechnologies on applied geographie**. Revista do Departamento de Geografia, n. 16, p. 81-90, 2005.

ROSA, Waderleia dos Santos. **Rezas, Rezadeiras e Juventude na Comunidade de Vão de Almas, Cavalcante – GO**. Trabalho de Conclusão de Curso. UnB, Planaltina – FUP, 2013.

Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7320/1/2013\\_WaderleiaDosSantosRosa.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7320/1/2013_WaderleiaDosSantosRosa.pdf)>. Acesso em 21 de maio de 2015.

REDE CERRADO. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <<http://www.redecerrado.org.br/index.php/povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em 07 de março de 2015.

REZENDE, Delmar Ferreira. **Conquistas Comunitárias da Gestão Participativa na Educação do Campo: O Caso da Escola do Sertão na Chapada dos Veadeiros – GO**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2010.

RIGONATO, Valney Dias. **O Modo de Vida das Populações Tradicionais e a Inter-relação com o Cerrado da Microrregião da Chapada dos Veadeiros: Distrito de Vila Borba**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2005.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton, Souza, Maria Adélia e SILVEIRA, Maria Laura. Território, Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, pp. 15-16.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). **Unidades de Conservação em Goiás**. UFG. Disponível em: <<http://www.uc.ufg.br/pages/29370-ucs-em-goias>>.

UNGLERT C.V.S. O processo de Territorialização em Saúde no Município de São Paulo. In: TEIXEIRA C.F., ed. **Construindo distritos sanitários**: a experiência da Cooperação Italiana no Município de São Paulo. HUCITEC/Cooperação Italiana em Saúde, 1995 a.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000

Williams, B.T. (1990) **Assessing the health impact of urbanization**. World Health Statistics Quartely, 43: 145-152.

YAZIGI, Regina Beatriz Simon. 2000. **A nova realidade do Nordeste Goiano**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj3/06.htm>> . Acesso em: 10/04/2015.